

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Humberto da Silva Carvalho Junior

**Memória e Ideologia no discurso jornalístico do Tribuna do Café acerca do
conflito em Matas de Pau Brasil (1972-81)**

Vitória da Conquista-Ba
Fevereiro de 2017

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Humberto da Silva Carvalho Junior

Memória e Ideologia no discurso jornalístico do Tribuna do Café acerca do conflito em Matas de Pau Brasil (1972-81)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida.

Vitória da Conquista-Ba
Fevereiro de 2017

C58m Carvalho Junior, Humberto da Silva
 Memória e Ideologia no discurso jornalístico do Tribuna do Café acerca do conflito em Matas de Pau Brasil (1972-81).; orientador: José Rubens Mascarenhas de Almeida - Vitória da Conquista, 2017. 111f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017.

1.Memória e Ideologia 2.Imprensa escrita baiana. 3.Conflito pela terra. I. ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título.

Título em Inglês: Memory and ideology in journalistic discourse of the Tribuna do Café about the conflict in Matas de Pau Brasil (1972-81).

Palavras-chaves em Inglês: Memory. Ideology. Journalism. Press. Historical Materialism.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida (Presidente), Prof^a. Dr^a Maria Aparecida Silva de Sousa (titular), Edson Fernando Dalmonte (titular).

Data da Defesa: 08 de fevereiro de 2017

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Humberto da Silva Carvalho Junior

Memória e ideologia no discurso jornalístico da imprensa escrita baiana acerca do conflito em Matas de Pau Brasil (1972-81)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 08 de fevereiro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida
(Presidente)
Instituição: UESB

Ass.:



Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa
Instituição: UESB

Ass.:



Prof. Dr. Edson Fernando Dalmonte
Instituição: UFBA

Ass.:



Dedico este trabalho a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste, sobretudo aos trabalhadores, seus verdadeiros financiadores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me apoiaram nesta mais nova batalha de minha vida, especialmente a minha família. Agradeço aos meus pais, Maria Diana e Humberto, por tudo que me proporcionaram. Digo tudo pela minha incapacidade de narrar em tão poucas linhas a gratidão que vos tenho. Estendo este agradecimento às minhas irmãs Fernanda e Amanda.

À minha esposa e companheira, Luana, e aos nossos filhos, Bernardo e Arthur. Este agradecimento tem um quê de desculpas, pois muitas vezes tive que abdicar da companhia deles para cumprir esta pesquisa.

Ao professor Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida, pela orientação dedicada, pela paciência e cuidado dispensados por este no processo de elaboração desta pesquisa.

Por fim, agradeço aos professores, colegas do programa e amigos que direta ou indiretamente contribuíram para a produção desta dissertação. Aqui devo incluir dois nomes em especial: o amigo Paulo Coelho Castelo Branco, que me apoiou desde o projeto desta pesquisa, e Ruy Hermann Araújo Medeiros, que disponibilizou grande parte dos documentos e jornais utilizados neste trabalho.

“Que os meus ideais sejam tanto mais fortes quanto maiores forem os desafios, mesmo que precise transpor obstáculos aparentemente intransponíveis. Porque metade de mim é feita de sonhos e a outra metade é de lutas”.

Vladimir Maiakóvski

RESUMO

Este trabalho intenta elucidar a relação entre memória e ideologia com base na análise da cobertura do Tribuna do Café, jornal conquistense mais lido então, sobre o conflito pela terra na Fazenda Matas de Pau Brasil (1972-1981), situada entre os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça. Este conflito, considerado o mais longo e com maior número de envolvidos na região, inscrito no contexto da modernização do campo e introdução da cultura cafeeira em grande escala no interior da Bahia, assume um caráter de luta política de grande relevância para a região de Vitória da Conquista e passa a ser acompanhado até mesmo pelos jornais de maior circulação do estado da Bahia. Esta pesquisa estuda a cobertura realizada pelo referido periódico jornalístico, considerando as estruturas do Estado burguês, sobretudo no período da ditadura civil-militar no Brasil, como garantidoras dos interesses das classes dominantes através do apoio ao latifundiário e grileiro Germano de Souza Neves em disputa com posseiros. Para compreensão do objeto adotamos o método do materialismo histórico-dialético, que tem como base as categorias da contradição, movimento e totalidade, entre outras.

Palavras-Chave: Memória. Ideologia. Jornalismo. Imprensa. Materialismo Histórico.

ABSTRACT

This work tries to elucidate the relation between memory and ideology based on the analysis of the coverage of the *Café Tribuna*, the most conquered newspaper of the time, about the conflict over land in the Fazenda Matas de Pau Brasil (1972-1981), located between the municipalities of Vitória Of Conquest and Barra do Choça. This conflict, considered the longest and most involved in the region, inscribed in the context of the modernization of the field and introduction of large-scale coffee culture in the interior of Bahia, assumes a character of political struggle of great relevance to the region of Vitória Of Conquest and is even accompanied by the most popular newspapers in the state of Bahia. This research studies the coverage of the journal, considering the structures of the bourgeois state, especially in the period of the civil-military dictatorship in Brazil, as guarantors of the interests of the ruling classes by supporting the landlord and grileiro Germano de Souza Neves in dispute with Squatters. To understand the object we adopt the method of historical-dialectical materialism, which is based on the categories of contradiction, movement and totality, among others.

Keywords: Memory. Ideology. Journalism. Press. Historical Materialism..

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PANORAMA HISTÓRICO DO CONFLITO PELA TERRA EM MATAS DE PAU BRASIL	16
2.1. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E REGIÃO NA IMPLANTAÇÃO DA CULTURA CAFEIEIRA	16
2.2 LUTAS SOCIAIS E MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL	27
3. PERSPECTIVA TEÓRICA	33
3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O JORNALISMO	33
3.2 JORNAL: DOCUMENTO-MONUMENTO	38
3.3 JORNALISMO BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970	40
3.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA MEMÓRIA	46
3.4.1 Memória Social: lugar de conflito	49
3.4.2 Memória e ideologia ou memória ideologizada	52
4. ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA	59
4.1 ANÁLISE DA COBERTURA DO TRIBUNA DO CAFÉ SOBRE O CONFLITO DE MATAS PAU BRASIL	61
4.1.1 “Grilagem de terras”	63
4.1.2 “Vereadores vão à Pau Brasil”	67
4.1.3 “Dom Climério e a grilagem”	74
4.1.4 “Apoio ao bispo diocesano”	76
4.1.5 “Comissão Justiça e Paz fez reunião”	78
4.1.6 “Acusação Grave: denúncia da Comissão Diocesana Justiça e Paz”	82
4.1.7 “Posseiros X Grileiros: convocação na Praça 9 de Novembro”	84
4.1.8 “Caso da Fazenda Pau Brasil provoca reunião em Salvador”	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS A – Notícias publicadas no jornal “Tribuna do Café”	100

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca evidenciar a relação entre memória e ideologia, por meio da análise de matérias veiculadas no jornal *Tribuna do Café*, periódico conquistense mais lido então, acerca da luta de resistência dos posseiros da Fazenda Matas de Pau Brasil, localizada entre os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, no período de 1972 a 1981. Ao pensarmos o comportamento da imprensa escrita local na cobertura do citado conflito entre grileiro e posseiros, compreendemos o campo da comunicação de massa enquanto *lócus* de disputa pela institucionalização de “verdades” e preservação de uma memória, isto é, como um espaço de luta pelo poder.

Com tiragem média de 300 (trezentos) exemplares por edição, o *Tribuna do Café* foi o jornal impresso de maior expressão veiculado em Vitória da Conquista na época do conflito da Fazenda Matas de Pau Brasil. O periódico foi fundado pelo jornalista Isnard Gualtério de Vasconcelos em 1974, num período que coincide com a reintrodução da cultura cafeeira no Planalto da Conquista. O nome do veículo indica uma pretensa identificação deste com a burguesia agrária local, que enxergava na cafeicultura a oportunidade de desenvolvimento econômico da região. Acontecimentos que afetavam a produção e comércio do café tinham destaque nas páginas do *Tribuna do Café*.

O conflito pela terra na Fazenda Matas de Pau Brasil se inscreve exatamente no contexto da modernização do campo e do cultivo do café em larga escala no interior da Bahia, estimulada, sobretudo, pela política de subsídios oficiais dos governos militares do Brasil (1964-1985), mais precisamente na década de 1970, através do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC). Os incentivos governamentais, efetivados através de instruções técnicas, financiamentos e créditos agrícolas aos produtores de café, *commodity* produzida para exportação, resultaram numa rápida e intensa especulação das terras da região. Em consequência disso, um vultoso processo de expropriação da terra e proletarianização dos trabalhadores rurais se deu, o que levou estes à mobilização e à luta pela posse das propriedades que lhes possibilitavam as condições para produzir os bens necessários à sobrevivência.

Este embate teve início quando a propriedade habitada há décadas por mais de 100 (cem) famílias de posseiros, passa a ser reclamada por Germano de Souza

Neves, proprietário da empresa Agropecuária Pau-Brasil Ltda., acusado de grilagem, que tenta expulsar os moradores da fazenda. Os camponeses resistiram e o enfrentamento logo se estendeu à cidade, quando passeatas e manifestações, muitas vezes apoiadas pela Igreja Católica, eram realizadas em praças públicas em resposta às prisões arbitrárias e atos de violência contra os posseiros. Tais protestos denunciavam a conivência política em relação ao grileiro, evidenciando o apoio do Estado aos coronéis do café em detrimento dos direitos dos camponeses.

O mais longo conflito e com maior número de envolvidos na região, de acordo com relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Vitória da Conquista, envolvendo a luta pela terra, assume um caráter de luta política de grande relevância para além da região, e passa a ser acompanhado pelos jornais de maior circulação do estado, como *A Tarde*, *Tribuna da Bahia* e *Jornal da Bahia*. Destacamos que, parte significativa dos acontecimentos ignorados deliberadamente pelo veículo de comunicação aqui estudado, o *Tribuna do Café*, foram noticiados por diários sediados na capital.

No intuito de encontrar uma solução para o enfrentamento e acabar com o clima de insatisfação popular, desfavorável ao governo dos generais, a Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). No entanto, a contenda só chegou ao fim em 1981, por meio de um processo de negociação em que o direito dos posseiros foi reconhecido e a empresa Agropecuária Pau-Brasil concedeu um alqueire¹ (96.800 m²) de terra – área equivalente a 13 campos de futebol – para cada uma das famílias que moravam na fazenda.

Temos como objetivo geral compreender, por meio da análise das matérias veiculadas no jornal *Tribuna do Café*, como a imprensa ajudou a compor a memória social sobre o conflito pela terra na Fazenda Matas de Pau Brasil, ocorrido na região de Vitória da Conquista no período de 1972 a 1981. Dentre os objetivos específicos, destacamos: a) entender a relação entre memória e ideologia; b) analisar publicações jornalísticas de veículos impressos baianos que versaram sobre o conflito pela terra na Fazenda Matas de Pau Brasil (1972-1981); c) refletir a produção/veiculação de discursos ideológicos pela atividade jornalística daquela

¹ O alqueire é uma medida agrária que varia de acordo com a região. Em Minas Gerais, o alqueire equivale a 48.400 m² ou 4,84 hectares; em São Paulo, equivale a 24.200 m² ou 2,42 hectares; e na Bahia, o alqueire mede 96.800 m² ou 9,68 hectares.

época, bem como, a contribuição desta para a formação da memória social de Vitória da Conquista acerca do episódio mencionado.

Para a compreensão do objeto de pesquisa aqui proposto, definimos como opção teórico-metodológica o materialismo histórico-dialético, reconhecendo as categorias da contradição, movimento e totalidade, próprias da perspectiva marxista. Esta concepção tem como pressuposto que “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS 2007, p. 94). O método materialista, instituído por Marx, tem como objetivo alcançar a realidade social e, assim, superar o mundo da *pseudoconcreticidade* (KOSIK, 2002).

Ao considerarmos que as condições de produção determinam, em última instância, as relações humanas, e que a “produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens” (MARX, ENGELS, 2007, p. 93), entendemos o materialismo histórico como o método mais adequado para se atingir a essência dos significados veiculados imprensa jornalística da época sobre a luta pela terra na Fazenda Pau Brasil, ocorrida entre 1972 e 1981, assim como a relação entre memória social e ideologia no processo.

Ainda sob a perspectiva do método marxiano, entendemos que todo processo discursivo é afetado pela ideologia e, portanto, manifesta a contraditoriedade inerente ao modo de produção capitalista. Isto implica dizer que a produção jornalística, essencialmente discursiva, não escapa às contradições da luta de classes. Sendo assim, por mais imparcial e objetivo aparente, o discurso jornalístico estará marcado pela ideologia. Temos como pressuposto, ao observar a publicação de significados em veículos de comunicação de massa, portanto que a classe que possui os meios da produção material dispõe também dos meios da produção simbólica (MARX, ENGELS, 2007, p. 47).

O *corpus* desta dissertação busca refletir a relação entre memória e ideologia na construção de sentidos na produção jornalística, em especial na imprensa escrita, tomando como eixo norteador dessa discussão as estruturas da sociedade capitalista. Sob esta ótica, a imprensa se revela como um destacado instrumento de manutenção do consenso em torno de interesses políticos e econômicos que conformam o processo de produção das notícias, cujas mensagens objetivam a padronização da opinião pública sobre os acontecimentos concretos.

Quanto aos procedimentos técnico-metodológicos, esta pesquisa utiliza-se de uma abordagem qualitativa para elucidar os determinantes sociais das relações de produção simbólicas atinentes à atividade jornalística, enquanto empresa capitalista, bem como os mecanismos utilizados em seu processo de produção de significados, amplificando a assimilação ideológica.

Apresentamos, nesta pesquisa, um modelo de *corpus* de arquivo e adotamos como objeto de análise os discursos presentes nos textos noticiosos do jornal Tribuna do Café sobre a luta entre posseiros e grileiro na Fazenda Matas de Pau Brasil, em Barra do Choça. Após fase de pesquisa e coleta, selecionamos e transcrevemos oito matérias², publicadas naquele periódico entre os anos de 1977 a 1981. Esclarecemos, além das escolhas léxicas e lacunas estabelecidas pelo enunciador no processo de produção textual, os procedimentos adotados pelo periódico na composição das edições em que os textos foram veiculados, como o espaço/localização ocupado pelas notícias nas páginas e disposição das falas das fontes, que também contribuem para a geração de sentidos.

Tal análise possibilita o exame do contexto social em que eles foram produzidos, os autores envolvidos, o conteúdo da informação transmitida e os conceitos-chave (CELLARD, 2008), bem como, compreender como um objeto simbólico produz sentidos, em um determinado contexto.

A partir dos significados veiculados no Tribuna do Café sobre o referido evento, utilizamos as seguintes técnicas de leitura para coletar e analisar os dados pertinentes à pesquisa (LIMA; MIOTO, 2007). (1) Leitura de reconhecimento – uma leitura rápida que buscou eleger o material bibliográfico apresentava potencial para ser analisado. (2) Leitura exploratória – acerca do material selecionado, realizou-se uma leitura rápida, verificando-se as informações ali contidas e como estas se relacionavam com o objetivo da pesquisa. (3) Leitura Seletiva – Uma vez confirmada a pertinência no material bibliográfico para a pesquisa, realizou-se uma leitura criteriosa sobre o texto, de modo a identificar quais informações seriam pertinentes à pesquisa, descartando as informações que não são necessárias. Nessa etapa se destacam as informações, conforme o pensamento do autor lido, de modo a fichar as ideias que interessam à pesquisa. (4) Leitura reflexiva – após seleção das informações mais relevantes à pesquisa, incide-se outra leitura do material fichado

² Analisamos as 8 (oito) matérias veiculadas no Tribuna do Café acerca do conflito citado. Imagens das edições no anexo A.

com o intento de organizar e ordenar o material que foram selecionados. Nessa etapa o pesquisador começa a articular os dados que foram escolhidos e fichados. (5) Leitura interpretativa – organizado o material, inicia-se a fase de análise das matérias, procurando desvelar o viés ideológico no processo de produção do conteúdo jornalístico.

Na última etapa, são analisados os significados mediante a identificação dos operadores argumentativos. Ou seja, verificam-se como as escolhas léxicas e semânticas, assim como a hierarquização dos enunciados, evidenciam as marcas ideológicas presentes no discurso. Busca-se, ainda, como expor os procedimentos de persuasão empregados no texto, através das marcas deixadas pelo enunciador, para criar o sentido de “verdade”, o que não seria possível sem pensarmos as condições de produção do discurso.

Apresentamos, assim, a pesquisa em 3 (três) capítulos. No primeiro, expomos o panorama histórico da pugna entre posseiros e grileiros na Fazenda Matas de Pau Brasil, bem como, da questão fundiária no Brasil das décadas de 1960, 1970 e 1980, de forma a melhor contextualizar a análise das veiculações dos periódicos sobre tal conflito. Salientamos que o recorte temporal, mais abrangente, deveu-se ao fato de grande parte da conjuntura política e social do período estudado ter raiz no início da década anterior aos acontecimentos do evento em estudo. Compreendendo, desta maneira, a luta dos posseiros de Pau Brasil como parte integrante de uma totalidade, que nos remete ao contexto da ditadura civil-militar brasileira e, por conseguinte, ao período da polarização entre o socialismo soviético e o capitalismo estadunidense no pós-guerra, mais conhecido como Guerra Fria.

Em seguida, abordamos o jornalismo em seu aspecto mercadológico, mas também enquanto documento-monumento (LE GOFF, 1990), como suporte material de transmissão/atualização do passado. Ao refletirmos a atividade jornalística como instrumento de produção/reprodução do capital, pensamos como os meios de comunicação de massa agem para consolidar uma memória hostil aos movimentos sociais e favorável à interesses dominantes. E, assim, como forma de compreender o papel do jornalismo, somos conduzidos a articular os conceitos de memória e ideologia.

Por último, apresentamos as análises da produção de significados dos discursos ideológicos veiculados na cobertura do jornal Tribuna do Café sobre os acontecimentos que envolveram a disputa pela terra entre posseiros e grileiro na

Fazenda Matas de Pau Brasil. Nas considerações finais, apresentamos uma síntese, enfocando a importância desta pesquisa para os estudos da atividade da imprensa e a contribuição desta última para a formação da memória social.

Destarte, expusemos as questões alçadas no desenvolvimento da pesquisa, com destaque para a luta de resistência dos posseiros de Pau Brasil e a importância da imprensa jornalística, aqui representada pelo Tribuna do Café, como instrumento de legitimação de uma determinada ordem socioeconômica, política e cultural. Apesar das limitações deste trabalho, não somente pelas opções do recorte e exposição da análise, consideramos relevantes as constatações e interpretações acerca do papel e influência da produção jornalística no processo da assimilação ideológica e (re)produção do capital.

2 PANORAMA HISTÓRICO DO CONFLITO PELA TERRA EM MATAS DE PAU BRASIL

Neste capítulo, apresentamos o contexto sócio-histórico que envolve a luta pela terra na Fazenda Matas de Pau Brasil (1972-1981), quando posseiros disputaram com a empresa Agropecuária Pau Brasil Ltda., a posse da propriedade em que viviam, enfrentando os interesses de importante fração da classe dominante e do Estado burguês brasileiro. Para tanto, faz-se necessário pensarmos além das questões mais particulares deste conflito, buscando sua ligação com a totalidade, ou seja, relacionando a resistência dos camponeses de Pau Brasil às condições históricas da luta de classes naquele momento, no contexto do pós-guerra e da ditadura civil-militar no Brasil.

2.1. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E REGIÃO NA IMPLANTAÇÃO DA CULTURA CAFEIEIRA

Vitória da Conquista e região passaram por um expressivo processo de transformação na década de 1970, impulsionado, sobretudo, pela política econômica do governo dos generais, que buscava a expansão do capitalismo no campo. Nesse período foram destinados, através dos bancos estatais, vultosos recursos à grandes agricultores locais, principalmente cafeicultores.

Com o definhamento das lavouras de café nas regiões Sul e Sudeste do país, causado pelas constantes geadas, persistência da ferrugem e pressão de outras culturas mais rentáveis e de menor risco (soja, trigo, milho), o Instituto Brasileiro do Café (IBC) implantou, em 1971, o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), incluindo o Planalto de Conquista³ no mapa da zona favorável ao plantio do café (figura 1). Estima-se que São Paulo e Paraná, os dois maiores produtores de café do país, perderam 63% (sessenta e três por cento) da produção conjunta neste período, reforçando a tendência de descentralização da cafeicultura (SANTOS, 1987, p. 44-45).

³ Compõem a região de Planalto da Conquista, os seguintes municípios: Barra do Choça, Vitória da Conquista, Encruzilhada, Ribeirão do Largo, Planalto, Poções, Itambé, Nova Canaã, Iguaiá, Boa Nova, Caatiba, Cândido Sales.

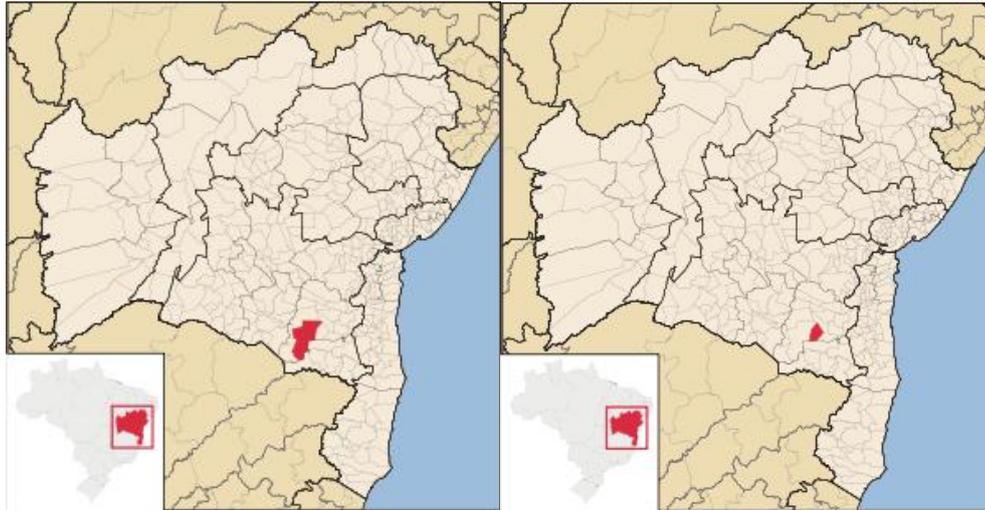


Figura 2 – Mapa da Bahia com localização de Vitória da Conquista e Barra do Choça, respectivamente.



Figura 3 – Mapa demonstra proximidade entre Vitória da Conquista e Barra do Choça.

Com o desdobramento da expansão do plantio do café na região, financiada por subsídios oficiais (IBC-PRRC), houve rápida especulação das terras e, conseqüentemente, agravamento de um processo agressivo à agricultura familiar de subsistência, culminando na expulsão de camponeses de suas propriedades (MEDEIROS, 2003, p.32). Além da batalha pela posse da terra, aspecto de maior interesse para o nosso trabalho neste contexto, o retorno da cultura do café no Planalto de Conquista ocasionou importantes alterações nas cidades, com imediata ampliação da população na zona urbana e desenvolvimento do comércio, especialmente de atividades correlatas. Entre as décadas de 1970 e 1980, o município de Barra do Choça destacou-se por registrar um crescimento populacional de 132%, superando Vitória da Conquista (36%) e Planalto (14%). Neste período, a

população de Barra do Choça saltou de 8.953 para 20.770 habitantes (OLIVEIRA, 2007, p. 56).

A cafeicultura mudou também o perfil da ocupação do solo. O município de Barra do Choça, onde se localiza a Fazenda Pau Brasil, tinha atividade de pequena pecuária, com lavoura de apenas três mil hectares, até a década de 1970. Na década seguinte, com dezoito mil hectares de pés de café, era o maior produtor isolado de café na Bahia. Ainda na década de 1970, o Planalto de Conquista liderava a implantação da cultura cafeeira no estado, com 42,5% de plantas de café (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – REGIONAL DO SUDOESTE, maio de 1987, p. 4). A estrutura fundiária da região pouco se alterou, seguindo a tendência de diminuição da pequena propriedade e o aumento do latifúndio (OLIVEIRA, 2007, p. 57).

Em consequência do favorecimento de grandes grupos econômicos pela política agrária do governo federal, os enfrentamentos pela terra aumentaram substancialmente no país como um todo. Levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 715 conflitos entre os anos de 1979 e 1981, dos quais 88,1% tiveram início em 1973, e apenas 11,9% antes dessa época (VITTA, 1999, p. 112). De um total de 913 conflitos, dos quais se tem informação da região onde ocorreu, envolvendo aproximadamente 1,5 mi (um milhão e meio) de pessoas, 146 ocorreram no Sul/Sudeste, 207 no Nordeste (excluindo-se o Maranhão) e 560 no Norte (incluindo-se o Maranhão) (MARTINS, 1984, p. 55). A Bahia destacou-se entre os estados com maior número de conflitos pela terra no Nordeste, região que ocupa o segundo lugar, de acordo com pesquisa da Associação Brasileira de Reforma Agrária, ABRA⁶ (MARTINS, 1984, p. 91).

Conforme relatório arquivado na Comissão Pastoral da Terra, de Vitória da Conquista, Bahia, o conflito em Matas de Pau Brasil teve início em dezembro de 1972, quando Germano de Souza Neves, tendo adquirido direitos do espólio do Coronel Rogério Soares Gusmão, instaura um clima de amedrontamento e coação sobre, aproximadamente, 118 famílias que viviam naquelas terras, algumas assentadas há mais de 80 anos. Em 1973, agrava-se o enfretamento, quando os posseiros ingressam em juízo com pedido de "*Vistoria Ad Perpetuam Rei*

⁶ Esta pesquisa, realizada entre 1980 e 1981 pela Associação Brasileira de Reforma Agrária, junta informações levantadas pela Comissão Pastoral da Terra e Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (MARTINS, 1984, p. 90).

*Memoriam*⁷, no intuito de resguardar seus direitos, posto que Germano ameaçava destruir suas casas, plantações e benfeitorias. Tal pedido de vistoria, postulado por 51 posseiros converteu-se em acordo lesivo aos mesmos, situação que os obrigou a buscarem novos advogados para anular o referido contrato.

Com base no levantamento da cadeia sucessória da propriedade em questão, registrado em relatório elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista em 14 de maio de 1976, os posseiros afirmavam que a área requerida pela empresa de Germano não constava do domínio territorial comprado e que o fazendeiro, com o objetivo de ampliar o patrimônio, tentava grilar tais terras, antes chamadas Salina do Deságua da Água Fria⁸. De acordo com o mesmo relatório, a referida área nunca pertenceu a qualquer fazenda, sendo considerada, portanto, terra devoluta, ou seja, de pertença ao Estado (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARRA DO CHOÇA, 14/05/1976).

Em visita à área em disputa, técnicos do Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) confirmam a alegação dos posseiros, concluindo que as terras reclamadas pelo grileiro são devolutas e não pertencem ao terreno delimitado na documentação de posse apresentada por este, conforme relatório aditado aos processos administrativos de nº 411/76 e 103/77. Ainda assim, Germano de Souza Neves ignora o parecer do Interba e insiste na validade do acordo judicial que prevê indenização às famílias pelas benfeitorias, decisão que em nada beneficiaria os posseiros, que ficariam sem suas terras e se tornariam reserva de mão-de-obra das lavouras de café da região.

A partir de então, a contenda entre posseiros e grileiro tornou-se cada vez mais aguda. Marca peculiar das lutas pela terra no Brasil, o latifundiário, lastreado pelos recursos federais e pelo apoio dos aparelhos repressores do Estado (polícias, justiça, etc.) fez uso da violência para expulsar os posseiros e expandir sua produção. O conflito da Fazenda Matas de Pau Brasil foi marcado por perseguições, prisões arbitrárias, queima de plantações e casas, destruição de roças, apreensão de animais, lesões corporais e agressões de toda sorte aos camponeses que

⁷ A vistoria *ad perpetuam rei memoriam* é um dispositivo que existe na legislação referente ao código das expropriações e consiste num registo para memória futura das condições em que se encontra um imóvel objeto de expropriação, antes da posse administrativa pela entidade expropriante.

⁸ Conforme relatório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, elaborado em 14 de maio de 1976, a área adquirida pela empresa Agropecuária Pau-Brasil Ltda., referente à Fazenda Matas de Pau Brasil, possuía apenas 500 (quinhentos) hectares, um quarto da área alegada pelo grileiro Germano de Souza Neves.

resistiam à tirania do latifúndio, situação que perdurou por quase uma década, quando foi firmado um novo acordo entre Germano e os posseiros, em 1981.

Tratores da empresa de Germano, pagos com dinheiro emprestado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB)⁹, destruíram as plantações dos posseiros, que eram constantemente ameaçados por jagunços armados, proibindo os camponeses de replantar suas roças. O grileiro bloqueava estradas, colocava cercas e cancelas em áreas que não lhe pertenciam, importunando os posseiros e inviabilizando o escoamento da produção remanescente. O rompimento de uma barragem de açude próximo à fazenda foi provocado por Germano de Souza das Neves, destruindo as roças de doze famílias de uma só vez, segundo relatório arquivado na CPT de Vitória da Conquista¹⁰.

Os posseiros que tentavam, de alguma forma, se defender da opressão perpetrada pelo fazendeiro, sofriam com intimações policiais sucessivas e prisões ilegais. O delegado regional de Vitória da Conquista, Jaymilton Gusmão Cunha, atuou fora de sua jurisdição diversas vezes em prol do fazendeiro. Em 1975, sem contar as intimações não justificadas, este delegado prendeu ilegalmente os posseiros Antônio Carlos Oliveira, em fevereiro de 1975, e Pedro Souza Almeida, no mês seguinte. A prática se repete em 1978, quando mais quatro posseiros de Pau Brasil foram detidos a mando do delegado. Na ocasião, 4 (quatro) de maio do referido ano, os policiais João Procópio Lima e Ailton Freitas, utilizaram um veículo de propriedade de Germano para conduzir até à delegacia, em Vitória da Conquista, os posseiros João Pereira Gomes, José Pereira Gomes e Francisco Pereira do Nascimento. No dia seguinte, mais um posseiro, Jesuíno Alves dos Santos, foi levado até à delegacia¹¹.

Ainda com o auxílio do mesmo delegado regional, em 1978, o grileiro construiu um terreiro de secagem de café dentro da área disputada, impedindo que os posseiros tivessem acesso ao reservatório de água que sempre utilizaram. Historicamente o aparato jurídico-policial serve para resguardar a propriedade e os interesses das classes dominantes, fato que se reforça, uma vez que, o delegado

⁹ A agência do BNB de Vitória da Conquista concedeu um empréstimo no valor de C\$ 1.410.000,00 (um milhão e quatrocentos e dez mil cruzeiros) para a Agropecuária Pau Brasil Ltda.

¹⁰ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE VITÓRIA DA CONQUISTA. Pequena história Matas de Pau Brasil: café, latifúndio, injustiça social. Arquivo da CPT, Vitória da Conquista, 16 de fevereiro de 1979.

¹¹ JORNAL DA BAHIA. **Igreja toca sinos mais de um dia contra prisões**. 12 maio 1978, p. 14.

Jaymilton Gusmão Cunha era também fazendeiro e, pouco antes de assumir o cargo de delegado regional, fora presidente da Associação Rural de Vitória da Conquista, atualmente denominada Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense Ltda. (COOPMAC)¹².

Os posseiros de Pau Brasil que enfrentavam o grileiro continuaram a ser presos ilegalmente. Em março de 1980, outro delegado do município de Vitória da Conquista, Elísio Pires Rebouças¹³, ordenou a prisão de João Alves Santos e Valdísio Custódio de Almeida, sob a acusação de desacato à autoridade. Após certificar-se da inexistência de auto de prisão em flagrante, de nota de culpa ou qualquer outra justificativa para a prisão daqueles trabalhadores rurais, o advogado Ruy Medeiros, solicitou *habeas-corpus* em favor dos mesmos.

O advogado dos posseiros questionou, também, a conduta do delegado que atuou fora de sua jurisdição, restrita ao município de Vitória da Conquista. Elísio Pires justificou que foi à Fazenda Matas de Pau Brasil, em Barra do Choça, afixar placas proibitivas, em atendimento à portaria 554/79, de 29 de outubro de 1979, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, considerando que as terras de daquela área fossem refúgio de animais nativos (A TARDE, 07/03/1980). Ou seja, segundo o agente policial sua interferência naquele momento, foi uma casualidade.

Se, por um lado, o agravamento do conflito evidenciou os aliados do grileiro, a causa dos camponeses de Pau Brasil ganhou adeptos na cidade, estendendo-se até o município Vitória da Conquista, com destaque à Igreja Católica, especificamente a Comissão de Justiça e Paz e a Comissão Pastoral da Terra. Além do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), a luta de resistência dos posseiros de Pau Brasil também contou com o apoio de militantes da esquerda, intelectuais, estudantes, profissionais liberais e autoridades políticas, como o deputado estadual do MDB, Jadiel Matos. Foi, porém, com a adesão da Diocese de Vitória da Conquista, representada pelo Bispo Dom Climério de Almeida Andrade, que os trabalhadores rurais encontraram maior amparo na contenda com Germano.

¹² Jaymilton figura como primeiro presidente da Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense Ltda. (COOPMAC) no website desta, no período entre 1960 e 1963. O posto de presidente é atualmente ocupado por seu filho, Jaymilton Gusmão Cunha Filho, desde 2014.

¹³ Elísio Pires Rebouças, nascido em Jequié no dia 5 de novembro de 1928, foi comandante do 9º Batalhão da Polícia Militar de Vitória da Conquista, de 17 de agosto de 1973 até 5 de janeiro de 1978. Por iniciativa deste, foi construída a Casa de Detenção do município, conhecida na época pela infraestrutura precária de suas instalações.

Este fato encontra respaldo no que salienta Martins (1984, p. 17), quando afirma que os movimentos populares no campo encontravam, na época, apoio na Igreja, embora esta, não tenha se proposto a substituir os partidos e sindicatos e ainda, tenha atenuado o caráter revolucionário que as lutas sociais assumiam por meio de meios institucionais de reivindicação e combate. Ainda segundo o autor,

A Igreja é espaço mais adequado para agasalhar relações sociais comunitárias, que se desenvolvem nos momentos e situações de maior tensão, no enfrentamento com grileiros, policiais, jagunços, no enfrentamento com a aliança entre o poder público e o poder privado para expulsar e expropriar o trabalhador.

Sempre que Dom Climério ficava sabendo da prisão arbitrária de algum posseiro, ordenava que tocassem o dobre de finados nos sinos da Catedral, o que causava estranhamento à população que se questionava quem havia falecido, visto que não era comum a ação. Certa vez, o bispo respondera corajosamente: “A justiça está morta, posseiros são presos arbitrariamente, a consciência da cidade não pode calar. É preciso acordar, resgatar dignidade e ética” (MOSCONI, 2003, p. 76). Na ocasião das prisões, datadas de 4 (quatro) e 5 (cinco) de maio de 1978, os sinos da Catedral de Nossa Senhora das Vitórias tocaram o dobre de finados, em protesto, por dois dias seguidos, sem parar. Os posseiros foram soltos na noite do dia 5, mas os sinos só pararam de badalar na manhã do dia seguinte.

As prisões ilegais dos posseiros da Fazenda Matas de Pau Brasil e desmandos do grileiro foram noticiados tanto pelo Jornal da Bahia, no dia 12 de maio de 1978, sob o título “Igreja toca sinos mais de um dia contra prisões”¹⁴, como pelo jornal A Tarde, em 07 de março de 1980, com o título “Prisão de posseiros em Conquista causa revolta”¹⁵. Inusitadamente, o jornal local aqui estudado, não publicou nenhuma nota sobre os referidos acontecimentos, conduta que indica o alinhamento dos ideais do veículo com os interesses do latifúndio. Poucos acontecimentos da história do conflito em questão foram noticiados por este periódico, e estes são objeto desta pesquisa.

Lastreados no discurso da ordem burguesa, os jornais se tornam herméticos aos interesses das classes subalternas. Assim, os movimentos populares são pautas das coberturas jornalísticas, sobretudo, em momentos de confronto, como

¹⁴ JORNAL DA BAHIA. **Igreja toca sinos mais de um dia contra prisões**. Salvador, 12 de maio 1978.

¹⁵ A TARDE. **Prisão de posseiros em Conquista causa revolta**. Salvador, 07 de março de 1980.

fatos efêmeros que perturbam o bem-estar social, que visam alterar o *status quo*. Tal como grande parte da imprensa comercial-burguesa daquele ou deste tempo, normalmente com interesses atrelados ao agronegócio e ao pensamento liberal, o Tribuna do Café revelou-se fechado em ceder espaço ao discurso dos posseiros ou aos grupos que os defendiam. Tal tentativa de bloqueio, no entanto, algumas vezes foi rompido por entidades que defendiam os interesses dos posseiros de Pau Brasil.

Nesse sentido, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o bispo Dom Climério e os padres Gian Pietro Franceschini, Pietro Callegari, Giuseppe Fontanella¹⁶, Giancarlo Dall'ospedale e Alfonso Calamari, todos da Diocese de Vitória da Conquista, elaboravam relatórios e distribuíam panfletos, denunciando as perseguições do grileiro contra os posseiros. Além disso, convocavam ainda, reuniões, passeatas e manifestações em vias públicas como forma de apelo à opinião pública local¹⁷. As denúncias do bispo logo chamaram a atenção dos principais periódicos impressos do estado, sediados na capital, que passaram a cobrir o conflito. Somente no ano 1977, as denúncias da Diocese local foram publicadas em duas edições do Jornal da Bahia¹⁸ e uma do A Tarde¹⁹.

Ainda em decorrência da notoriedade dos acontecimentos, advinda, sobretudo, da publicização da luta e resistência dos posseiros de Barra do Choça nos principais diários baianos (A Tarde, Jornal da Bahia e Tribuna da Bahia), a Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista instaurou uma Comissão de Inquérito para apurar os fatos, a fim de encontrar soluções para o embate.

Tal visita da Comissão de Inquérito da Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista à área do conflito foi a primeira notícia veiculada no jornal Tribuna do Café sobre o caso, após repercussão nos diários de maior circulação do estado²⁰.

¹⁶ Na *home page* do Centro Missionário de Piacenza-BOBBIO consta a informação de que o padre Giuseppe Fontanella fora expulso do Brasil no ano de 1977, por defender os camponeses de sua pastoral. Centro Missionário de Piacenza-BOBBIO. Disponível em: <<http://www.centromissionariopc.com/joomla/un-po-di-storia>>. Acesso em 01 de outubro de 2016.

¹⁷ TRIBUNA DO CAFÉ. **Dom Climério e a Grilagem**. Vitória da Conquista, 08 de junho de 1977.

¹⁸ JORNAL DA BAHIA. **Fazendeiro implanta o terror em Barra do Choça**. 02 de março de 1977 e JORNAL DA BAHIA. **Pressões e ameaças levam Igreja a suspender programa**. 10 de novembro de 1977.

¹⁹ A TARDE. **Pastoral denuncia o terror e a grilagem em Barra do Choça**. Salvador, 01 de março de 1977.

²⁰ Tribuna da Bahia foi o primeiro a noticiar o conflito, na edição de 29 de junho de 1976, matéria sob o título: Governador recebe documento sobre arbitrariedades contra posseiros. Depois, o jornal A Tarde noticia: Pastoral denuncia o terror e a grilagem em Barra do Choça, na edição de 1º de março de 1977. Em seguida foi a vez do Jornal da Bahia, na edição de 2 de março de 1977, sob o título Fazendeiro implanta o terror em Barra do Choça.

Ainda assim, a referida matéria²¹ apaga as denúncias de grilagem e agressão aos posseiros, noticiadas pelos diários sediados em Salvador. Nesta mesma matéria, o jornal conquistense afirma que Germano compareceu à redação do mesmo, onde apresentou documentos que comprovam que aquela terra “sempre lhe pertenceu” e disse que, “alguns padres andam em sua fazenda pregando subversão” (anexo A). Ressaltamos, que as pessoas acusadas na notícia, não foram ouvidas para apresentarem suas versões acerca do referido fato, ou ainda se defenderem, contrariando um dos preceitos fundamentais do jornalismo: a imparcialidade.

O presidente da Agropecuária Pau Brasil buscou outros jornais tanto para se defender das acusações de grilagem, como para criticar aqueles que advogavam em causa dos posseiros, principalmente o bispo Dom Climério. Em uma nota publicada no Diário de Notícias²², o fazendeiro fazia acusações diretas ao Bispo da diocese conquistense:

Cremos que é hora de informar certas verdades aos Cristãos que esses – Graças a Deus – não são somente aqueles que ostentam títulos e dignidades episcopais, mas todos que, meras ovelhas não raro abandonadas, vêm sendo vítimas da demagogia desenfreada ou da agitação organizada, ao arpejo das leis da Terra e dos Céus. Essas, não obstante, asseguram o direito à propriedade como regra básica inserida no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais da Carta Magna, assim como recomendam – transcendendo por sobre o epismo – não cobiçar o homem “coisa alguma” do seu próximo²³.

O Jornal Dimensão²⁴, periódico veiculado em Itapetinga, na edição do dia 10 de fevereiro de 1979, destacou relevante trecho de uma nota de Germano, publicada em outro veículo local, que revela o pensamento dominante do período histórico que envolve o conflito aqui estudado.

Nessa nota, Germano invocando a “Revolução de 64”, que “livrou o Brasil da subversão comunista”, afirma que a luta comunista continua, “capitaneada, em Vitória da Conquista, pelo bispo diocesano Dom Climério Andrade e seus padres italianos” que,

²¹ TRIBUNA DO CAFÉ. **Vereadores Vão à Pau Brasil**. Vitória da Conquista, 19 de maio de 1977.

²² Pertencente ao grupo Diários e Emissoras Associadas, um dos maiores conglomerados de mídia do Brasil, de Assis Chateaubriand (Chatô). O Diário de Notícias foi fundado por Maria Joana Navarro Moreira em 13 de março de 1875 e fechou no final da década de 1970, acometido pela crise que afetou o grupo associado.

²³ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Aos Cristãos. Velhos ou novos, ricos ou pobres, padres ou leigos**. Vitória da Conquista, 23 de junho de 1977.

²⁴ Jornal fundado por Flávio Scaldaferrri, Laécio Alves Sobrinho, Evandro Andrade e Emerson Campos. Primeira edição foi veiculada em 11 de julho de 1971.

continua a nota, “usam da infâmia mais soez, no intuito criminoso de desencadear a luta de classes”²⁵.

O embate entre posseiros e grileiro de Pau Brasil, aqui representando a luta entre as classes, torna-se cada vez mais intenso. O latifundiário, conta com o apoio de todo o aparato do Estado burguês: leis, forças policiais e milícias, além de parte significativa da imprensa local. Em 21 de outubro de 1977, o programa radiofônico “A Voz da Diocese” foi censurado. Em sua programação abordava-se as injustiças e explorações sofridas pelos camponeses empregados nas lavouras de café, principalmente os acontecimentos da resistência dos posseiros de Pau Brasil (MOSCONI, 2003, p.78).

O fato foi notícia no Jornal da Bahia, denunciando que o programa religioso havia sido retirado da programação da Rádio Clube, devido a pressões e ameaças, embora a diretora da rádio, Maria Ozanira, não tenha revelado a origem de tais constrangimentos. Ela contou ao jornal que a emissora fora pressionada por pessoas influentes da cidade para que retirasse o programa do ar, alegando que os padres eram “subversivos”. A diretora havia colocado como condição para a permanência da concessão do horário da “Voz da Diocese”, com mensalidade de Cr\$ 2 mil (dois mil cruzeiros) custeada pelos padres da diocese, uma alteração na equipe que produzia o programa ou limitar o conteúdo veiculado às leituras do Evangelho. Como os padres não aceitaram as exigências feitas pela diretoria da emissora, o programa foi vetado²⁶. Este acontecimento também foi ignorado pelo Tribuna do Café.

Ratificamos aqui, ainda respaldados pelo discurso do latifundiário, que a compreensão da luta de resistência dos posseiros de Pau Brasil contra a grilagem de suas terras passa obrigatoriamente por uma reflexão sobre a conjuntura econômica, política e social daquele momento histórico. Por isso, estudamos este conflito como produto do processo de modernização da agricultura no Brasil, isto é, como resultado da política de expansão do capitalismo no campo, promovido pelo Estado brasileiro entre as décadas de 1960 a 1980, bem como suas manifestações antagônicas, marcadas pela consolidação da luta camponesa contra o latifúndio.

²⁵ DIMENSÃO. **População conquistense apóia posseiros na luta contra grileiro**. Ano VIII. N°. 158, 10 de fevereiro de 1979.

²⁶ JORNAL DA BAHIA. **Pressões e ameaças levam igreja a suspender programa**. Salvador, 10 de novembro de 1977.

Consoante Martins (1984, p. 15), pensamos que a política de desenvolvimento agropecuário implantada pela ditadura civil-militar teve significativa influência na ampliação dos conflitos no campo, como veremos mais adiante. Ainda de acordo com o mesmo autor, o esvaziamento político da luta camponesa foi uma das condições necessárias à sobrevivência do regime dos generais e seu projeto de desenvolvimento econômico (MARTINS, 1984, p. 56).

Nesta época, o ideário sócio-político reproduzia as questões inerentes ao contexto do mundo pós Guerra, com especial destaque à disseminação do pensamento conservador, alinhado ao pacto intercontinental coordenado pelos Estados Unidos, em defesa da propriedade privada, contrário às ideias socialistas. Tal pensamento, aqui destacado pela sua relevância, quanto aos desdobramentos da luta de classes no país, ganhou força e conseguiu implantar um intenso processo de desenvolvimento da dominação econômica e cultural do sistema mundial, sobre a formação social brasileira, silenciando os movimentos divergentes (NASCIMENTO, 2007, p. 108).

2.2 LUTAS SOCIAIS E MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Embora as transformações ocasionadas pelo avanço do capitalismo no campo viessem se processando desde o pós-guerra, entre as décadas 1950 e 1960, a tecnologia empregada na produção agrícola do país era ainda demasiado rudimentar. Mais precisamente após o golpe civil-militar de 1964, devido à nova visão de desenvolvimento adotada pelos governos dos generais que a transformação das estruturas agrícolas foi realmente concretizada. Dentre os fatores que colaboraram de forma mais efetiva para alterar a estrutura e o perfil da produção agrícola nesta época estão: a consolidação do parque industrial, a instauração de um modelo de desenvolvimento, visando à “modernização conservadora”, o “milagre econômico”, além da ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à monocultura (MARTINE, 1990, p. 9).

Ressaltamos que o conceito de modernização aqui empregado não se restringe às novas técnicas e equipamentos utilizados na agricultura. Levamos em consideração todo o processo de modificações ocorrido nas relações sociais de produção no campo brasileiro. Podemos afirmar que a modernização do campo perpetrada pelo regime civil-militar no Brasil, conseguiu significativa ampliação da

produção agrícola, elevação da taxa de exportação de bens de capital e ajudou a sustentar o chamado “milagre econômico”. Em paralelo, apresentou-se de maneira excludente, beneficiando apenas parte da produção, em especial aquela destinada à exportação, atendendo aos interesses da burguesia agrária.

Neste sentido, explica Martine (1990, p. 10):

A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente; grosso modo, maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, tecnologia, pesquisa e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão de obra familiar para subsistir e produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam (sic) preços também baixos.

A intervenção do Estado na implantação de políticas voltadas à modernização do campo, tendo como referência o capitalismo e a grande indústria, gerou profundas transformações no meio rural. O mesmo processo, responsável pelo aumento na escala de produção, acentuou ainda mais a concentração fundiária, afetando também as relações de produção no campo. A política que propiciou o avanço do capitalismo no campo tem como resultado a acumulação da riqueza, mas também o crescimento da miséria. Martins (1984, p. 14) esclarece tal contradição do capitalismo:

O capital é uma relação social, relação contraditória, de exploração e expropriação. Se o capital tem a função progressista de introduzir na sociedade a produção social, ele só o faz e só o pode fazer mediante a implantação da apropriação privada dos resultados dessa produção social. [...] O capital não promove apenas o aparecimento de um novo modo de produzir a riqueza; é também um novo modo de produzir a miséria.

Concomitante ao processo de desenvolvimento da agroindústria, diversos conflitos e eventos marcaram a consolidação da organização camponesa, que colocou a luta pela reforma agrária em pauta. Neste período, mais precisamente a partir do ano de 1955 até o golpe civil-militar que derrubou o governo de João Goulart, que as Ligas Camponesas, talvez o mais expressivo movimento camponês ligado à esquerda, exerceram atividade mais intensa. Conhecido pelo lema “Reforma Agrária na Lei ou na marra”, o movimento surgiu através de associações

de trabalhadores rurais no estado de Pernambuco. Logo, as ligas se expandiram a outros estados, como a Paraíba, estado do Rio (Campos) e Paraná, ampliando o impacto político do movimento.

As Ligas Camponesas se opunham a dois inimigos fundamentais da sociedade brasileira: o latifúndio e o imperialismo estadunidense, contra os quais organizava uma aliança operário-estudantil-camponesa e realizava um forte trabalho de denúncia. O movimento se opunha não somente à presença estadunidense no Brasil e na América Latina, mas também às alas progressistas da Igreja, à Social Democracia, e a Democracia Cristã, pois os consideravam reformistas (NASCIMENTO, 2007, p 110).

O movimento pela Reforma Agrária cresceu, e a questão logo se tornou a principal bandeira das chamadas Reformas de Base, um conjunto de propostas de alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas propostas pelo governo João Goulart. As propostas de reforma começaram a ser discutidas ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), porém ganharam maior consistência quando João Goulart assumiu a presidência, em setembro de 1961.

Em discurso no encerramento do 1º Congresso Camponês, realizado em Belo Horizonte, dois meses depois de sua posse, João Goulart confirmou a necessidade de realização da reforma agrária e criticou a exigência de indenização prévia em dinheiro para as terras desapropriadas, condição prevista na Constituição. A proposta de alteração da Constituição, porém, enfrentava forte resistência por parte dos setores mais conservadores do próprio governo.

A questão agrária foi um dos principais pontos que polarizaram o debate político da presidência de Jango (1961-1964). Naquele momento, certamente, consolidou-se a noção de que a reforma agrária era essencial, não somente como forma de restabelecer a paz no campo, mas como medida capaz de acelerar a industrialização e o desenvolvimento econômico do país. O sucesso da reforma agrária, entretanto, articulava-se a tantas outras mudanças constitucionais também previstas nas reformas de base. Porém, todas as propostas sofreram fortes resistências em um Congresso onde os interesses da burguesia agrária tinham ampla representação (GRYNSZPAN, 2016).

Ainda durante o governo de João Goulart, em resposta à pressão exercida pelos movimentos que reivindicavam a Reforma Agrária – principalmente, as Ligas

Camponesas –, foi criada a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA)²⁷, que declarava sujeitas a desapropriação, propriedades subutilizadas com mais de cem hectares e que fizessem limite com estradas ou ferrovias federais, medida fortemente criticada por setores da classe dominante que mais tarde apoiaram o golpe.

As Reformas de Base ganharam força nas manifestações populares e o governo João Goulart, visto como perigoso por segmentos da burguesia brasileira e governo estadunidense, pelas suas relações de cordialidade com os movimentos sociais, foi deposto pelo golpe civil-militar de 1964, que expressou o direcionamento político e econômico almejado pela classe dominante do Brasil (MAZZEO, 1995, p.47). Sob tal perspectiva, entendemos que o golpe teve como um dos seus propósitos interromper o desenvolvimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que, pela primeira vez na história do Brasil, interferiam ativamente no cenário político (MARTINS, 1984, p.21).

Com o golpe, instaura-se a perseguição das lideranças do movimento das Ligas Camponesas, causando a sua desarticulação. Cresce a violência no meio rural e aumenta o número de vítimas nos confrontos sangüinários pela posse da terra, agora com significativa variação:

O número de mortos nos campos, pelas batalhas da terra, foi crescendo, dobrando. E se transformando qualitativamente. Não morre unicamente o posseiro que ocupa as posses, morrem também as lideranças sindicais, aqueles que os apóiam e defendem: os padres, os pastores, os agentes pastorais, os advogados, etc. (OLIVEIRA, 1996, p 13).

Receosos por amenizar a influência da Revolução Cubana, crescente em toda América Latina, além de atender às necessidades de expansão do capital industrial e financeiro, os generais promulgaram a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, instituindo o Estatuto da Terra, com a proposta de organizar a estrutura fundiária do país (GANCHO; LOPES; TOLEDO, 1991, p. 46). Esta organização buscava, no entanto, uma reforma agrária que preservasse a propriedade privada. De acordo com Mendonça (2010, p. 43), o Estatuto pretendia impor limites ao

²⁷ Através da Lei Delegada Nº 11, de 11 de outubro de 1962. Texto integral disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ldl/ldl11.htm.

latifúndio improdutivo, além de afetar o setor da classe dominante e agrária mais conservador, que reagiu e acarretou sucessivos recuos por parte do governo.

Uma prova de que os militares, em momento algum, pensaram em alterar a estrutura fundiária do país ou acabar com os conflitos pela propriedade rural, o governo federal baixou, entre 1965 e 1981, 124 decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária, o que dá menos de 8 desapropriações por ano. Inversamente, o número de conflitos pela posse da terra foi de 70 por ano no mesmo período (MARTINS, 1984, p. 22). Constatamos, então, que a política de desenvolvimento agropecuário do regime tinha a finalidade de estimular a grande empresa capitalista e sua expansão. Assim, tentou-se ajustar a questão fundiária aos planos de desenvolvimento econômico e aos objetivos da segurança nacional, implicando diretamente na necessidade de dificultar o avanço da politização das lutas camponesas (MARTINS, 1984, p, 33).

Nesse sentido, o Estatuto da Terra revela sua real função. Trata-se de

um instrumento de cerco e desativação dos conflitos, de modo a garantir o desenvolvimento econômico baseado nos incentivos à progressiva e ampla penetração do grande capital na agropecuária. É uma válvula de escape que opera quando as tensões sociais chegam ao ponto que podem transformar-se em tensões políticas (MARTINS, 1984, p, 35).

Como resultado de uma política fundiária pautada, sobretudo, pelo favorecimento do latifúndio e da grande empresa capitalista, cresce a violência nos conflitos por terra por todo o país. Conforme Oliveira (2001, p. 191), o governo dos militares, por meio de suas políticas de incentivos fiscais aos grandes agricultores, criou o cenário ideal para a violência. O gráfico abaixo acerca do número de mortos em enfrentamentos no campo ratifica tais afirmações.

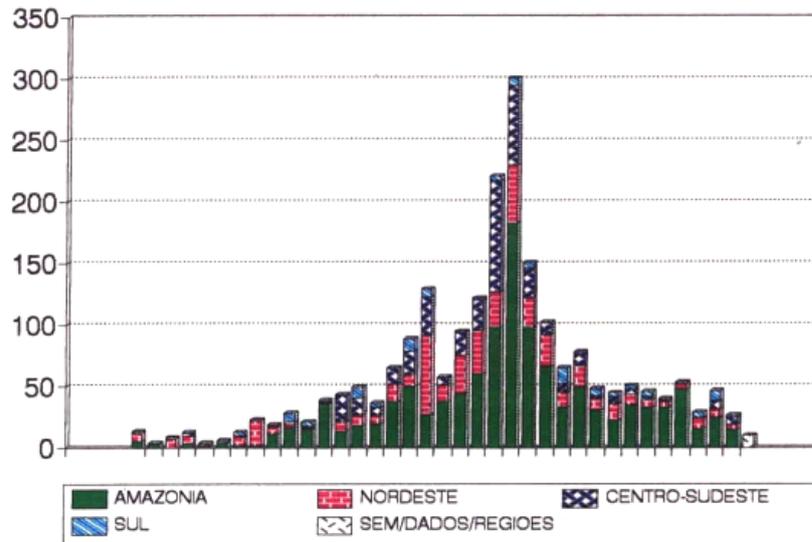


Gráfico 1
Brasil - Mortos em conflitos no campo 1964-2000

Fonte: CPT Org.: Oliveira, A. U.

O Estado burguês permitiu ao grileiro descumprir a lei, falsificando documentos de posse e expulsando ou assassinando posseiros, e ainda o favoreceu com a concessão do capital necessário para tornar a terra produtiva. Como resultado da nefasta política agrária no regime militar, o poder do latifúndio tradicional fortalecido, modernizado e gerido por grandes empresas nacionais e multinacionais, acabou gerando riqueza e miséria no campo. Contraditoriamente a este processo de concentração fundiária e repressão social, surge um dos mais importantes movimentos populares do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fundado em 1984.

3. PERSPECTIVA TEÓRICA

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O JORNALISMO

A compreensão do papel do jornalismo, ou seja, da atividade jornalística na produção e publicação de informações a serem consumidas, por indivíduos que buscam se situar diante da realidade, bem como a sua influência no processo de composição da memória social acerca de determinado acontecimento, possibilita-nos também pensarmos os veículos de comunicação de massa como importantes instrumentos de poder.

De maneira mais genérica, podemos asseverar que os jornais são criados como forma de difundir publicamente informações e opiniões de acordo com os interesses de indivíduos e grupos, “através de um complexo industrial-tecnológico que, além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como ‘a verdade’” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 11). Esta visão crítica da imprensa questiona a romântica ideia do jornalismo enquanto função social, desprovido de intenções outras que não a divulgação de fatos não presenciados pelo seu interlocutor, como a atividade que reproduz fielmente a realidade.

Sob a mesma ótica, Clóvis Rossi (1980, p. 7) afirma que o jornalismo,

[...] independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista política e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa.

Refletir a imprensa sob esta ótica, obriga-nos a admitir que tanto é difícil pensar o capitalismo sem imprensa, como uma imprensa sem capitalismo (MARCONDES FILHO, 1989, p.12), posto que a produção e veiculação de informações midiáticas sofrem a influência de grandes forças econômicas e sociais, que objetivam atribuir o foro da objetividade às suas opiniões (MARCONDES FILHO, 1989, p. 11).

A imprensa que, até à Revolução Industrial, publicava acontecimentos relevantes para o comércio e meios políticos – leia-se classe burguesa –, mostrou-se uma atividade lucrativa e passou a buscar o grande público. Como artigos de

consumo, ou seja, como produtos a serem comercializados, os jornais passaram a estar “sujeitos a acabamento padronizado, embalados conforme as técnicas de *marketing*” (LAGE, 2012, p. 45).

O próprio processo de seleção e tratamento da notícia, submetido à lógica da produção capitalista (generalização, padronização, simplificação e negação da subjetividade), fazem da atividade jornalística uma operação essencialmente ideológica.

Dessa maneira, portanto, pode-se imputar aos produtos da indústria informativa da consciência de efeitos específicos no que se refere à produção de comportamentos e posicionamentos políticos. Embora observe-se uma capacidade muito pequena para que esses meios de comunicação realmente alterem opiniões consonantes com o *status quo*, não se pode negar que eles tenham papel importante na formação de opiniões adaptadas às argumentações particularistas e classistas que são emitidas por seus veículos. A ideologia constrói-se todos os dias, e nessa permanente reconstrução o papel do jornal é o de um dos seus melhores artífices (MARCONDES FILHO, 1989, p. 22).

Entre as décadas de 1950 e 1960 no Brasil, por exemplo, a imprensa exerceu importante papel na propagação do “terror comunista”, agravado após a Revolução Cubana. A campanha anticomunista disseminada pelos grandes veículos de comunicação do país foi um elemento significativo nas mobilizações contra o governo de João Goulart, quando este passou a contrariar os interesses multinacionais e associados. Além de forjar uma memória de antipatia aos ideais socialistas, especialmente na classe média, que enxergava nas “reformas de base” propostas pelo governo, um caminho para instalação do comunismo no país, os jornais ajudaram a criar um clima de profunda desordem social e corrupção generalizada na administração pública. Resultado: golpe de Estado apoiado pela grande imprensa e 21 (vinte e um) anos de ditadura civil-militar no Brasil.

Voltando ao processo de manipulação jornalística, ou ainda, ao processo de seleção e tratamento que transforma os fatos em mercadoria (nota, notícia, reportagem, etc.), Marcondes Filho (1989, p. 40) enxerga três formas mais comuns de falseamento, ou ainda, encobrimento das notícias como significados censurados: a visão fragmentada e personalizada dos processos sociais; o uso da técnica e da linguística e a sonegação das informações indesejáveis.

A produção jornalística apresenta os acontecimentos de forma fragmentada, diluída e difusa, desligados do contexto sócio-histórico. Tal fragmentação, consequência de uma técnica mercadológica, “quebram a lógica dos fatos entre si; estes são tomados no seu aparecimento imediato e perde-se a dimensão de uma totalidade que os subsuma e os explique”, conforme Marcondes Filho (1989, p. 41). Quando o *Tribuna do Café*, por exemplo, noticia casos de grilagem no Sul da Bahia²⁸, e omite a luta dos posseiros de Pau Brasil, o jornal, deliberadamente, fragmenta a ação social. Esse processo de fracionamento pode se dar também quanto à classificação das notícias por editoriais. Assim, acontecimentos sobre esporte, educação e cultura são apartados dos desdobramentos políticos.

Ainda como resultado desta técnica de separação (voluntária ou não) entre a parte e o todo, a informação veiculada nos jornais apaga a marca de um processo de trabalho (reificação), equiparando-se às demais mercadorias provenientes da produção capitalista.

O processo de personalização dos fatos sociais e das informações publicadas em geral, de acordo com Marcondes Filho (1989, p. 42), está estreitamente relacionado ao “mecanismo de intimização das questões públicas, da *bagatelização* dos fatos e do culto à personalidade”, tal qual acontece na historiografia e nas ciências sociais. Explica o autor:

As determinações histórico-estruturais dos fenômenos, como responsáveis pelas ocorrências no que se refere à política e à economia sobre o dia-a-dia são desprezadas. Os fatos aparecem soltos, sem relacionamento com fatores internos macrossociológicos da realidade. Diferente da técnica de fragmentação das notícias, que pode ser interpretada como “estratégia mercadológica” no sentido de “dividir para vender mais”, a personalização dos fatos sociais e jornalísticos está no núcleo da explicação histórica burguesa (MARCONDES FILHO, 1989, p. 43).

Destacam-se também como formas de manipulação da informação, a utilização de determinadas formas linguísticas, ou ainda o que se convencionou chamar de linguagem jornalística, e o artifício do destaque e supressão de informações. Devemos, contudo, salientar que esta linguagem própria da atividade jornalística “mobiliza outros sistemas simbólicos além da comunicação linguística” (LAGE, 2006, p. 10), como projetos gráficos, fotografias, charges, imagens,

²⁸ TRIBUNA DO CAFÉ. **Grilagem de terras**. Vitória da Conquista, 23 de abril de 1977.

ilustrações, gráficos, etc. No intuito de garantir, portanto, a eficácia da comunicação e a aceitação social, o registro linguístico empregado no jornalismo é basicamente composto por “palavras, expressões e regras combinatórias que são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal” (LAGE, 2006, p. 51). Pensar a linguagem jornalística revela-se fundamental para compreensão de questões de ideologia na difusão de informações pela imprensa, já que “não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico” (LAGE, 2006, p. 54).

É neste sentido que avaliamos, mais adiante, os recursos utilizados pelo *Tribuna do Café*, na elaboração da narrativa dos episódios referentes ao confronto *posseiros-grileiro* de Pau Brasil. Decidir qual acontecimento tem “interesse público” e deve ser publicado, bem como, qual enfoque, espaço e/ou posição terá a informação, são formas jornalísticas de enquadrar a realidade – conseqüentemente, tal operação revela-se um patente trabalho de enquadramento da memória social (POLLAK, 1989, p. 10). Ao ampliar, reduzir ou suprimir as informações, o jornalista intervém conscientemente na reprodução dos fatos, diferentemente das demais formas de manipulação antes mencionadas (MARCONDES FILHO, 1989, p. 50-51).

A atividade jornalística vai além de noticiar fatos interessantes. De acordo com Marcondes Filho (1989, p. 50-51),

Fazer jornalismo não é só divulgar notícias ideologicamente orientadas, mas também, e principalmente, redimensionar o conjunto dos fatos sociais (notícias) de acordo com essa natureza artificial. O mundo que o jornalismo recria é, portanto, um outro mundo, com outros dados e outra atribuição de importância, que já não tem muito a ver com a realidade. É um mundo forçado, cristalização ideológica da realidade que seus produtores almejam e situam como ótima.

Embora a imprensa *comercial-burguesa* se apresente como porta-voz da “opinião pública”, baseada no embuste do compromisso social de reproduzir fielmente, como um espelho, a realidade concreta, muitas vezes até dissimulando uma postura de oposição ao estado burguês, suas publicações revelam interesses de seus proprietários, isto é, da classe dominante. Assim, acentuado pelo caráter mercadológico dos seus produtos, conforme acima exposto, a atividade jornalística tende a reforçar a visão de mundo dos detentores do capital, poucas vezes abrindo espaços para vozes dissidentes.

Destacamos nas matérias, aqui analisadas, passagens em que o *Tribuna do Café* exige das “autoridades”, uma solução para as batalhas entre camponeses e

grileiros. O periódico, na realidade, reclama do Estado uma atitude no sentido de acabar com aqueles confrontos que perturbam a ordem burguesa. Na notícia sobre a visita dos vereadores que integraram a CPI do caso de Pau Brasil, por exemplo, o jornalista comentou:

Enquanto isso, avolumam-se os problemas neste sentido e se faz necessário que as autoridades competentes se definam urgentemente, antes mesmo que acontecimentos mais graves ainda possam acontecer (TRIBUNA DO CAFÉ, 19/05/1977).

Ainda em relação à tendência dos meios de comunicação de massa, afetados pela lógica comercial, reforçarem a ideologia dominante, fechando espaço editorial para os discursos de resistência, advindos geralmente dos setores subalternos e marginalizados, as matérias sobre grilagem publicadas no Tribuna do Café nunca tiveram os trabalhadores rurais como fontes. Quando muito, políticos, religiosos, advogados e líderes dos movimentos sindicais representavam os camponeses. Sob este raciocínio, reprodução fiel da visão da classe dominante, os movimentos sociais são considerados noticiáveis somente em situações de conflito: em choque com a polícia, atrapalhando o trânsito, causando prejuízos à propriedade privada etc. Ou seja, os movimentos populares só aparecem como notícia enquanto perturbadores da ordem social.

Os critérios de *noticiabilidade*, ou os fatores que indicam aos jornalistas a relevância de um acontecimento para o interesse público, bem como as técnicas de enquadramento e edição (organização visual e auditiva) são mobilizados pelos profissionais envolvidos no processo de produção e mercantilização dos jornais no intuito de obter lucro, mas especialmente perpetuar alguns fatos em detrimento de outros. Naturalmente, se a elaboração dos jornais está subordinada à lógica da produção capitalista, há uma predisposição ao direcionamento de discursos e enquadramento de memórias que reforcem a ideologia dominante, muito embora devamos considerar a possibilidade de veiculação de significados de resistência. Em outras palavras, a produção de informação, na chamada grande imprensa, está estruturada de forma a legitimar as relações de poder. Assim, o jornalismo, “forma elementar e balbuciante da história imediata” (LACOUTURE, 1990, p. 231), exerce o monopólio de produção dos acontecimentos (NORA, 1979, p.181), relegando tantos outros fatos ao esquecimento.

A atividade jornalística, no entanto, não é praticada fora da sociedade, e como tal é afetada pela luta de classes, o que implica dizer que está sujeita ao movimento da contradição. Queremos dizer com isso que, embora o jornalismo esteja mais propenso a reproduzir o ideário capitalista, muitas vezes veicula, significados contraideológicos, discursos de resistência.

3.2 JORNAL: DOCUMENTO-MONUMENTO

Ao registrar acontecimentos de um dado contexto histórico-social sob a forma escrita, o que lhe confere automaticamente o caráter documental – e, por conseguinte, credibilidade –, além de se objetivar como a materialização de um testemunho histórico, isto é, como produto das relações de poder daquela época, os jornais emergem como “documento-monumento”, na expressão utilizada por Le Goff (1990).

Entendemos por documento, em sua acepção mais ampliada, qualquer registro escrito, imagem, áudio, ilustração, etc. Constatamos, então, que os meios de comunicação de massa não são os únicos, logicamente, a produzirem documentos; tampouco esta seria uma faculdade particular da imprensa jornalística escrita. Destacamos, contudo, o jornal impresso como relevante produtor de documentos, não somente porque sua atividade está impregnada pela capacidade de perpetuar narrativas do passado que podem se tornar vestígios para a construção de uma memória social, característica que também afeta outras mídias, mas também por este tipo de veículo ser apresentado tradicionalmente como sinônimo de verdade irrefutável. Basta lembrarmos, por exemplo, como as imagens de periódicos da imprensa escrita são utilizadas em publicidade de campanhas eleitorais, seja na televisão, no rádio ou internet, apresentadas como incontestes provas históricas.

Portanto, se os jornais almejam a documentação de fatos históricos que direcionam a rememoração do passado, atualizando a memória social em vista do presente e futuro, estes documentos devem ser estudados como monumentos. Embora a noção de monumento no senso comum designe as mais diversas edificações, como estátuas e lápides, destinadas a eternizar a memória de algo ou alguém, “o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (LE GOFF, 1990, p. 535).

Segundo alerta o historiador Jacques Le Goff não há qualquer documento objetivo ou inofensivo, e este, ao ser utilizado como instrumento de poder, transforma-se em monumento.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p. 545).

Ainda de acordo com este historiador, é preciso desmontar a aparência de verdade absoluta que reveste o documento, refletir as condições de produção dos documentos-monumentos. Em outras palavras, pensar o documento como monumento é estudá-lo numa perspectiva socioeconômica e política, sobretudo como instrumento de poder.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (LE GOFF, 1990, p. 547-8).

Lastreados por tal concepção, pensamos o conflito pela terra na Fazenda Matas de Pau Brasil através da análise do processo de produção de significados na no jornal Tribuna do Café, no intuito de desvendar os jornais como mecanismos de criação de acontecimentos memoráveis (NORA, 1979) e, enfim, como Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1980).

Desta maneira, estudar a veiculação de sentidos na cobertura jornalística acerca do referido evento e seu contexto histórico e social permite-nos pensar também a conjuntura de um dos capítulos mais obscuros da nossa história recente, a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), instaurada durante o período da chamada Guerra Fria, bem como a relação da imprensa comercial-burguesa com o regime.

3.3 JORNALISMO BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Compreender o comportamento da imprensa brasileira no contexto histórico das décadas de 1960 e 1970, período de grande importância tanto para o jornalismo quanto para a política nacional, é imprescindível ao estudo em tela. Apesar de propormos uma análise da cobertura do Tribuna do Café, periódico de maior expressão de Vitória da Conquista na época, acerca de um evento ocorrido praticamente durante a década de 1970, mostra-se indispensável refletirmos sobre parte dos acontecimentos da década anterior que influenciaram tanto os desdobramentos da luta pela terra em Matas de Pau Brasil como o comportamento do jornal avaliado. Assim, compreendemos que a conduta da imprensa escrita baiana, sobretudo conquistense, integra uma totalidade e não pode ser pensada fora do contexto histórico, político e econômico da época, ou seja, apartada da conjuntura histórico-política que interferiu na atuação da imprensa brasileira como um todo.

Até a primeira metade do século XX, a indústria da comunicação de massa era extremamente incipiente e declaradamente partidária (ABREU, 2006, p. 108-109). Posteriormente, influenciada, sobretudo pela aproximação do Brasil com os Estados Unidos, a imprensa local adotou o padrão de jornalismo estadunidense, baseado nos paradigmas da objetividade e imparcialidade. O período é também, marcado pelo engajamento de grande parte dos veículos de comunicação de massa do Brasil em uma intensa campanha contra o comunismo e a Revolução Cubana.

Conforme Abreu (2006, p. 110):

O contexto político da época era de grande exaltação contra o comunismo e contra a Revolução Cubana. O mundo vivia o confronto entre países ocidentais capitalistas e comunistas, o que muito contribuiu para exacerbar as posições ideológicas em conflito dentro do Brasil. O anticomunismo foi usado para difundir o medo junto à classe média e para identificar, nas reformas de base, a passagem do regime capitalista para o comunista. Os jornais, com maior ou menor ênfase, participaram da pregação anticomunista.

Impulsionada pelos anúncios anticomunistas financiados pelos Estados Unidos, a grande imprensa brasileira propagou a criminalização dos movimentos sociais e criou o cenário de corrupção política e caos administrativo, clamando pelo restabelecimento da ordem, postura que favoreceu o golpe que instaurou a ditadura civil-militar no país. O alinhamento da grande imprensa tanto na articulação que

derrubou Jango quanto, na legitimação do “governo dos militares” foi tamanho que até nos permite considerar a referência a um golpe “midiático-civil-militar” (SILVA, 2014, p. 32).

O pleito de outubro de 1960 elege como vice-presidente João Goulart, do PTB, apoiado pela esquerda trabalhista, com muito mais votos que o candidato eleito para presidente, o conservador Jânio Quadros, apoiado pela UDN. Após apenas sete meses de governo, numa tentativa frustrada de golpe²⁹, o presidente renuncia e Goulart assume. O presidente João Goulart, popularmente conhecido por Jango, “tentou uma política de conciliação nacional, equilibrando-se entre as pressões dos setores populares e democráticos e as dos grupos vinculados ao capital estrangeiro e ao imperialismo” (MAZZEO, 1995, p. 44). No entanto, não inspirava confiança à burguesia associada aos capitais internacionais e aos EUA, especialmente por sua disposição ao diálogo com as esquerdas.

No intuito de ampliar o mercado interno e regular a interferência do capital estrangeiro, foram propostas um conjunto de alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas, as chamadas “Reformas de Base”, antes já defendidas no governo de Juscelino Kubitschek (PTB). Dentre as principais alterações propostas, destacava-se em primeiro lugar, a reforma agrária, apontada como forma de reduzir os conflitos por terra e modernizar a produção no campo. Ainda sob as reformas propostas, pretendia-se estender a analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas o direito ao voto. Tais medidas, somada à divulgação do fantasma comunista pela mídia em geral (imprensa e propaganda), tornava o quadro político ainda mais acirrado.

O cientista político Antonio Carlos Mazzeo explica que essa radicalização da política brasileira, muito mais alimentada pela direita do que pela esquerda, não refletia as reais intenções de Goulart:

De fato, o governo Jango era propenso às reformas modernizadores e nacionalistas sim, mas nunca com objetivos socialistas ou comunizantes. O que pretendia o presidente era um capitalismo mais autonomizado do capital internacional, reforçando os grupos internos da burguesia. Todo problema residia no fato de que o próprio Goulart

²⁹ Jânio Quadros planejava renunciar ao governo como forma de comover as massas e coagir as Forças Armadas, então sob o comando de ministros conservadores, forçando o congresso a admitir sua volta como ditador, para não entregar o poder a João Goulart, reeleito vice-presidente do Brasil. O Congresso, porém, acatou a renúncia como ato de vontade pessoal de Quadros, frustrando seus planos.

não percebia que, para uma burguesia geneticamente débil e subordinada, essas posições eram entendidas como radicalizantes e comunizantes pois, de fato, o nacionalismo radical não lhe daria condições de partilhar os benefícios que o capital internacional poderia trazer para seu planos desenvolvimentistas. Em suma, Jango raciocinava utopicamente, alheio ao real caráter ideológico da burguesia nacional que vivia o país (MAZZEO, 1995, p. 45-46).

Embora algumas empresas de comunicação façam hoje uma espécie de *mea-culpa*, muitas vezes ressaltando-se como uma atividade de resistência à censura e à repressão, boa parte da grande imprensa, em especial os jornais impressos paulistas e cariocas, participaram ativamente do golpe de estado que derrubou o presidente João Goulart e instalou o regime militar no país, mais tarde praticando a autocensura em prol da construção de uma imagem positiva ao governo dos generais (AGUIAR, 2008).

Efetivamente, grande parte dos jornais transmitia a versão oficial do Estado no embate contra o terror comunista, escondendo a tortura, as mortes e desaparecimentos dos opositores. O apoio dos meios de comunicação ao golpe, e depois ao regime foi muito além do alinhamento editorial. O Grupo Folha emprestava caminhonetes aos torturadores da Operação Bandeirantes (OBAN), atraindo os militantes por estes não perceberem que se tratava de uma operação policial (KUSHNIR, 2004, p. 333).

O jornal Folha da Tarde³⁰, um dos diários do Grupo Folha, recebeu ironicamente a alcunha de “jornal de maior tiragem”, devido ao grande número de policiais, sobretudo ligados à operação OBAN, que atuavam em sua redação.

O próprio editor-chefe possuía um cargo administrativo na Polícia, obtido por concurso desde 1962. O coronel administrativo da PM - na época, major - Edson Corrêa era repórter de Geral; o delegado Antônio Bim esteve por algum tempo no jornal; o chefe de reportagem Carlos Dias Torres era investigado de polícia e o editor-chefe de Internacional, Carlos Siqueira Campos, era agente no DOPS (KUSHNIR, 2004, p. 327).

A atuação da imprensa corporativa em alinhamento com os interesses da elite orgânica do capital multinacional e associado foi fundamental para o desfecho dos acontecimentos políticos da história recente do país, e de forma ainda mais evidente

³⁰ O jornal Folha da Tarde ficou conhecido como “diário oficial da OBAN”, uma vez que, reproduzia fielmente os informes do governo nos moldes de informação jornalística (KUSHNIR, 2004, p. 340).

no apoio ao movimento que derrubou Jango e ao regime ditatorial. A pregação anticomunista foi a tônica das atividades midiáticas antes e depois do golpe de 1964.

Figura 4 – Comunistas Agitam a Guanabara com Onda de Greve e Conflito



Fonte: Jornal Diário de Pernambuco, Ano 138, nº 163, 08.08.63, p1.

Figura 5 – Prisioneiros Viajam e Sequestradores Prometem Soltar Embaixadores



Fonte: Jornal do Brasil, Ano LXXIX, nº 101, 08.08.69, p.1.

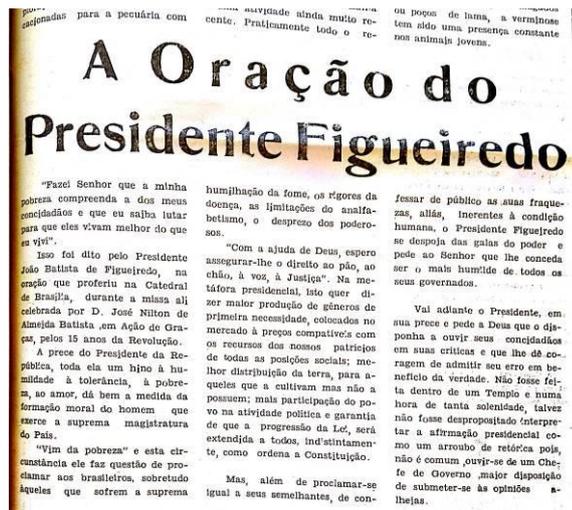
Ressaltamos que tal prática foi reproduzida não somente pelos veículos de maior audiência do país, sequer restringiu-se aos diários de maior expressão nacional (exemplos acima). A campanha anticomunista foi repetida também por diversos jornais de menor tiragem. O periódico aqui estudado, *Tribuna do Café*, jornal com tiragem aproximada de 300 (trezentos) exemplares, veiculava matérias que criticavam governos ditos socialistas e enalteciam o governo dos militares, conforme exemplos abaixo.

Figura 6 – A “democracia” dos comunistas



Fonte: Jornal Tribuna do Café, 06.12.79.

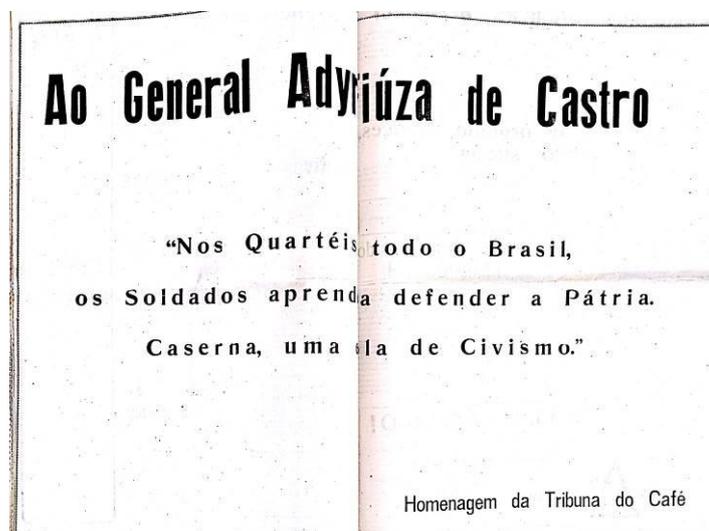
Figura 7 – A oração do Presidente Figueiredo



Fonte: Jornal Tribuna do Café, 02.04.79.

Conhecido torturador que havia comandado o DOI-CODI carioca e um dos criadores do Centro de Informação do Exército (CIE), general Adyr Fiúza de Castro recebeu homenagem em duas páginas do Tribuna do Café, na edição de 31 de maio de 1977, quando servia à 6ª Região Militar, sediada em Salvador (D'ARAUJO; SOARES, 1994, p.35).

Figura 8 – Homenagem ao general Adyr Fiúza de Castro



Fonte: Jornal Tribuna do Café, 31.05.77.

Tais exemplos comprovam que periódicos de menor expressão nacional, a exemplo do Tribuna do Café, reproduziam os padrões dos grandes veículos de imprensa do país, ao praticarem uma autocensura que beneficiava explicitamente o regime. E este alinhamento ideológico dos donos de jornais e jornalistas conservadores foi capital, em conjunto com os aparelhos repressivos (ALTHUSSER, 1980), para fundar a memória predominante de ordem e eficiência da tecnocracia do governo militar, apresentando aqueles que se contrapunham ao regime como inimigos da nação.

É verdade que a atuação da imprensa não foi uniforme durante todo o governo civil-militar (ABREU, 2006, p. 108), e parte dos jornalistas que apoiaram o Golpe passou a criticar a ditadura posteriormente. Alguns jornais e jornalistas não se acomodaram à censura imposta pela ditadura, e alguns destes foram silenciados exatamente por isso (ALVIM, 1979, pp. 11-12). Ratificamos, porém, parcela significativa dos grandes veículos de comunicação, que atuaram ativamente, na criação do clima necessário ao Golpe e, depois, à manutenção do regime.

Considerando o monopólio da produção e divulgação dos acontecimentos históricos por parte dos veículos de comunicação massiva (NORA, 1979, p. 181), os documentos criados pela publicação de grande parte dos periódicos desta época fundam a imagem, ou melhor, institucionalizam a memória social de um governo probo e competente, que trata os perturbadores da ordem social com firmeza.

Assim, os temas que integravam a agenda progressista dos trabalhadores e movimentos sociais, a exemplo da reforma agrária, ou outro assunto que contrariasse os interesses de setores da burguesia entreguista, não ganhavam espaço nos noticiários, exceto em veículos da imprensa alternativa, publicações de resistência chamadas pejorativamente de “imprensa nanica”, por terem pouco poder de publicização e/ou repercussão.

Como afirmamos anteriormente, o espaço editorial somente é concedido aos movimentos populares quando estes estão em situação de conflito, aparecendo para o público como alteração do *status quo*, o que contribui para a criação de uma memória negativa das manifestações que visam questionar a ordem capitalista. Assim, os posseiros de Matas de Pau Brasil se tornaram personagens das notícias do Tribuna do Café (também dos demais periódicos) porque resistiram ao processo de expropriação da terra e enfrentaram o grileiro... e o Estado, colocando em questão a ordem burguesa.

Os jornais conservadores somente começaram a publicar acontecimentos que contrariavam o regime quando a farsa do “milagre econômico” tornou-se mais patente e incomodou os verdadeiros donos do poder, isto é, quando a burguesia associada ao capital estrangeiro experimentou prejuízos e não mais admitiu os generais como seus representantes, culminando no pacto tácito que findaria a ditadura civil-militar. Este processo inicia-se nos governos dos generais Ernesto Geisel, caracterizado pelo engodo do projeto de “distensão lenta, segura e gradual”, e João Figueiredo, último presidente do regime militar.

3.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA MEMÓRIA

Embora a memória tenha sido objeto de estudos desde os antigos clássicos, é com o sociólogo francês Maurice Halbwachs que ela passa a ser analisada sob o aspecto da coletividade, assumindo uma natureza de caráter social. Em *A Memória Coletiva*, obra póstuma deste autor, referência em pesquisas acerca da problemática, a tese central consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Em outras palavras, o indivíduo que lembra alguma experiência está sempre inserido em um grupo de referência, que o auxilia no trabalho de recordação, tornando mais exato o processo de rememoração. Ou

ainda, nas palavras do próprio autor:

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Em resposta aos seus maiores críticos contemporâneos, o psicólogo Charles Blondel, para quem a memória individual seria necessária e suficiente para recordar e reconhecer lembranças (apud RICOEUR, 2007, p. 131), e o historiador Marc Bloch, que entendia a memória coletiva como “fatos de comunicação entre indivíduos” (CASADEI, 2010, p. 156), Halbwachs afirma que: “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (1990, p. 51). A memória coletiva é, portanto, o trabalho elaborado por um determinado grupo social, que associa e localiza as lembranças em quadros sociais comuns, tendo como seu produto final uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas. Ainda conforme o sociólogo francês:

A memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. A memória individual não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referências que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 53-54).

Depreende-se de tal concepção de memória, a inviabilidade de uma memória estritamente individual, já que os indivíduos apoiam-se nas recordações do grupo para lembrar. Até mesmo quando se trata de fatos em que o indivíduo estava sozinho, recorda-se por meio do grupo. “Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 1990, p. 31). Isso quer dizer que as lembranças permanecem coletivas, mesmo quando somente nós vivenciamos algum fato. A memória coletiva está sempre ancorada em “quadros sociais” que servem de referência ao indivíduo que lembra: “*No existe posibilidad de memoria fuera de los marcos utilizados por los hombres que viven en sociedad para fijar y recuperar sus recuerdos*” (HALBWACHS, 2004, p. 101). Cumpre destacar que

o autor não se refere à possibilidade de sermos observados enquanto julgamos estar solitários em determinado acontecimento:

Se esta análise estiver correta, o resultado para onde nos conduz permitiria talvez responder à objeção mais séria e, aliás, a mais natural a que nos expomos quando pretendemos que só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo (1990, p. 36).

Os estudos de Halbwachs afetam diretamente as teses *psicologizantes* da memória, que tinham como um de seus maiores expoentes na época Charles Blondel. Para o que se propõe refletir aqui, a principal crítica de Blondel é a de que nem toda recordação necessita de “quadros sociais” como suporte. Ele criticou, apesar de pertencer a corrente teórica *durkheimiana*, a forma como a memória individual era reduzida ao fenômeno coletivo (SANTOS, 2003, p. 38).

Segundo Bloch, mesmo o conceito de memória coletiva é questionável, pois o termo pode ser empregado em questões que envolvem apenas a comunicação entre os indivíduos. Esta abordagem implica em estender à memória, problemas relacionados à comunicação. Isso quer dizer, basicamente, que memória está suscetível a falhas de transmissão, a mal entendidos e/ou a distorções conscientes (ou não) acerca do passado. Assim, Bloch salienta a possibilidade de falsas recordações e equívocos na composição da memória coletiva.

Outra crítica contundente deste autor à teoria halbwachiana, deve-se ao fato desta negligenciar a existência de memórias estritamente individuais. Mesmo quando admite a possibilidade de um estado de consciência puramente individual, Halbwachs (1990, p. 37) o denomina “intuição sensível”, ainda assim, na intenção de “distingui-lo das percepções em que entram tantos elementos do pensamento social”. Ele acreditava que “fatos desse gênero fossem raros, e mesmo excepcionais” (HALBWACHS, 1990, p. 36).

Assim como tantos outros discípulos de Emile Durkheim, Halbwachs compreende que a sociedade condiciona o indivíduo. Para ele, a subjetividade existe, porém de forma limitada. Este determinismo social faz com que a teoria da memória halbawchsiana ignore “as tensões dialéticas existentes entre a memória individual e a construção social do passado” (PERALTA, 2007, p. 6). Sob a mesma ótica Fentress e Wickham (2012, p. 7) elucidam que Halbwachs

[...] concedeu um destaque talvez excessivo à natureza coletiva da consciência social e um relativo desprezo à questão do relacionamento entre a consciência individual e da coletividade que esses indivíduos efetivamente constituíram. O resultado foi um conceito de consciência coletiva curiosamente desligado dos reais processos de pensamento de determinada pessoa.

O conceito de memória elaborado por Halbwachs, notoriamente influenciado pela sociologia funcional-estruturalista durkheimiana, revela-se insuficiente para o desenvolvimento desta pesquisa, não somente por rejeitar o caráter individual da memória, percebendo o indivíduo “por uma espécie de autômato, passivamente obediente à vontade coletiva interiorizada” (FENTRESS E WICKHAM, 2012, p. 7), mas sobretudo por ignorar completamente o seu aspecto conflitual. Consideramos, contudo, como importante contribuição do sociólogo Halbwachs o fato de conceber a memória sempre como resultado de um processo coletivo, inserida em um determinado contexto social.

3.4.1 Memória Social: lugar de conflito

É, portanto, em contraposição à memória individual e, sobretudo, ao termo “memória coletiva”, cunhado por Halbwachs, também para evitar a “imagem de um inconsciente coletivo junguiano” (FENTRESS; WICKHAM, 2012, p. 7), que será utilizada nesta pesquisa a acepção “memória social”. Para tanto, é necessário que se admita implicitamente a doutrina durkheimiana de que as “idéias sustentadas coletivamente são ‘fatos sociais’ e, como tais, resultados de forças sociais e históricas” (2012, p. 19-20).

A despeito das críticas, a concepção de memória desenvolvida por Halbwachs tem o mérito de destacar o caráter social desta, antes ignorado pelos estudiosos que o antecederam, como é o caso de um dos seus mestres, o filósofo francês Henri Bergson, com quem somente mais tarde veio a romper. Seu trabalho se contrapõe à teoria da memória bergsoniana, sobretudo “no sentido de uma negativa radical a qualquer consideração no que diz respeito à influência do passado sobre o presente” (SANTOS, 2002, p. 130). Contudo, o seu maior legado foi, sem dúvida, compreender a rememoração através de “quadros sociais da memória” (HALBWACHS, 2004). Ou seja, mesmo que pareça particular, a memória apoia-se sempre em um grupo; ainda que o indivíduo execute o ato de recordar, este está sempre em interação com o social. Em suma, os “pensamentos e sentimentos

individuais somente existem como parte de estruturas e contextos sociais” (SANTOS 2002, p. 131).

Pode-se dizer que o pensamento halbwachiano ainda não foi totalmente superado, no que concerne à afirmação de que memória individual e memória coletiva são sempre construções em que “a dimensão social não é meramente um pano de fundo, mas uma causa” (ARÓSTEGUI, 2004, p. 21). Contudo, este modelo teórico que concebe a memória “como uma entidade reificada que existe acima e separada dos indivíduos” (JELIN, 2002, p.22), ou seja, como um fenômeno dotado de organização própria, apresenta limites (SANTOS, 2002, p. 130). Entre os críticos de Halbwachs, é consenso que a maior falha da teoria deste autor deve-se a uma interpretação durkheimiana extrema que toma os fatos sociais como coisas, negligenciando a natureza dialógica, intertextual e conflituosa da memória.

O sociólogo austríaco Michel Pollak (1989, p. 1) ressalta que Halbwachs além de não ter se dado conta de que a memória coletiva é imposta, “uma forma específica de dominação ou violência simbólica”, ainda destaca “as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo”. Porém, alerta Pollak (1989, p. 2), que “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”. Ou seja, importa conhecer “os processos e atores que interferem no trabalho de construção e formalização das memórias” (JELIN, 2002, p. 39). Nesse mesmo diapasão, Aróstegui afirma que:

De la obra de Halbwachs están prácticamente ausentes los problemas derivados de los usos de la memoria, la manipulación de la memoria colectiva, su importancia ideológica y como instrumento de poder, su papel en la lucha por la dominación y la hegemonía y, en último extremo, su fragmentación (2004, p. 21).

Compreende-se, portanto, na esteira do que já fora defendido por Ricoeur (2007) e Bergson (1999), o passado como algo determinado, imutável. Porém, a interpretação das narrativas deste passado e seus usos, realizados no presente, são suscetíveis a alterações, razão pela qual diversos atores sociais disputam a legitimidade de sua memória, contra os esquecimentos e silêncios, conforme explica Jelin (2002, p. 39):

El pasado ya pasó, es algo determinado, no puede ser cambiado. El

futuro, por el contrario, es abierto, incierto, indeterminado. Lo que puede cambiar es el sentido de ese pasado, sujeto a reinterpretaciones ancladas en la intencionalidad y en las expectativas hacia ese futuro. Ese sentido del pasado es un sentido activo, dado por agentes sociales que se ubican en escenarios de confrontación y lucha frente a otras interpretaciones, otros sentidos, o contra olvidos y silencios.

Lastreada na relação entre passado e presente, a memória integra um processo contínuo de reinterpretação das experiências evocadas. As memórias selecionadas para serem recordadas e narradas, bem como o sentido que lhes são conferidos no presente, se alteram com o passar do tempo. Em outras palavras: novas experiências atualizam constantemente informações do passado, atribuindo-lhes novas formas de compreensão, novos significados (THOMSON, 1997, p. 57). No processo de composição da memória, atores que estão no presente selecionam e transmitem imagens ou informações do passado, reformulando seus significados, como afirma Jedlowski (2000, p.132):

el pasado estructura el presente a través de sus legados, pero es el presente que selecciona estos legados reteniendo algunos y abandonando otros al olvido, y que constantemente reformula la imagen del mismo pasado, contando siempre una y otra vez la historia.

Não há como registrar ou lembrar tudo. A reconstrução integral do passado é algo impossível e, até mesmo, espantoso (TODOROV, 1992, p. 16). No entanto, compreendendo a memória como um esforço de recuperação de informações do passado, o ato de recordar se efetiva através de uma seleção realizada no presente, atendendo às aspirações atuais de quem recorda. Evidentemente, não há nada de involuntário na dinâmica da lembrança e do esquecimento.

Como la memoria es una selección, ha sido preciso escoger entre todas las informaciones recibidas, en nombre de ciertos criterios; y esos criterios, hayan sido o no conscientes, servirán también, con toda probabilidad, para orientar la utilización que haremos del pasado (TODOROV, 2000, p. 17).

A urgência de recordar ou esquecer o passado pressupõe a pretensão do uso da memória. A operação de seleção que compõe a memória social, indica aos sujeitos os rastros daquilo deve ser “memorizado, rememorado, festejado, ou daquilo que deve ser olvidado para o bem de uma dada ordem” (ALMEIDA, 2014, p. 54). Não podemos falar, assim, de uma memória social unívoca devido à

complexidade do metabolismo social. Cada grupo, classe ou fração de classe propõe um significado ao passado que melhor se adéqua aos seus valores e interesses (JEDLOWSKI, 2000, p. 127). Assim, se as memórias são resultado das relações sociais e, conseqüentemente, “constructos político-ideológicos”, logo são “lócus de conflitos e contradições” (ALMEIDA, 2014, p. 57). E é neste sentido que se torna imprescindível o estudo da memória e sua relação quase simbiótica com a ideologia.

Antes, devemos salientar que a memória aqui é entendida como elemento social em contraposição ao seu aspecto biológico ou psíquico, como era concebida no século XIX. Seguindo o pensamento de Almeida (2014, p. 54), a concepção de memória aqui utilizada “trata da sua natureza social, de seu caráter de constructo social nos marcos de uma determinada sociedade, a partir da interação e do lugar que os sujeitos ocupam nela”. Em consequência desta opção, a memória é aqui abordada sob a perspectiva do Materialismo Histórico e de sua dialética. Em outras palavras,

alçada na concepção de que indivíduos e coletivos produzem suas memórias como fruto do universo material em que se inserem historicamente. Esta perspectiva do conceito de memória implica contemplá-la à luz da história em toda a objetividade/subjetividade a que está submetida, à luz da dialética. Implica afirmar que, em consequência, a relação passado/presente é simbiótica quando arrolada à memória (ALMEIDA, 2014, p. 53).

Por esta perspectiva de análise, além de pensarmos a memória como fenômeno construído coletivamente admitindo a importância das contribuições de Halbwachs, consideramos os atores e estratégias envolvidos na disputa pela determinação do que será lembrado do passado, bem como, os aspectos políticos, econômicos e sociais do contexto que caracterizam a recordação como objeto e instrumento de poder. Conforme destacado por Le Goff, “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (1990, p. 426).

3.4.2 Memória e ideologia ou memória ideologizada

Ao tratarmos da inextrincável articulação entre memória e ideologia, o conflito evidencia-se como marca fundamental, já que ambas revelam as contradições

sociais nas quais estão envoltas. Não poderíamos pensar diferente, se entendemos tanto a memória como a ideologia enquanto fenômenos resultantes das relações sociais, inseridas no contexto de uma sociedade estratificada e desigual.

De antemão, impõe ressaltarmos que a memória não é, em si, ideológica, embora funcione como tal, sempre que é utilizada para legitimar as relações de produção vigentes e justificar o *status quo* capitalista, ou seja, quando esta é empregada pela classe dirigente como instrumento de dominação socioeconômica, como forma de perpetuação da sociedade burguesa. Por conseguinte, sob a ótica materialista, somente as memórias que servem aos interesses das forças dominantes são ideológicas, posto que compete à ideologia a elaboração de explicações e interpretações que ocultam a divisão social das classes (CHAUÍ, 2013, p. 117). Quando manifestamente ideológica, a memória constitui-se de significados permanentes, atribuindo ao passado uma interpretação única, homogênea.

A memória social é organizada, contudo, sob a influência dos conflitos, individuais e coletivos, em um determinado contexto histórico e, conseqüentemente, está suscetível a revisões de ordem *político-ideológicas*. Nesta perspectiva, de acordo com Almeida (2014, p. 58), “a memória é também expressão ideológica a refletir as diferentes forças que se digladiam na sociedade pelo domínio social no presente se apossando do passado”. A memória social caracteriza-se, então, através da dinâmica da lembrança e do esquecimento, como uma extensão da luta das classes pelo poder. Sob esta ótica, afirma Almeida (2014, p. 59):

[...] lembrar e esquecer são processos típicos da luta de classes quando explode no campo da memória histórica, e por isto ela é sempre seletiva, e assim susceptível à rememoração *ad nauseam* ou ao silêncio e ao esquecimento, a depender da correlação de forças nas lutas sociais. As classes dominantes ressaltarão memórias e reminiscências que dizem respeito ao caráter da sociedade que querem imprimir, fazendo-o através de seus aparelhos ideológicos (meios de comunicação de massa, escola, etc.), num processo que ressalta heróis fabricados pela história oficial e pela memória nacional.

Para apreendermos os aspectos ideológicos pertinentes ao processo de constituição da memória e do esquecimento, portanto, é necessário considerarmos os agentes e os meios utilizados por estes no conflito pela institucionalização de suas narrativas do passado. É imprescindível, ainda, reconhecermos a instabilidade da memória, que reconstrói continuamente o passado de acordo com as

conveniências do presente, conforme apontado por Halbwachs:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada (1990, p. 71).

Ou ainda, nas palavras do historiador Jacques Le Goff:

Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente (1990, p. 41).

Esta percepção denuncia a existência de um controle do uso, ou melhor, da transmissão da memória social, pois “define o que se recorda coletivamente e quais aspectos selecionados para o processo de memorização social, aproximando-nos, sobremaneira, da relação entre memória e ideologia” (MAGALHÃES; ALMEIDA, 2011, p. 3). Considerando o fato de que é ontologicamente impossível que tudo seja lembrado, o que torna a memória seletiva por natureza, certamente algumas memórias serão olvidadas ou pouco evidenciadas, enquanto outras serão largamente disseminadas e se tornarão hegemônicas. Por outro lado, afirmar que não existe possibilidade de registro/recuperação total de fatos/imagens, obriga-nos a admitir que a memória é composta do que foi possível recordar. Entretanto, a formação da memória não se efetiva através de uma operação automática, isto é, por um processo espontâneo e despretensioso. A memória social se edifica no campo político, por meio da ideologia.

O filósofo e linguista búlgaro, radicado na França, Tzvetan Todorov (2000) refletiu acerca dos usos da memória e os distinguiu em duas formas: literal e exemplar. Na primeira ocasião, quando um acontecimento é preservado em sua literalidade (não necessariamente verdade), “*permaneciendo intransitivo y no conduciendo más allá de si mismo*” (TODOROV, 2000, p. 30). Na segunda, exatamente quando deixa de ser privada e passa à esfera pública, a recordação é generalizada e sintetizada como exemplo, convertendo o passado “*en principio de acción para el presente*” (2000, p. 31). Neste sentido, as lembranças contribuem para a manutenção ou superação das relações de dominação.

Em sua última obra, *A Memória, A História, O Esquecimento*, o filósofo e

historiador, Paul Ricoeur, atesta um trabalho de manipulação da narrativa como expediente ideológico no âmbito da memória e do esquecimento. Afirma ele que

A ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. Para quem atravessou todas as camadas de configuração e refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial (2007, p. 455).

Segundo o filósofo e historiador, o fenômeno da ideologia pode ser analisado em três níveis operatórios: “distorção da realidade, legitimação do sistema e integração do mundo comum por meio de sistemas simbólicos imanentes à ação” (RICOEUR, 2007, p. 95). Ricoeur julga que a ideologia, pensando-a sob uma “semiótica da cultura”, pode operar legitimamente como mecanismo de “coerção silenciosa sobre os costumes numa sociedade tradicional” (RICOEUR, 2007, p. 95), isto é, como justificação do poder e manutenção da ordem.

Há uma relevante divergência, contudo, entre a concepção de ideologia proposta por Ricoeur e a nossa, apresentada no capítulo anterior. O autor critica a aceção apresentada por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (1845-1846), pois considera que a metáfora da imagem invertida, enquanto distorção, “somente seria plausível caso se articulasse com o fenômeno de legitimação” indicado por ele no centro do dispositivo ideológico e “caso afetasse em última instância as mediações simbólicas insuperáveis da ação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 97). Ele afirma, ainda, que a “ontologia da *práxis* e mais precisamente do trabalho vivo, constituem ao mesmo tempo a força e a fraqueza da teoria marxista da ideologia” (MARX; ENGELS, 2007, p. 97).

Partindo da análise weberiana, mais precisamente do conceito de ação social e de relação social, Ricoeur (1990) rejeita a concepção negativa de ideologia. Para ele, a função mais genérica da ideologia é mediar a integração social na coesão do grupo. O fenômeno ideológico, em suas próprias palavras, “está ligado à necessidade, para um grupo social, de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se no sentido teatral do termo, de representar e encenar” (RICOEUR,

1990, p. 67). Ainda segundo este autor, pensar a ideologia em termos de classes sociais é uma armadilha, “fechar-se ao mesmo tempo numa polêmica estéril pró ou contra o marxismo”, e por isso ele busca um pensamento “a-marxista”, ou seja, que tenha a “audácia e capacidade de cruzar Marx, sem segui-lo nem tampouco combatê-lo” (1990, p. 67). Para tanto, Ricoeur (1990 e 2007) reduz a abordagem marxista, equivocadamente, à metáfora da imagem invertida em uma câmara escura, utilizada por Marx e Engels em “A Ideologia Alemã” (2007), cuja acepção apresenta o fenômeno como falsa representação do mundo.

Inspirados pela criação da fotografia, talvez a mais fascinante criação do século XIX, Marx e Engels recorreram a uma imagem sugestiva que melhor poderia representar a realidade na época. Para estes autores, a ideologia não é um simples reflexo do real na consciência dos homens, mas o modo abstrato e invertido por meio do qual, estes apreendem o aparecer social como se tal aparecer fosse a realidade social. Caso entendessem a ideologia uma espécie de “espelho ruim” da realidade concreta, Marx e Engels não pensariam o mundo e a consciência como uma relação dialética, mas como uma relação mecânica ou de causa e consequência. Uma leitura mais aplicada da obra marxiana – inclusive d’A Ideologia Alemã – evidencia que o fenômeno ideológico não se limita a uma racionalização cínica e grosseira dos interesses da classe dominante. “Muitas vezes ela [a ideologia] falseia as proporções na visão do conjunto ou deforma o sentido global do movimento de uma totalidade, no entanto respeita a riqueza dos fenômenos que aparecem nos pormenores” (KONDER, 2002, p. 43).

Apesar da divergência apontada acima, é irrefutável que Ricoeur (2007) contribuiu significativamente para ampliar as reflexões acerca do fenômeno da memória, abordando-a em articulação com o esquecimento, também por contemplar a questão dos usos e abusos da memória e do esquecimento como instrumentos de poder. Segundo o filósofo, a polissemia dos termos memória e esquecimento inviabilizam correlações automáticas entre recordar e olvidar. Isto quer dizer, conforme indicado nas considerações preliminares deste capítulo, que o ato de esquecer não se restringe a uma falha ou contingência das funções cerebrais que permitem a recordação. Mais do que isso, o esquecimento possibilita a memória.

Na tipologia dos usos e abusos da memória proposta por Ricoeur (2007), destacamos a “memória-manipulada”, produto da “manipulação concertada da memória e do esquecimento por detentores do poder” (2007, p. 93). Trata-se, em

outras palavras, de um procedimento ativo e voluntário por meio do qual as classes dominantes, utilizando-se dos Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1980), realizam um “trabalho de enquadramento” (POLLAK, 1989) da memória social no intuito de suprimir outras memórias e dissimular o conflito de classes. Ricoeur (2007, p. 455) destaca a narrativa como expediente capcioso empregado na composição das memórias ao afirmar que

O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos.

O poder dominante, por meio da propagação de memórias ideológicas e do apagamento das memórias contra-hegemônicas, justifica e propaga o mito de uma sociedade integrada e harmônica, visando mascarar os antagonismos e garantir a manutenção da ordem estabelecida. De acordo com Pollak (1989, pp. 8-9), mais do que a elaboração de discursos sobre acontecimentos e personagens, “os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas”. Por isso, a compreensão do fenômeno da memória passa, obrigatoriamente, por uma reflexão acerca dos silêncios, dos vazios narrativos, dos lugares amnésicos, da ausência de comemorações, enfim do esquecimento. Como afirma Aróstegui (2004, p. 17):

El silencio y el olvido tienen un “uso”, ejercen un papel en el mantenimiento de las vivencias y ocupan un lugar de relevante importancia en la reproducción social y en la plasmación del discurso histórico.

A memória social, em sua articulação com a ideologia, ocupa um lugar central no conflito entre a memória da classe operária e as ideologias dominantes dos grupos que controlam os meios de produção materiais e simbólicos. De fato que as estratégias de manipulação ideológica são empregadas para impor uma memória oficial e forjar o esquecimento, recurso precípuo à legitimação da ordem capitalista. Em contraposição, é também verdade que a memória social pode ser reivindicada em prol da elaboração de memórias revolucionárias, que pretendem a superação da sociedade burguesa. Embora as memórias das classes dominantes tenham maior evidência, sobretudo devido aos suportes dos Aparelhos Ideológicos (meios de

comunicação, escola, igreja, etc.) e Aparelhos Repressivos de Estado (justiça, polícia, etc.), a memória social pode ser reivindicada como expressão da atualização de um passado que reforce a história concreta dos trabalhadores, em contraposição à história oficial.

É neste sentido, enfim, que pesquisamos publicações do jornal impresso local *Tribuna do Café*, sobre um evento que, notoriamente, caracteriza a luta de classes, a disputa pela terra entre posseiros e grileiro na Fazenda Matas de Pau Brasil (1972-1981), pensando o jornal impresso como suporte material da memória social, como vestígio que possibilita a transmissão/atualização do passado de uma geração à outra (POMIAN, 2000, p. 508).

Analisando a cobertura jornalística acerca do referido conflito nas páginas do jornal mais lido em Vitória da Conquista naquela época, o *Tribuna do Café*, evidencia-se a construção/veiculação de significados ideológicos que lastreiam a reinterpretação dos fatos. Com isso, asseveramos que a produção jornalística tem papel ativo no processo de atualização do passado e, conseqüentemente, se posiciona nos desdobramentos da luta de classes.

4. ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA

Deste capítulo consta o detalhamento do procedimento utilizado na análise da cobertura jornalística do conflito pela terra em Matas de Pau Brasil, realizada pelo Tribuna do Café, bem como a exposição do *corpus* selecionado e analisado, objeto desta pesquisa.

A metodologia adotada neste trabalho, para análise das notícias publicadas no Tribuna do Café, opera, mais explicitamente, em três planos. Primeiro, as marcas do processo de apuração, ou seja, desde os critérios de *noticiabilidade* até a verificação das informações (indícios, documentos, entrevistas). Segundo, as marcas da produção, que envolve não só a composição do texto, mas a editoração gráfica e veiculação do produto final. E, por último, o contexto sócio-histórico, essencial à formação do sentido.

Desta forma, consideramos não apenas a dimensão textual da narrativa, mas principalmente, os fatores externos que afetaram a produção da notícia/discursos. Pensamos, assim, os atores (jornalista, fontes, vítimas, etc.), o gênero textual (notícia, reportagem, artigo), a localização (capa, quadrante inferior ou superior), recursos visuais/gráficos (fotografias, infográficos), bem como as características do veículo (tiragem, política editorial, público-alvo) e a conjuntura histórica e social do acontecimento em questão.

Para tanto, destacamos trechos, ou ainda, elementos textuais que, de certo modo, indicam ao enunciatário (leitor) como interpretar os fatos, ou evidenciam o silenciamento/esquecimento de informações que também contribuem para a formação do sentido pretendido pelo enunciador. Naturalmente, esta análise leva em conta os aspectos sociais, históricos e ideológicos que irrompem no contexto da produção da notícia. Caso contrário, seria uma análise mecânica e antidialética.

O texto jornalístico é permeado por vários discursos, tanto pelos objetivos comerciais quanto pela construção de sentidos, e emprega diversos recursos de seleção e tratamento da informação. Por isso, realizar a análise do discurso em um veículo jornalístico nunca é uma tarefa simples. Além do contexto sócio-histórico, a análise da cobertura de um jornal lastreia-se, principalmente, na linguagem utilizada, nos títulos, na localização da matéria nas páginas, nas citações, na hierarquia das fontes e informações, no conteúdo do texto, em seu aspecto gráfico, etc.

Em busca de conferir precisão, equilíbrio, clareza e credibilidade à informação veiculada, o processo de elaboração do texto noticioso tenta apagar as marcas de subjetividade, dando a impressão de que os fatos se narram por conta própria. Esta operação tenta induzir o leitor a admitir, sob uma opacidade ideológica dotada de intencionalidade, as “verdades” publicadas pelo jornal.

Devemos, portanto, considerar os significativos pressupostos do discurso jornalístico, fundados especialmente em sua função referencial e na pretensa exclusão da subjetividade. Neste sentido, Lage (2012, p. 58) afirma que a ideologia se articula em dois sentidos: pela ocultação do emissor e ou pela aparência de neutralidade. O texto jornalístico em geral, principalmente a notícia, está envolvido pela aura da objetividade, cujo intuito fundamental é legitimar a prática jornalística.

Obviamente que a concepção de objetividade no jornalismo não é bem aceita por pesquisadores que, frequentemente, denunciam a falsa dicotomia objetividade/subjetividade. O pressuposto da objetividade jornalística, segundo Genro Filho, está diretamente atrelado à ideologia:

Não há dúvida que a chamada “objetividade jornalística” esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como agregado de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autonomia em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo (2012, p. 197).

A ideia de objetividade jornalística, de acordo com Traquina (2005, p. 139), não alude a uma negação da subjetividade, mas a uma gama de procedimentos empregados pelo jornalista para garantir a credibilidade e se defender contra possíveis críticas ao seu trabalho.

Não há nada de neutro ou desinteressado no ato de noticiar. Pensamos que, ao compor sua matéria, além das suas convicções pessoais, o jornalista considera a linha editorial do jornal, os atores e as versões de um mesmo acontecimento, bem como os interesses econômicos do veículo, dos anunciantes e leitores. O jornalista elabora o discurso da notícia, também, baseando-se na memória de outras matérias já publicadas naquele e em outros periódicos. Em outras palavras: ao reproduzir os critérios de seleção e técnicas de redação já consolidados no jornalismo, o jornalista apoia-se em um compósito de enunciados “já ditos” para construir significados.

Desde a elaboração da pauta ou seleção do acontecimento noticiável, a produção e edição da matéria, o foco narrativo do texto, a organização na página e a angulação do conteúdo são definidos com objetivos que ultrapassam a eficácia comunicativa e o interesse público. Neste sentido, Bucci (2000, p. 51) afirma que “a verdade dos fatos é sempre uma *versão* dos fatos. O relato, qualquer que seja ele, é um discurso e, como tal, inevitavelmente ideológico”.

Além da lógica mercadológica que se efetiva no modo de fazer jornalismo, e especialmente na produção da notícia, devemos também considerar a dimensão simbólica que institui o discurso jornalístico como reflexo da realidade (CHARAUDEAU, 2006, p 17). Esta visão fundamenta-se no conceito de reflexo e refração bakthiniano, compreendendo que o acontecimento e o discurso jornalístico se dão em tempos distintos, pois o jornalista procede de forma a reconstruir os fatos, não apenas restituir.

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo (BAKHTIN, 2006, p.31).

Ainda apoiado por tal pensamento, Charaudeau (2006, p. 20) afirma que, se as mídias (imprensa) refletem a realidade, estas são “espelhos deformantes”, pois “mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo”. Assim, refletir o processo de construção dos significados nos discursos jornalísticos contribui, de forma significativa, para patentear elementos ocultos e intenções dissimuladas, bem como evidenciar o papel do jornalismo na *(re)produção* social da sociedade do capital.

4.1 ANÁLISE DA COBERTURA DO TRIBUNA DO CAFÉ SOBRE O CONFLITO DE MATAS PAU BRASIL

Antes de idealizar o Tribuna do Café, o jornalista gaúcho Isnard Gualtério de Vasconcelos³¹ adquiriu a tipografia do jornal Diário do Povo, editado pelo jornalista e ex-deputado Gerson Oliveira, e fundou o *Fantástico Regional*, que circulou pela primeira vez no dia 31 de julho de 1974, em Vitória da Conquista-Ba. Em abril do

³¹ O jornalista já tinha atuado em vários veículos de comunicação em todo Brasil, a exemplo do Jornal Última Hora, em Porto Alegre; Diário de Aracaju; Diário de Notícias, de Salvador, entre outros.

ano seguinte, o jornal mudou de nome para *Tribuna do Café*, o primeiro jornal conquistense com circulação diária. Apesar de conservar o *slogan* de “primeiro jornal diário de Conquista”, este sobreviveu sem circulação regular até início dos anos 1990.

Impresso inicialmente em máquinas tipográficas, o jornal tinha tiragem média de 300 exemplares por edição quinzenal. Isnard Vasconcelos, então, adquiriu maquinário dos Diários Associados, mais moderno, permitindo que o jornal passasse a ter tiragem semanal e, posteriormente, diária. Contudo, sua tiragem nunca excedeu a marca de 500 exemplares. Funcionava em sede própria, uma casa simples situada à Avenida Bartolomeu de Gusmão, com poucos recursos. Não possuía veículos automotores e sua equipe era reduzida, sem fotógrafo fixo.

Quanto ao aspecto gráfico, o *Tribuna do Café* tinha entre 8 e 12 páginas no formato *standard*, com impressão em preto e branco e pouca identidade gráfica. Apesar de poucos recursos gráficos (ilustrações, fotografias, mapas, infográficos, etc), a organização da macha gráfica do periódico não dificultava a leitura.

O jornal *Tribuna do Café* foi fundado exatamente no período de reintrodução e expansão da cultura do café no Planalto da Conquista, após o Instituto Brasileiro do Café (IBC), incluir a região no mapa de terras próprias ao cultivo da planta. A escolha do nome evidência uma tentativa de identificação do jornal com a burguesia agrária local, que depositava na cafeicultura a possibilidade de progresso econômico da região. Motivação esta, pelas quais as notícias que afetavam a produção e o comércio do café no mercado nacional e internacional, como a variação dos preços do produto na bolsa de valores e questões ambientais, tinham destaque em suas edições (conforme indica anexo A).

Combatia com veemência a administração do então prefeito de Vitória da Conquista, Jadiel Matos (MDB), e propagava rumores de perseguição por parte deste. Posteriormente, aproximou-se do prefeito Raul Ferraz, sucessor e aliado de Jadiel pela mesma legenda. Daí, a prefeitura passou a ser um dos maiores patrocinadores do periódico, junto com comerciantes locais.

A exemplo dos jornais de maior tiragem do país, o *Tribuna do Café* reproduziu a campanha anticomunista, antes e durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Em suas páginas, aqueles que contrapunham ao regime militar eram classificados como agitadores, insurretos, terroristas e antipatriotas (ver anexo A).

Na mesma linha, os generais, governantes e torturadores, ao contrário, eram reverenciados (conforme indica o anexo A).

Editor e proprietário do Tribuna do Café, Isnard Vasconcelos chegou a se candidatar a prefeito de Vitória da Conquista, em 1982, por uma das sublegendas do Partido Democrático Social – PDS (FERNANDES, 2011, p. 53), de direita, fundado em 1980, com o fim do sistema bipartidário do regime militar de 1964, oriundo da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)³², que tinha como um dos seus maiores expoentes Antonio Carlos Magalhães³³. O jornalista recebeu poucos votos e não foi eleito.

As relações políticas de Isnard Vasconcelos influenciavam claramente a linha editorial do Tribuna do Café, que se mostrou uma publicação filiada aos interesses da burguesia agrária local e do Estado, conforme evidenciam as análises das matérias abaixo.

4.1.1 “Grilagem de terras”

Destacamos esta matéria, sobretudo pelo fato de o jornal Tribuna do Café veicular um caso de grilagem ocorrido em outra região, negligenciando, deliberadamente, o conflito local, na Fazenda Matas de Pau Brasil, já noticiado pelos maiores diários da Bahia. A análise desta notícia, assim, evidencia a operação jornalística que seleciona quais fatos devem ter notoriedade, relegando outros ao esquecimento, ou seja, revela a produção jornalística como fabricação de fatos memoráveis (NORA, 1979).

Sob o título “Grilagem de terras”, a notícia está localizada em primeira página, no quadrante superior direito, abaixo da manchete e ao lado de uma nota sobre o aniversário do jornalista Aníbal Viana, Presidente da Associação Conquistense de Imprensa (Anexo A). Apesar do razoável destaque na primeira página, com título em letras grandes, o fato é noticiado em espaço de menor evidência que a nota sobre o aniversário do jornalista, considerando o padrão de leitura ocidental, de cima para baixo e da esquerda para a direita.

³² Deste, surgiu o Partido da Frente Liberal (PFL). Recentemente, o partido mudou novamente de nomenclatura, passando a ser denominado Democratas (DEM).

³³ Governador biônico nos mandatos de Emílio Garrastazu Médici (1971-1975) e Ernesto Geisel (1979-1983).

Além da localização gráfica desta notícia, outros aspectos aqui avaliados permitem-nos identificar a linha editorial do veículo, quer dizer, verificar os critérios da empresa jornalística que direcionam a cobertura e publicação de fatos. Conforme apontamos no decorrer da análise, a observação de tais pontos contribuem ainda, para uma melhor compreensão do processo de produção de significados no jornalismo, posto que este ultrapassa o trabalho de composição textual.

Esta matéria não foi assinada pelo jornalista. A ausência de indicação de autoria do texto foi empregada no intuito de ocultar a quantidade limitada de jornalistas que atuavam na redação do referido jornal, já que o editor e proprietário do jornal redigia praticamente todas os textos da edição. Consideramos imprescindível, ao analisar a cobertura jornalística em determinado periódico, avaliar a estrutura da empresa, a tecnologia de seu maquinário e a popularidade dos seus redatores, pois são aspectos relevantes para a consolidação da credibilidade do veículo junto ao público leitor (SOUSA, 2006, p. 661).

Ressaltamos, ainda, que a ausência de autoria da matéria pode ser utilizada como estratégia de diluição da responsabilidade sobre o conteúdo veiculado, uma forma de resguardar o jornalista responsável pelas informações contidas no texto, evitando constrangimentos ou retaliações individualizadas. Sendo assim, o periódico assume as consequências do que foi publicado (SOUSA, 2006, p. 709).

Com relação ao título da notícia, talvez um dos elementos mais básicos na produção jornalística, com função de atrair a atenção do leitor, geralmente são marcados por verbos com forte conotação de ação. “Grilagem de terras” é um título sem sujeito e sem verbo, estratégia que apaga a evidência de um acontecimento interessante. Nota-se que o título da manchete³⁴ desta mesma edição, “Presidente criará o restituível da gasolina”, o verbo “criará” faz toda a diferença, pois aponta para uma mudança (ação/movimento) no custo do combustível. A informação de uma nova ação do presidente, uma novidade, desperta interesse, pois altera uma condição que pode representar impacto na vida do leitor. “Grilagem de terras” é um tema e não expressa a singularidade de um acontecimento noticiável.

A única imagem da página (anexo A) é uma fotografia do aniversariante, Aníbal Viana. Nenhuma outra notícia desta página teve imagens associadas ao conteúdo informativo da matéria. Embora o texto relate a participação de tratores de

³⁴ Notícia de maior destaque na página de um jornal.

um órgão público, trabalhando em terras griladas para beneficiar o grupo de latifundiários que infringem as leis, nenhuma fotografia ilustra tal informação, o que poderia servir como comprovação das denúncias enunciadas na matéria. Porém, devemos compreender que a falta de fotografias nas edições do Tribuna do Café deve-se mais à falta de recursos do periódico, no sentido de realizar uma cobertura mais efetiva, do que a uma estratégia de *(des)valorização* dos fatos noticiados. No entanto, mesmo levando em conta tal aspecto, é o que denota.

Quanto à elaboração do texto, a notícia não foi redigida sob a lógica da “pirâmide invertida”³⁵, a técnica de produção textual mais comumente empregada no jornalismo moderno, iniciando o relato pelas informações mais importantes. Ao contrário disso, a notícia foi composta em “nariz de cera”³⁶, introdução que adia a entrada do assunto principal do texto. Isso quer dizer que o jornalista não deu destaque à informação do acontecimento mais relevante.

No *lead*, ao informar que “Há muito se tem falado em grilagens de terras, na região de São Francisco, na Chapada Diamantina, na região Sul e agora na região da Caatinga, precisamente São João do Paraíso e Rio Pardo”³⁷, o enunciador ignora os casos de grilagem na região de Vitória da Conquista, principalmente o conflito entre posseiros e grileiro na Fazenda Matas de Pau Brasil, em Barra do Choça, fato já noticiado pelos jornais Tribuna da Bahia, A Tarde e Jornal da Bahia, principais diários da capital baiana.

A informação acerca do apoio de órgão do governo estadual a latifundiários em terras griladas de outra região poderia servir de gancho para reportar as arbitrariedades cometidas pelas Polícias Civil e Militar, também instituições estatais, contra os posseiros de Pau Brasil, o que não acontece. Todavia, o conflito local foi noticiado pelo Tribuna do Café somente em 19 de maio de 1979³⁸, ocasião da visita da Comissão de Vereadores da Câmara de Vitória da Conquista que acompanhava o caso, quase um mês após a veiculação da matéria sobre a grilagem na região sul da Bahia e seis anos após o início da disputa entre Germano e os posseiros.

³⁵ De acordo com Adelmo Genro Filho (2012), a primeira notícia redigida conforme a técnica da “pirâmide invertida” teria sido publicada no *The New York Times*, em abril de 1861. Esta técnica, a partir da segunda metade no século XX, empregado pelas agências norte-americanas, tornou-se modelo. Chegou ao Brasil, estima-se, por volta da década de 1950.

³⁶ Modelo narrativo que passou a ser associado a uma narrativa disfuncional, subjetiva e inadequada aos padrões do jornalismo moderno.

³⁷ TRIBUNA DO CAFÉ. **Grilagem de terras**. Vitória da Conquista, 23 de abril de 1977.

³⁸ TRIBUNA DO CAFÉ. **Vereadores vão à Pau Brasil**. Vitória da Conquista, 19 de maio de 1979.

Destacamos, ainda na mesma notícia, alguns discursos que se reproduzirão nas próximas matérias jornalísticas aqui estudadas e que tornam patentes as estratégias adotadas pelo Tribuna do Café para mobilizar memórias alinhadas à ideologia dominante. Por exemplo:

Sabe-se que um grupo, sediado em Juiz de Fora está contratando máquinas, nesta cidade e outras com projetos fantásticos, a fim de no menor tempo possível grilarem a maior área, sem que as autoridades cheguem a tempo³⁹.

Em “sabe-se que um grupo”, o enunciador oculta o sujeito (indeterminado) que “sabe”, apresentando o fato como se este fosse de conhecimento geral – portanto, todos sabem. Essa estratégia visa, ainda, passar a impressão de que os fatos conta-se por si próprios, sendo o veículo noticioso apenas um suporte de transmissão do acontecimento real. Quanto ao “grupo, sediado em Juiz de Fora” – destacamos um aspecto gramatical: o substantivo “grupo” foi antecedido por um artigo indefinido – que, através de tal artimanha, o redator omite os nomes das empresas ou fazendeiros que descumpriam as leis ao grilar terras na região Sul da Bahia, informando apenas a localização deste.

Por sua vez, o vocábulo “fantástico” trata-se de um adjetivo de forte carga positiva, utilizado como recurso de dramatização do discurso. Não obstante a utilização de adjetivos contrarie os preceitos do jornalismo moderno, como a objetividade e imparcialidade, o termo “fantástico” foi empregado no texto para ressaltar a eficiência administrativa da cidade mineira, Juiz de Fora, e outras com projetos semelhantes, sugerindo exemplos a serem seguidos pela administração municipal de Vitória da Conquista.

Continuando, o enunciador informa que os grileiros fazem uso de máquinas no intuito de se anteciparem às ações do Governo. Paradoxalmente, logo em seguida, lê-se o relato de que o grupo de grileiros atua em São João do Paraíso e Rio Pardo com o apoio da Companhia de Adubos e Materiais Agrícolas da Bahia – CAMAB, órgão do Governo do Estado da Bahia, o que será revelado sem nenhum destaque, ao meio do texto. E mais: em passagem alguma do texto se informa que a CAMAB era uma empresa do Governo do Estado da Bahia. Desta forma, o jornal omite a participação do Estado no referido caso de grilagem de terras.

³⁹ TRIBUNA DO CAFÉ. **Grilagem de terras**. Vitória da Conquista, 23 de abril de 1977.

A despeito da relevância da informação de que “entre as firmas contratadas para a abertura das picadas, também se encontra[vam] os tratores da Camab”, o ato ilícito cometido pelo Estado é noticiado como um episódio inusitado, posto como um deslize no máximo questionável do órgão, uma espécie de prática injusta contra o pequeno produtor. Mesmo tendo conhecimento do uso do aparato policial do Estado para defender interesses privados, como no caso do grileiro Germano de Souza Neves contra os posseiros de Matas de Pau Brasil, o jornalista afirma “estranhar” a utilização de máquinas da CAMAB pelo grupo de grileiros.

Será que os responsáveis por êste (sic) setor estão agindo acertadamente, ou tem (sic) ordens para ajudar os grileiros na ancia (sic) dos grandes projetos em prejuízo do pequeno agricultor, posseiro, arrendatário ou qualquer outro título de direito a terra⁴⁰.

Apesar do manifesto envolvimento do aparato estatal em favor dos latifundiários no caso de grilagem de terras em São João do Paraíso e Rio Pardo, o enunciador concluiu: “Está aí mais um fato à espera das autoridades”. Eis um dos discursos mais ideológicos presentes no texto: interpelar pelo Estado como se este fosse realmente um conciliador dos interesses das classes conflitantes e, concomitantemente, apresentando o jornal como um corajoso defensor dos interesses do povo em geral.

4.1.2 “Vereadores vão à Pau Brasil”

A notícia veiculada na edição 19 de maio de 1979 foi a primeira vez que o Tribuna do Café noticiou algo sobre o conflito pela terra em Matas de Pau Brasil. Deliberadamente, o jornal omitiu durante anos o caso de grilagem em Barra do Choça, já denunciado pelos maiores diários do Estado. Esta postura assumida pelo periódico aqui analisado revela que este atuou no intuito de apagar os atos de violência do grileiro e o movimento de resistência dos posseiros.

Tal posicionamento torna-se ainda mais patente se, além de sua localização fora da primeira página, compararmos o título “Vereadores vão à Pau Brasil”, com os títulos publicados nos jornais de Salvador: “Governador recebe documento sobre arbitrariedades contra posseiros”⁴¹, no Tribuna da Bahia, “Pastoral denuncia o terror

⁴⁰ TRIBUNA DO CAFÉ. **Grilagem de terras**. Vitória da Conquista, 23 de abril de 1977.

⁴¹ JORNAL TRIBUNA DA BAHIA. **Governador recebe documento sobre arbitrariedades contra posseiros**. Salvador, 29 de junho de 1976 – pág. 3.

e a grilagem em Barra do Choça”, no jornal A Tarde⁴², e “Fazendeiro implanta o terror em Barra do Choça”, no Jornal da Bahia⁴³.

Um dos principais mecanismos da edição de um jornal para atrair a atenção do leitor, o título deve expressar de forma sintética o conteúdo da matéria, enfatizando o fato ou aspecto mais importante do fato abordado. Contudo, o título “Vereadores vão à Pau Brasil”, ainda que apresente um verbo que confere atividade ao fato noticiado, não anuncia as denúncias dos posseiros, a formação de uma CPI na Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista ou os “mistérios” que envolvem o caso, evidência de que o Tribuna do Café quando não ocultava fatos, tendia a amenizar as consequências da ação do latifundiário.

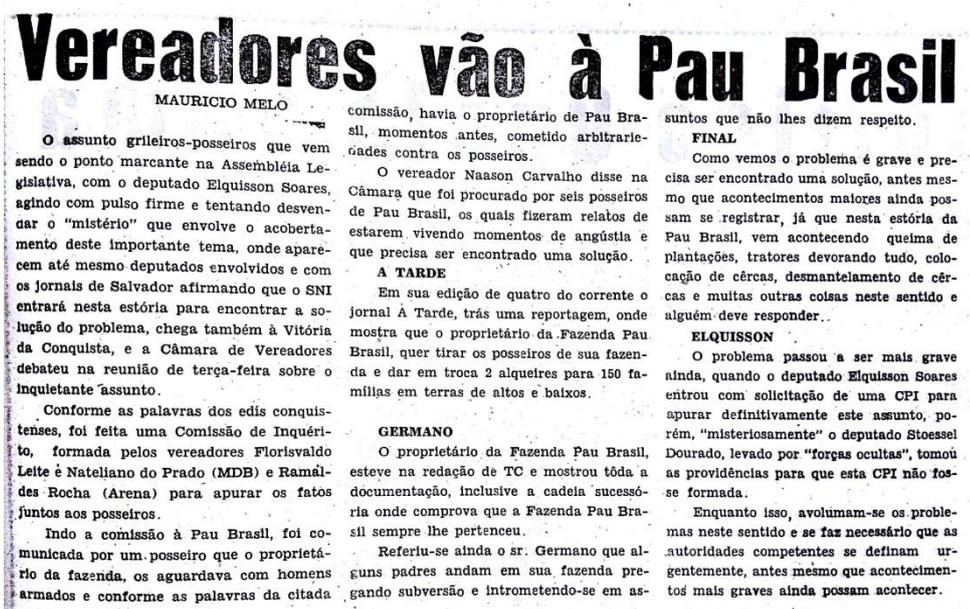
Composto em “nariz de cera”, o texto também não traz a principal informação destacada no *lead*, contrariando as regras da objetividade jornalística. Se fosse redigido sob a lógica da “pirâmide invertida”, padrão jornalístico da grande imprensa corporativa, a informação que encabeçaria o texto seria o fato de a comissão de vereadores, formada para apurar o conflito pela terra em Pau Brasil, ter constatado *in loco* as arbitrariedades cometidas pelo grileiro contra os posseiros.

A resposta do grileiro, por sua vez, tem destaque, tal quais as citações do jornal A Tarde e do deputado estadual Elquisson Soares, com os sujeitos da enunciação destacados em letras mais encorpadas (negrito), conforme pode ser visto na imagem abaixo. Nenhum dos posseiros foram fontes da notícia, facilitando a construção de um discurso favorável aos interesses do grileiro, que é invocado na matéria pelo seu primeiro nome, denotando proximidade entre este e o enunciador.

⁴² JORNAL A TARDE. **Pastoral denuncia o terror e a grilagem em Barra do Choça**. 01 de março de 1977.

⁴³ JORNAL DA BAHIA. **Fazendeiro implanta o terror em Barra do Choça**. 02 de março de 1977.

Figura 9 – Vereadores Vão à Pau Brasil



Fonte: Jornal Tribuna do Café, 19.05.79.

As queixas dos posseiros de Pau Brasil foram relatadas por integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito, como o vereador Naason Carvalho (MDB). Percebe-se, também, que não há no texto discursos antagônicos às acusações do grileiro, citado pelo enunciador como incontestável "proprietário" da fazenda.

O proprietário da fazenda Pau Brasil esteve na redação de TC e mostrou toda a documentação, inclusive a cadeia sucessória onde comprova que a fazenda Pau Brasil sempre lhe pertenceu. Referiu-se ainda o sr. Germano que alguns padres andam em sua fazenda pregando subversão e intrometendo-se em assuntos que não lhes dizem respeito⁴⁴.

De modo geral, o discurso foi elaborado de forma a apagar as marcas que poderiam evidenciar um clima de disputa entre grileiros e posseiros na Fazenda Matas de Pau Brasil. Assim, o *lead* inicia informando que

O assunto grileiros-posseiros que (sic) sendo ponto marcante na Assembléia Legislativa, com o deputado Elquisson Soares, agindo com pulso firme e tentando desvendar o "mistério" que envolve o acobertamento deste importante tema, onde aparecem até mesmo deputados envolvidos e com os jornais de Salvador afirmando que o SNI entrará nesta estória para encontrar a solução do problema, chega também a Vitória da Conquista, e a Câmara de Vereadores debateu na reunião de terça-feira sobre o inquietante assunto⁴⁵.

⁴⁴ TRIBUNA DO CAFÉ. **Vereadores vão à Pau Brasil**. Vitória da Conquista, 19 de maio de 1979.

⁴⁵ TRIBUNA DO CAFÉ. **Vereadores vão à Pau Brasil**. Vitória da Conquista, 19 de maio de 1979.

Aqui o termo “assunto” é utilizado como mecanismo eufemístico, substituindo palavras como conflito, batalha, luta ou embate. O efeito de tal procedimento é o apagamento da disputa e do acirramento do conflito, ratificado, na segunda parte do discurso, quando diz que o tema vem “sendo ponto marcante na Assembleia Legislativa”, estratégia que se repetirá quando se refere ao “tema”, “problema” e “inquietante assunto”.

Ressaltamos o emprego das expressões “mistério”, “misteriosamente” e “forças ocultas” em diversas passagens do texto, sempre com aspas como uma maneira pela qual o jornalista transforma os atos de violência do latifundiário, com o apoio de políticos da região e aparelhos repressores de Estado (AE) contra os trabalhadores rurais que viviam na Fazenda Matas de Pau Brasil, em acontecimentos enigmáticos.

No mesmo excerto acima, “o ‘mistério’ que envolve o acobertamento deste importante tema envolvem (sic) até mesmo deputados”, percebe-se, no enunciado, uma tentativa de dramaticidade que desvia o leitor das importantes questões negligenciadas pelo relato, também complementa o sentido de “mistérios”, as passagens “misteriosamente” e “forças ocultas”. Um dos políticos acusados de grilagem era o deputado estadual Stoessel Dourado (ARENA), aliado do governador Antônio Carlos Magalhães. Como era alinhado ao governo do Estado, o Tribuna do Café omitiu tal informação.

Em vez de destacar o deputado Elquisson Soares (MDB) como um dos políticos que defendiam os direitos dos posseiros sobre a terra e criticava o regime, este foi apresentado como alguém que age “com pulso firme” para descobrir “mistério(s)” e combater “forças ocultas”. O sentido geral produzido pelo texto é a sensação de que todos os atores envolvidos na trama desejam o mesmo desfecho para o conflito. Desfecho que, para o jornalista, devia contar com a intervenção do Estado para o reestabelecimento da ordem.

Em seguida, o jornalista afirma que, nos casos de grilagem de terras no estado da Bahia, “aparecem até mesmo deputados envolvidos”, ratificando o sentido enigmático forjado pela narrativa, porém suscita questões não respondidas no texto, demonstrando apuração ineficiente ou ocultação deliberada. Por exemplo: quem são os deputados envolvidos nos casos de grilagem? São deputados federais ou estaduais? De oposição ou da bancada do governo? Estão envolvidos de que

maneira? Que interesses estão envolvidos? Nenhum enunciado na matéria atende a qualquer dos questionamentos acima.

O Serviço Nacional de Inteligência (SNI⁴⁶), criado pela lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964, mesmo ano do golpe civil-militar, por Golbery do Couto e Silva, e por este chamado de Ministério do Silêncio tinha, oficialmente, a função de “superintender e coordenar, em todo o território nacional, às atividades de Informações e Contrainformações, em particular as que interessem à Segurança Nacional” (BRASIL. Lei nº 4.341, 13 de junho de 1964). Este órgão era diretamente ligado à Presidência da República e atendia ao Presidente e ao Conselho de Segurança Nacional. O SNI trata-se de um órgão de espionagem a serviço do regime militar, que coletava informações sobre os mais diversos fatos, sobretudo aqueles considerados subversivos, sendo que seu chefe tinha prerrogativas de ministro. Além de Golbery, dois chefes do SNI foram nomeados presidente durante a ditadura civil-militar: Emílio Garrastazu Médici e João Baptista de Oliveira Figueiredo (FIGUEIREDO, 2005).

É muito pouco provável que este órgão interferisse de forma direta na resolução da disputa pela terra em Matas de Pau Brasil. E se, de fato, concretizasse a intervenção de tal órgão, certamente operaria em benefício daqueles que apoiavam o regime. Como o “Ministério do Silêncio” foi criado para espionar movimentos e líderes da esquerda, sua evocação no texto, presume-se, almejava principalmente intimidar os movimentos sociais que apoiavam a luta dos posseiros, mas também simular o interesse do Governo Federal em combater a grilagem.

No trecho “Conforme as palavras dos edis conquistenses”, destacamos a utilização do discurso indireto, atribuindo a informação ao seu enunciador original, como forma de separar o que foi enunciado pelo jornal ou pela fonte. Este mecanismo foi empregado em outras passagens da notícia, quando o enunciador utiliza-se de verbos *dicendi* (declarativos) para reproduzir as falas das fontes.

Na análise, percebemos predominância de fontes oficiais em detrimento daquelas referentes aos trabalhadores rurais. Mesmo quando são citados discursos favoráveis aos interesses dos posseiros, estes são representados pelos padres da Diocese de Vitória da Conquista, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, políticos e outros; nunca, porém, pelas vozes dos

⁴⁶ Em função de sua criação foram absorvidos o Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI-1958) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI-1959).

próprios camponeses. A preferência dos jornais pelas fontes oficiais, a exemplo dos especialistas, deve-se por estas atribuírem maior credibilidade ao discurso oficial, ainda que possam distorcer os fatos para preservar/legitimar os seus interesses ou os de seu grupo político (SCHMITZ, 2011, p. 25). Assim, além de minimizar a gravidade do embate pela terra em Matas de Pau Brasil, o Tribuna do Café posiciona-se claramente em favor do grileiro Germano:

A Tarde – Em sua edição de quatro do corrente, o jornal A Tarde trás (sic) uma reportagem, onde mostra que o proprietário da Fazenda Pau Brasil, quer tirar os posseiros de sua fazenda e dar em troca 2 alqueires para 150 famílias em terras de altos e baixos⁴⁷.

O jornal A Tarde⁴⁸ noticiou as perseguições e arbitrariedades cometidas por Germano de Souza Neves contra os posseiros. Em um box separado, sob o título “fazendeiro contesta”, foi publicada a resposta do grileiro, na qual este alega ter apresentado proposta de negociação, recusada pelos posseiros. No Tribuna do Café, conforme excerto destacado acima, o grileiro foi retratado como um homem justo, que havia tentado um acordo amigável com os trabalhadores rurais. Por sua vez, os posseiros são apresentados na notícia como subversivos, por não aceitarem cordialmente o pacto que conciliaria os interesses em disputa e devolveria a harmonia social.

Em seguida, o jornalista assegura que: “o proprietário da Fazenda Pau Brasil esteve na redação de TC e mostrou toda a documentação”. O discurso do grileiro, assumido pelo jornalista em discurso indireto, é apresentado como verdade irrefutável. Não há aspas, nem verbos declarativos que introduzam à fala de Germano. Seu sentido é complementado quando o enunciador garante que as terras reclamadas pelos posseiros “sempre” foram de Germano, conforme ele “comprova” com documentos verdadeiros. Corrobora, ainda, para a formação de tal significado, a indicação do sujeito “o proprietário da Fazenda Pau Brasil”, pois o emprego do artigo definido não deixa dúvida de que o enunciador se refere ao único proprietário da fazenda.

Negligencia-se, na notícia, a informação de que a área reclamada pelo fazendeiro, Salina do Deságua da Água Fria, é de terras devolutas e não faz parte

⁴⁷ TRIBUNA DO CAFÉ. **Vereadores vão à Pau Brasil**. Vitória da Conquista, 19 de maio de 1979.

⁴⁸ A TARDE. **Conquista faz passeata em favor dos posseiros**. 15 de fevereiro de 1979.

da Fazenda Matas de Pau Brasil. Germano tentava anexar, ilegalmente, ao seu patrimônio terras que não lhe pertenciam e, por isso, foi acusado de grilagem.

Por sua vez, o grileiro afirma que “alguns padres andam em sua fazenda pregando subversão e intrometendo-se em assuntos que não lhes dizem respeito”. Ao acusar os padres que apoiavam os posseiros de serem subversivos, o fazendeiro emprega um termo largamente utilizado pela grande imprensa para classificar atos ou pessoas que contestavam o regime ditatorial. A expressão mobiliza memórias da campanha anticomunista, bastante difundida antes e depois do Golpe de 1964, sendo sinônimo de subversivos: perturbadores da ordem, agitadores, baderneiros. Apesar das acusações proferidas pelo grileiro, nenhum dos religiosos foi ouvido pelo jornalista, notório procedimento de silenciamento das memórias de resistência.

Como vemos o problema é grave e precisa ser encontrado (sic) uma solução, antes mesmo que acontecimentos maiores ainda possam se registrar, já que nesta estória da Pau Brasil, vem acontecendo queima de plantações, tratores devorando tudo, colocação de cêrcas (sic), desmantelamento de cêrcas (sic) e muitas outras coisas neste sentido e alguém deve responder⁴⁹.

Emprega-se, no enunciado acima, uma estratégia de apelo emotivo (dramatização), ao enfatizar a intensidade “grave” do “problema”. O texto trabalha com construções/argumentos conhecidos do leitor, ao indicar possíveis desdobramentos do caso. Assim como os fenômenos (catástrofes) naturais, naquela fazenda “vem acontecendo” todo tipo de destruição e violências. Não é possível identificar quem é o responsável, quem é o causador de tais atos, se são os posseiros ou o grileiro. O enunciado deixa entender que o poder de destruição dos posseiros equipara-se ao do fazendeiro, sendo que este conta com o apoio de políticos, polícias militar e civil, além de outros fazendeiros e maquinários financiados pelos subsídios federais concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Reforça-se esta ideia quando o enunciador propõe que “alguém deve responder”, mas não indica quem deve ser responsabilizado. Neste mesmo sentido, o enunciador reclama uma solução das autoridades, simulando o jornalismo como uma instância acima dos interesses de classe, em prol do bem comum.

A notícia foi assinada pelo jornalista sergipano Maurício Melo, que foi radialista nos anos 70. Ao final da década de 1970 e início de 1980, ele passou a

⁴⁹ TRIBUNA DO CAFÉ. Vereadores vão à Pau Brasil. Vitória da Conquista, 19 de maio de 1979.

atuar nos jornais impressos também, prestando serviços na “Tribuna do Café” e “O Radar” até lançar seu próprio jornal “O Planalto”, que sobreviveu por cerca de oito anos⁵⁰. Conhecido por sua atuação no rádio, a assinatura de Maurício Melo empresta credibilidade ao texto.

4.1.3 “Dom Climério e a grilagem”

Em 4 de junho de 1977, o Bispo Dom Climério assinou e distribuiu um documento em que denunciava à comunidade conquistense as arbitrariedades cometidas contra os camponeses de Pau Brasil. O fato foi noticiado como matéria de capa do Tribuna do Café. Disposta na margem superior da primeira página, com letras grandes, a matéria não foi assinada e não tinha imagem ou fotografia como recurso auxiliar à informação⁵¹.

Não devemos, contudo, atribuir a posição de destaque ocupada pela notícia somente pela relevância do acontecimento, ainda mais se levarmos em consideração ocorrências anteriores relacionadas ao conflito de Pau Brasil que foram deliberadamente esquecidas pelo Tribuna do Café. Notamos que não foram veiculados, nesta página e edição, quaisquer outros acontecimentos políticos dos governos estadual e federal. Ressaltamos tal informação, pois o caso Pau Brasil disputaria espaço gráfico com atos dos referidos governos, que sempre foram veiculados com destaque em tal periódico.

De acordo com o Manual de Redação do jornal Folha de São Paulo, “os títulos devem ser, ao mesmo tempo, capazes de tornar claro, em poucas palavras e em ordem lógica, o objeto da notícia e de atrair o leitor, incitando seu interesse” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2005, p.36). Apesar de ser jornalista, Isnard Vasconcelos desenha esta matéria pondo abaixo da manchete, a edição de dois anúncios em quadros e duas outras notícias. Nos quadros, uma portaria da Secretaria de Segurança Pública da Bahia e, logo abaixo, um comunicado de reunião da APAE. Na margem direita, uma nota sobre a visita de Edvaldo Flores, candidato a deputado federal, à redação do Tribuna do Café, e uma outra nota anunciando partida da Seleção Brasileira de Futebol que ocorreria naquela data (anexo A). O título da notícia “Dom Climério e a Grilagem”, apesar de realçado pelo tamanho das letras,

⁵⁰ FERNANDES, Luís. **100 Anos de Jornalismo em Vitória da Conquista**. Revista Histórica. Vitória da Conquista, novembro de 2011, p. 68.

⁵¹ Ponderamos, anteriormente, que o Tribuna do Café pouco utilizava recursos de imagem.

renega o teor das denúncias feitas pelo Bispo no impresso. Tal qual na primeira matéria aqui analisada, a ausência de verbo no título tem uma intencionalidade: mascarar o conflito.

Os manuais de redação de jornais destacam a importância do título como importante recurso para assegurar a atenção do leitor, por estes, geralmente, lerem somente o título de grande parte dos textos editados, buscando informações de seu interesse. Por isso, tais manuais preconizam que o título deve ser uma síntese precisa da informação principal do texto, buscando sempre o aspecto mais específico do assunto, não o mais geral. Esta premissa, no entanto, foi ignorada pelo *Tribuna do Café*. O título da matéria em questão não antecipa a essência do que será encontrado pelo leitor no texto. Ao contrário, apaga o propósito do manifesto. Considerando as técnicas para elaboração de títulos, descritas nos manuais de redação das empresas de jornalismo, esta notícia poderia ter o seguinte título, entre outros: “Bispo denuncia grilagem e arbitrariedades contra posseiros”. Desta forma, anteciparia ao leitor o conteúdo do texto de maneira clara e sucinta. Também empregando estratégias que reduziram a relevância das declarações contidas no documento, o *lead* anuncia a transcrição integral do comunicado da Diocese de Vitória da Conquista:

O palpitante da Fazenda Pau Brasil, que vem mexendo com a comunidade, Câmara de Vereadores e com famílias, mereceu desta vez um comunicado, assinado pelo Bispo Diocesano, D. Climério Almeida de Andrade e padres da diocese que transcreveremos na íntegra⁵².

Uma rápida análise do texto que apresenta o comunicado nos permite observar o enquadramento dado pelo jornal *Tribuna do Café* ao fato. Como veicula o comunicado completo, o jornal faz uso do discurso direto como forma de se isentar das informações publicadas em suas páginas. O texto fala de um interessante assunto que “vem mexendo” com a comunidade, Câmara de Vereadores e com famílias. Trata-se, segundo o enunciador, de um tema que perturba a ordem social. A questão incômoda, “mereceu desta vez um comunicado, assinado pelo Bispo Diocesano, D. Climério Almeida de Andrade e padres da diocese”. De tanto importunar a comunidade, o caso “palpitante” fez jus, tornou-se merecedor de um

⁵² TRIBUNA DO CAFÉ. **Dom Climério e a grilagem. Vitória da Conquista**, 08 de junho de 1977.

comunicado do bispo. Não há qualquer menção, *no lead* ou título, sobre as acusações contidas no texto dos religiosos contra o grileiro e o Estado.

A divulgação do comunicado diocesano na íntegra cumpre a função de afirmar o jornal como veículo neutro, objetivo e imparcial, que cede espaço às vozes antagônicas. Assim, o *Tribuna do Café* ratifica a teoria liberal tradicional da livre imprensa, segundo a qual esta apresenta-se como um fiscal crítico e independente do poder do Estado, uma espécie de “quarto poder” (THOMPSON, 2011, p. 323). Tal pensamento é tão enganoso quanto a ideia de uma imprensa incólume aos efeitos da luta de classes.

4.1.4 “Apoio ao bispo diocesano”

Afrontado pelas manifestações de apoio à luta de resistência dos posseiros de Pau Brasil, o grileiro Germano de Souza Neves publicou um manifesto com acusações contra o Bispo Dom Climério. Em resposta ao grileiro, foi lançado um documento abaixo-assinado que reforçava a luta de resistência dos posseiros de Pau Brasil, bem como aqueles que os defendiam: Bispo Dom Climério, padres da Paróquia Nossa Senhora das Graças, o advogado Ruy Medeiros e a Comissão Justiça e Paz.

O manifesto em defesa do Bispo foi um discurso favorável aos posseiros publicado no *Tribuna do Café*. Destacamos, porém, vestígios do processo de edição/publicação da notícia que revelam uma postura de oposição do jornal em relação à causa dos posseiros e seus defensores. Logo de início, observamos que a matéria foi veiculada em espaço desprivilegiado, com aspectos já apontados na notícia analisada anteriormente: título apático e transcrição integral do texto.

No título da notícia “Apoio ao Bispo Diocesano”, falta um verbo na voz ativa, conferindo maior dinâmica ao fato noticiado, como por exemplo: “Sociedade Conquistense apoia Bispo Diocesano”, ou ainda, “Conquistenses apoiam Bispo na luta contra grilagem”. Devemos ressaltar que não se trata da ausência do verbo em si como uma questão meramente textual, mas de uma estratégia que, somada às demais empregadas na composição da edição do jornal, busca diminuir a importância do acontecimento reportado.

Ao indicarmos outras formulações possíveis em uma mesma formação discursiva, evidenciamos a ilusão referencial do discurso, que nos induz a imaginar

uma relação automática entre o pensamento, a linguagem e o mundo (ORLANDI, 2007, p. 35). Em outras palavras, ao articularmos “dito” e “não-dito”, patenteamos a existência de um processo de elaboração do discurso, contestamos a impressão de transparência da linguagem. Essa impressão (ilusão), classificada por Pêcheux como esquecimento nº 2, faz com que acreditemos que o que foi dito só pode ser dito daquela maneira, estabelecendo uma relação espontânea entre a palavra e seu referente. Sobre esta pretensa transparência da linguagem, Pêcheux diz:

Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia formulá-lo na formação discursiva considerada* (PÊCHEUX, 1995, p. 173 – grifos do autor).

Voltando à análise, apontamos que o manifesto foi veiculado pelo Tribuna do Café sem maior destaque, apesar da quantidade e relevância dos atores envolvidos, critérios de *noticiabilidade* fundamentais para seleção e edição das notícias. A notícia foi apresentada na margem inferior da terceira página, praticamente rodeada de anúncios e uma nota de falecimento. Na página, teve maior destaque as notícias sobre: reunião dos representantes das empresas de publicidade volante, greve dos garis do Rio de Janeiro, e a implantação de uma loja revendedora de tratores da marca Valmet.

A matéria novamente não foi assinada, e apenas anuncia a publicação de um documento assinado por “diversas pessoas” em apoio ao Bispo Dom Climério, que sofrera acusações em manifesto distribuído na cidade. O texto não informa, quais acusações dirigidas ao religioso em tal manifesto, quem fora o acusador, nem o que motivou os ataques:

Diversas pessoas, tendo em vista um manifesto distribuído contendo acusações contra o Sr Bispo Diocesano de Vitória da Conquista, estão colhendo assinatura em um documento, manifestando seu apoio à autoridade maior da igreja católica de nossa cidade. A Abertura do documento de apoio a D. Climério Almeida, tem a seguinte redação⁵³.

Repete-se, ao enunciar “diversas pessoas”, a estratégia de despersonalização do sujeito da ação. Pela construção do *lead*, o leitor pode ter a

⁵³ TRIBUNA DO CAFÉ. **Apoio ao Bispo Diocesano**. Vitória da Conquista, 16 de fevereiro de 1979.

impressão de que as pessoas assinaram um manifesto com acusações contra o bispo, já que o manifesto de acusação ao Bispo teve maior destaque do que o documento de apoio. O Bispo Dom Climério também não foi ouvido pelo jornal para contestar as acusações feitas por Germano, o que seria dispensável caso o texto do abaixo-assinado cumprisse o papel defesa. Não bastasse que a notícia fora veiculada em espaço desprivilegiado, apesar da notoriedade do protagonista, o enunciador refere-se, no *lead*, à “autoridade maior da igreja católica de nossa cidade”. Esta estratégia cumpre dupla função, pois, além de ressaltar a relevância da personagem principal da notícia, indicando o critério de noticiabilidade, atribui credibilidade ao texto, por se tratar de fonte oficial com notório destaque na sociedade. Ainda na mesma passagem, ao referir-se à “nossa cidade”, discurso em primeira pessoa do plural, o enunciador objetiva estreitar a relação/identificação do veículo com o público, forma de facilitar a aceitação da mensagem veiculada subliminarmente.

4.1.5 “Comissão Justiça e Paz fez reunião”

A luta de resistência dos posseiros de Matas de Pau Brasil aparece em mais uma capa do Tribuna do Café na mesma sistemática. Novamente, devemos salientar que a localização privilegiada desta notícia não se deveu apenas pela significância do fato em si, mas pela sua relação com os demais acontecimentos veiculados na mesma edição, também com a linha editorial do periódico. Abaixo, na mesma página, foram noticiados os seguintes fatos: Entrevista do Prefeito de Vitória da Conquista a Rádio Clube de Conquista; anúncio da XXI Semana da Alimentação, evento promovido pelo Setor Regional da Campanha de Alimentação Escolar; um surto de escorpiões na região de São Francisco; notícia da morte de um jovem por afogamento no Poço Escuro (anexo A).

Acrescentamos que o Tribuna do Café fazia oposição à administração do então prefeito de Vitória da Conquista, Raul Ferraz (MDB), condição que, certamente, influenciou a decisão de não dar maior destaque à entrevista concedida por este à Rádio Clube, ocasião em que o político esclareceu o aumento na cobrança do imposto predial. As demais informações da página certamente não tiveram maior proeminência pelo baixo impacto que estas teriam na vida dos leitores.

Embora o fato tenha sido noticiado com destaque na página, ponderamos, ainda, que o conteúdo da reunião tenha sido esvaziado no relato, desde a elaboração do título “Comissão Justiça e Paz Fez Reunião”, que não cumpre a função de informar ao leitor, de forma sucinta, a questão abordada no texto. Além de omitir o assunto tratado na referida reunião, o título suprime a participação de pessoas de notoriedade, como o deputado estadual Jadiel Matos e a presidenta da Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, Ilza Viana Matos.

Ainda em relação ao título, os manuais de redação de jornais recomendam a utilização de verbos, preferencialmente na voz ativa e sempre no tempo presente. A exceção se aplica quando o texto se refere a acontecimentos no futuro ou passado distante, o que não procede na matéria aqui analisada. Nesta lógica, o título deveria ser “Comissão Justiça e Paz Faz Reunião”. Apresentaria conteúdo mais informativo as seguintes construções: “Reunião entre políticos e posseiros tratam de grilagem em Pau Brasil”, “Debate sobre grilagem em Pau Brasil lota o Fórum”, ou “Posseiros lotam Fórum em reunião sobre grilagem”.

No primeiro parágrafo da notícia, composto em *lead* clássico, o jornalista introduz o relato do ocorrido, porém sem demonstrar preocupação com a hierarquização das informações entre si. Desta forma, cita primeiro o local e o dia, depois o fato. Vejamos:

Com o Furum (sic) João Mangabeira totalmente cheio, foi realizada no último sábado, outra reunião promovida pela Comissão Justiça e Paz, em favor dos posseiros da região do Pau Brasil, próxima a Barra do Choça⁵⁴.

O *lead* fala de “outrareunião promovida pela Comissão Justiça e Paz, em favor dos posseiros da região do Pau Brasil”. O termo “outra”, que aparece no texto de forma despretensiosa, indica-nos que a citada comissão já promoveu uma ou mais reuniões em prol dos posseiros de Pau Brasil. Acontece, no entanto, que esta foi a primeira reunião noticiada pelo jornal. Então, questionamos a intenção do enunciador em recordar de que não se trata do primeiro encontro realizado pela comissão diocesana, e o excerto dá uma conotação de insignificância, pois se trata de apenas “mais uma reunião” com o mesmo o objetivo. Ao mesmo tempo, atribui à

⁵⁴ TRIBUNA DO CAFÉ. **Comissão Justiça e Paz Fez Reunião**. Vitória da Conquista, 27 de março de 1979.

Comissão uma representação parcial do conflito pela terra em Pau Brasil, posto que esta sempre toma partido em defesa dos interesses dos camponeses.

Com algumas ressalvas, admitimos que o *lead* contempla o fato fundamental ao relatar a lotação do Fórum João Mangabeira pela reunião realizada pela Comissão Justiça e Paz. Entretanto, o discurso oculta uma informação essencial: o motivo da reunião. Notamos que a palavra “grilagem”, por exemplo, não aparece em parte alguma do texto. Se alterarmos o *lead* desta notícia, como forma de evidenciar outras formulações possíveis, talvez fique mais claro o que estamos tentando explicar. Sugerimos, assim: “O Fórum João Mangabeira ficou lotado, no último sábado, devido à reunião promovida pela Comissão Justiça e Paz para discutir o caso de grilagem na Fazenda Pau Brasil, Barra do Choça. Entre outros políticos da região, participaram do debate o deputado estadual Jadiel Matos e a presidente da Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, Ilza Viana Matos”.

Outras passagens da notícia, nos permite avaliar a postura do Tribuna do Café em relação ao conflito de Pau Brasil. Já salientamos, antes, que os posseiros nunca foram ouvidos pelo jornal, senão através do discurso de terceiros. As fontes da matéria agora avaliada foram: o deputado estadual Jadiel Matos, o político e militante de Barra do Choça, Bráulio de Oliveira Leite, e o padre José Pedro. Vejamos, aqui, como os posseiros foram citados no texto: “No auditório, acompanhados de seu advogado, estavam mais de cem posseiros, além de grande número de pessoas que lotaram as dependências do Fórum João Mangabeira”⁵⁵. Nem mesmo o advogado dos posseiros foi nominado pelo enunciador. E os posseiros, maiores interessados nos possíveis desdobramentos daquele acontecimento, não foram, sequer, entrevistados pelo jornal.

Jadiel Matos, político de oposição aos governos estadual e federal, acusa o ex-governador do Estado, Roberto Santos (Arena), de ser proprietário de uma das empresas responsáveis por grilagem de terras na região do São Francisco, relatando as semelhanças das arbitrariedades cometidas na Fazenda Pau Brasil com o apoio do Estado. Relata matéria do próprio jornal que

Vários oradores se fizeram ouvir durante a reunião. O Deputado Jadiel Matos fez uma comparação entre Pau Brasil e a região do São

⁵⁵ TRIBUNA DO CAFÉ. **Comissão Justiça e Paz Fez Reunião**. Vitória da Conquista, 27 de março de 1979.

Francisco onde terras próximas à Barragem do Sobradinho foram tomadas de pequenos lavradores e hoje pertencem a poderosos grupos econômicos, um inclusive do ex-governador da Bahia⁵⁶.

Esta formulação altera o teor da denúncia feita pelo deputado, dando a conotação de uma comparação desprezível. Percebemos, também, que não foi citado o nome do ex-governador, pois o jornal Tribuna do Café tinha sua linha editorial aliada com o governo, e evitava expor os políticos aliados, sobretudo, a acusações tão graves. Na data em que fora publicada a notícia, Antônio Carlos Magalhães exercia seu segundo mandato como governador da Bahia, após intervalo de cinco anos, quando o cargo foi ocupado por Roberto Santos⁵⁷.

No parágrafo seguinte da notícia, reproduziu-se a mesma estratégia empregada na passagem anterior:

Braulio de Oliveira Leite, político militante em Barra do Choça, citou a irregularidade que está existindo quanto ao contrato entre o BNB e a Agro Industrial Pau Brasil, inclusive dizendo que a roça de café ali existente, já invadiu terrenos dos posseiros da região na fazenda Deságuo da Salina⁵⁸.

“Citou” é um verbo declarativo neutro. Mudaria o sentido do enunciado, por exemplo, se dissesse que o sujeito apontou, indicou, ressaltou ou destacou “a irregularidade que está existindo quanto ao contrato entre o BNB e a Agroindustrial Pau Brasil”. O sentido é reforçado em “inclusive dizendo que a roça de café ali existente já invadiu terrenos dos posseiros da região na Fazenda Deságuo da Salina”, no mesmo parágrafo. Como não há contextualização da fala de Braulio de Oliveira Leite, fica a impressão de que este expõe um fato novo e questionável.

Quando o jornal relata que “No final da reunião, diversos documentos mimeografados foram distribuídos pela Comissão Justiça e Paz aos presentes na reunião”, não há nada de inócuo em informar a técnica de reprografia utilizada na confecção dos documentos. No entanto, apesar de ser utilizado em larga escala, sobretudo nas escolas, nas décadas de 1970 e 1980, o mimeógrafo já sofria

⁵⁶ TRIBUNA DO CAFÉ. **Comissão Justiça e Paz Fez Reunião**. Vitória da Conquista, 27 de março de 1979.

⁵⁷ De 15 de março de 1967 a 15 de março de 1983, todos os governadores da Bahia foram do partido ARENA, escolhidos por eleição indireta.

⁵⁸ TRIBUNA DO CAFÉ. **Comissão Justiça e Paz Fez Reunião**. Vitória da Conquista, 27 de março de 1979.

preconceitos, e era sinônimo de produção alternativa: panfletos revolucionários, poesia alternativa. Também, nesta construção, foram ocultadas as informações contidas nos referidos documentos.

4.1.6 “Acusação Grave: denúncia da Comissão Diocesana Justiça e Paz”

Em março de 1980, a Comissão Diocesana Justiça e Paz distribuiu panfleto no intuito de mobilizar uma manifestação em repúdio às arbitrariedades cometidas contra os posseiros de Pau Brasil. Tanto o documento quanto a manifestação ocorrida na Praça 9 de Novembro foram noticiados na capa da mesma edição, disputando espaço apenas com anúncios.

A manchete da publicação foi: “Acusação Grave: Denúncia da Comissão Diocesana Justiça e Paz”. O título não possui verbo na voz ativa, indicando ação. Na primeira parte do título, “acusação grave”, os termos aparecem em letras grandes e negritadas. Na segunda, “Denúncia da Comissão Diocesana Justiça e Paz”, em letras menores e sem negrito. Destarte, ao adjetivar a denúncia feita pela comissão, o jornal antecipa o julgamento do leitor. Mudaria totalmente o sentido dizer: Comissão Diocesana denuncia prisões ilegais de posseiros. Ou ainda: Comissão Justiça e Paz acusa Governo de apoiar grilagem e convoca manifestação.

Não seria, também, grave a acusação feita pelo fazendeiro Germano de que “alguns padres andam em sua fazenda pregando subversão e intrometendo-se em assuntos que não lhes dizem respeito”⁵⁹, conforme veiculado em matéria anterior? Na ocasião, a queixa do grileiro não foi classificada como grave.

Vejamos, abaixo, o *lead* da notícia:

Terça-feira última, centenas de panfletos foram distribuídos na cidade, pela Comissão Diocesana Justiça e Paz de Vitória da Conquista, sob a responsabilidade do presidente da Comissão Noeci Ferreira Salgado. A título de notícia, vamos destacar alguns trechos do referido manifesto⁶⁰.

Iniciar pelo dia em que se deu o fato destaca a atualidade da notícia e, conseqüentemente, coloca as demais informações em segundo plano. Mais uma vez, o *lead* da matéria não relata os dados mais relevantes do acontecimento. A

⁵⁹ TRIBUNA DO CAFÉ. **Vereadores vão à Pau Brasil**. Vitória da Conquista, 19 de maio de 1979.

⁶⁰ TRIBUNA DO CAFÉ. **Acusação Grave: Denúncia da Comissão Diocesana Justiça e Paz**. 06 de março de 1980.

informação fundamental do panfleto veiculado pela Comissão Justiça e Paz trata-se da acusação de que o Estado colaborava com a grilagem de terras, por meio das prisões ilegais dos posseiros de Pau Brasil.

Ainda no mesmo parágrafo, salientamos o excerto: “A título de notícia, vamos destacar alguns trechos do referido manifesto”. Esta formulação pretende sustentar a imagem de um jornal objetivo e imparcial, que reproduziu, fielmente, parte do conteúdo daquele documento, cumprindo o dever de levar ao leitor a verdade dos fatos. Na perspectiva da imprensa como espelho da realidade, o discurso foi elaborado de maneira a passar impressão de certa autonomia do acontecimento. Assim, o jornalista afirma que “prosegue a nota”, lembrando ao seu interlocutor que as falas são de terceiros, não do jornal:

Prosegue a nota: “A prisão parece ser a fórmula com que o Governo do Estado pretende acabar com a grilagem: utilizando o poder da força policial, a serviço do grileiro, pressionando o ocupante da terra, prendendo-o, fazendo jôgo (sic) dos novos coronéis do café”.

O conteúdo do panfleto distribuído pela Comissão Diocesana foi transcrito em discurso direto, estratégia em que o enunciador se isenta do conteúdo da citação, intercalado por comentários que visam desqualificar o discurso do manifesto. Assim, o enunciador adverte: “os integrantes de tal Comissão insistem nas denúncias gravíssimas”. Ao afirmar que as denúncias são “gravíssimas”, o jornalista exige comprovação de tais acusações. Entende-se, portanto, a insistência em acusar sem provas como um abuso, uma irresponsabilidade da comissão diocesana.

Quando qualifica a nota como “realmente inflamatória”, o jornalista considera que tal documento foi redigido pela Comissão Justiça e Paz com o intuito de provocar indignação no leitor, de incitar a população contra o grileiro e o Estado. Notoriamente, a passagem revela uma opinião do jornalista em relação ao manifesto, o que contraria a proposta de um texto noticioso, nos padrões do jornalismo moderno, em que o conteúdo informativo é veiculado separadamente dos textos opinativos.

A matéria tem uma pequena fotografia locada na primeira coluna. A imagem parece de uma manifestação, mas não é possível precisar. Neste caso, a fotografia não cumpre a função de complementação da informação.

4.1.7 “Posseiros X Grileiros: convocação na Praça 9 de Novembro”

Numa espécie de *suite*⁶¹ da manchete analisada anteriormente, a manifestação foi noticiada na mesma edição e página, logo abaixo da primeira, cercada por anúncios. Espremida na segunda coluna, apresenta uma pequena fotografia do deputado Jadiel Matos. Tal qual a maioria das notícias analisadas, essa também não foi assinada.

Intitulado “Posseiros X Grileiros: Convocação na Praça 9 de Novembro”, o texto apresenta o mesmo padrão de construção de sentidos empregado nas demais matérias sobre a grilagem de terras e seus desdobramentos. Nesse sentido, o título não possui verbo na voz ativa como indicativo de ação, também não há nenhum termo que evidencie o conflito tratado no texto. Ainda sobre o título, a denominação “Posseiros X Grileiros” dá a impressão de que a manifestação teve participação de apoiadores tanto dos posseiros como do grileiro. A estratégia visa equilibrar o embate, ideia que pode ser contestada facilmente com a leitura do texto. No protesto não havia defensores do grileiro, dado que a manifestação fora convocada pela Comissão Justiça e Paz exatamente com o intuito de apoiar os camponeses na luta contra a grilagem, denunciando o apoio do Estado ao latifundiário. Prova disso, não há no texto qualquer citação de fala ou cartaz em defesa do fazendeiro. Novamente a informação mais importante, ou seja, a manifestação expressiva da população contra a grilagem de terras em Pau Brasil e apoio do Estado ao latifúndio, não consta do primeiro parágrafo:

Nossa reportagem acompanhou os acontecimentos das 15,45 às 19,55. Cerca de 500 pessoas, entre posseiros e curiosos, estiveram presentes à concentração. Diversas faixas foram conduzidas pelos manifestantes (inclusive mulheres e crianças), com os seguintes dizeres: “A TERRA É DOS POSSEIROS. CADEIA PARA GERMANO”.

A primeira sentença do *lead*, “Nossa reportagem acompanhou os acontecimentos das 15,45 às 19,55”, expõe uma necessidade do veículo de se afirmar como um jornal que guarda o compromisso com a objetividade, de ser visto como um veículo que informa com precisão. Por isso, citou o horário em que “reportagem acompanhou os acontecimentos” como evidência de rigor de apuração

⁶¹ Termo do francês *suite*, quer dizer série, sequência. No jargão jornalístico, designa a matéria que explora os desdobramentos de um fato já noticiado.

jornalística. Assim, o jornalista forja a imagem de uma produção objetiva e imparcial, pois somente poderá ser narrado o que ocorreu naquele período presenciado pela equipe de reportagem. Nesta, o jornalista estima que “cerca de 500 pessoas, entre posseiros e curiosos, estiveram presentes à concentração”. O número de pessoas presentes no protesto parece significativo, caso contrário não encabeçaria o texto. No entanto, o enunciador afirma que a multidão foi engrossada por “curiosos”, sentido reforçado na sentença seguinte, ainda no *lead*, quando diz: “Diversas faixas foram conduzidas pelos manifestantes (inclusive mulheres e crianças)”.

Como forma de evidenciar outras construções possíveis, desfazendo a ilusão de que o texto publicado somente poderia sê-lo daquela forma, *desnaturalizando* a relação palavra-coisa (ORLANDI, 2007, p. 77), propusemos a elaboração de outro *lead*, baseado nas informações do texto veiculado no Tribuna do Café: Cerca de 500 pessoas participaram de um protesto contra a grilagem de terras em Pau Brasil, nesta terça-feira (04), na Praça 9 de Novembro. Os manifestantes denunciaram atos ilegais contra os posseiros e pediram a prisão de Germano de Souza Neves, acusado de grilagem.

O deputado estadual Jadiel Matos também participou da manifestação. E, segundo o enunciador, o deputado, “um dos oradores mais inflamados na concentração da Praça 9 de Novembro, fez, inclusive, acusações ao regime”. O discurso referenda passagem anterior, quando relata: “O Deputado Jadiel Matos, num discurso inflamado, acusou o governo pelo estado de coisas, dizendo ‘[...] que já era tempo de dá (sic) um basta a esses absurdos’”. Notamos que o repórter omitiu as críticas feitas pelo deputado ao governo do Estado e ao regime militar. Foi relatado que o político fez acusações em “discurso inflamado”, mas o jornalista não informa quais foram às denúncias.

4.1.8 “Caso da Fazenda Pau Brasil provoca reunião em Salvador”

Consideramos que a notícia ocupa espaço de destaque por estar na capa, apesar de localizada na margem esquerda inferior da primeira página, quase ao rodapé. A matéria foi editada ao lado de um quadro com anúncio da Editora de Catálogos Telefônicos do Brasil Ltda. Acima deste anúncio, em posição mais privilegiada, uma nota acerca de uma reunião agendada na Câmara de Vereadores

por Guilherme Lamego, presidente da Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense, que abordaria, com cafeicultores, as reivindicações a serem apresentadas ao presidente do IBC e ao Governador, que estariam em visita à cidade durante o Congresso do Café, em 1º de setembro do mesmo ano.

O título “Caso da Fazenda Pau Brasil provoca reunião em Salvador”, diferentemente dos demais antes apreciados, possui verbo na voz ativa. A palavra “caso” é empregada como sinônimo de questão, assunto ou problema. É bastante comum os jornais empregarem tal expressão para retomar assuntos já noticiados, “suíte”, como se diz no jargão jornalístico. Entretanto, não deixamos de salientar que esta prática tende a abrandar os aspectos negativos do tema. Tem sentido bastante diverso dizer: caso de grilagem da Fazenda Pau Brasil provoca reunião em Salvador. Ainda assim, ponderamos que o título não informa com precisão o conteúdo abordado no texto. Logo em seguida, o *lead* informa que a reunião será realizada “por iniciativa do Interba”, para se debater “problemas ligados ao caso de Grilagem na Fazenda Pau Brasil”.

Por iniciativa do Interba, escritório de Vitória da Conquista, segundo informações que nos foram dadas pela diretoria do Sindicato dos Empregados Rurais na próxima semana, uma reunião das mais importantes será realizada em Salvador, com assessores do Governo do Estado, para se discutir problemas ligados ao caso de Grilagem na Fazenda Pau Brasil, em nossa região⁶².

O texto inicia com a informação de quem “provocou” a reunião “com assessores do Governo do Estado”: o Interba. Por iniciativa deste órgão do Estado, escritório local, uma das mais importantes reuniões foi agendada em Salvador, com participação de assessores do Governo do Estado, no intuito de abordar os problemas causados pela grilagem de terras na Fazenda Pau Brasil. No título, porém, não é o Interba que efetua a ação (provocar), mas o caso Pau Brasil. Assim, o título mais condizente com as informações contidas na matéria seria: Interba provoca reunião com Governo sobre Caso Pau Brasil. Ou então: Governo discutirá caso de grilagem da Fazenda Pau Brasil.

Quando afirma que a reunião fora ocasionada por iniciativa de órgão do Estado, o Interba, o enunciador suprime os esforços dos atores envolvidos no

⁶² TRIBUNA DO CAFÉ. **Caso da Fazenda Pau Brasil Provoca Reunião em Salvador**. Vitória da Conquista, 17 de agosto de 1979.

processo de resistência, como os trabalhadores, sindicatos, estudantes, religiosos e outros. Nesta formulação, portanto, o encontro seria uma iniciativa voluntária das “autoridades competentes” para resolver os “problemas ligados ao caso de Grilagem na Fazenda Pau Brasil, em nossa região”.

Esta última sentença do *lead* revela como o “Tribuna do Café” compreende o tema. Devemos destacar, antes, que a expressão “grilagem” designa uma prática de falsificação de documentos de títulos de propriedade para se apossar ilegalmente de terras devolutas ou de terceiros. Ou seja, trata-se de um crime. Contudo, notamos que o jornal aqui estudado omitiu e atenuou os efeitos da grilagem de terras perpetrada por Germano de Souza Neves, com apoio do Estado, seja pelo financiamento do BNB ou pelo auxílio de delegados e policiais. O periódico não se refere ao crime cujo fazendeiro é acusado, mas aos “problemas ligados ao caso”.

Ressaltamos, ainda, que o “caso de grilagem na Fazenda Pau Brasil” não informa quem cometeu o ato ilícito, se o fazendeiro ou os posseiros. Na referida matéria, o jornalista destacou a fonte de tal informação, “diretoria do Sindicato dos Empregados Rurais”, uma fonte oficial, portanto portadora de credibilidade, a quem atribuiu toda a responsabilidade dos dados relatados. E finaliza:

Segundo ainda conseguimos apurar, para essa reunião, deverão seguir de Vitória da Conquista, representantes do Sindicato de Empregados Rurais, da Igreja, dos posseiros e da direção da Empresa Pau Brasil⁶³.

Neste trecho, o enunciador ratifica o seu compromisso de vigilante da sociedade. O uso da primeira pessoa do plural gera identificação com o leitor, pois o inclui na ação de conseguir apurar, também contribui para a neutralização da informação, já que se trata de ação coletiva. Matéria sem indicação de autoria e sem imagens.

⁶³ TRIBUNA DO CAFÉ. **Caso da Fazenda Pau Brasil Provoca Reunião em Salvador**. Vitória da Conquista, 17 de agosto de 1979.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, buscamos entender a relação entre memória e ideologia, por meio da análise da produção/veiculação de discursos ideológicos pela atividade jornalística daquela época, bem como esta contribuiu para a formação da memória social de Vitória da Conquista acerca do episódio mencionado e, por conseguinte, da luta dos trabalhadores em geral. Em linhas gerais, intentamos refletir a relação entre memória e ideologia na construção de sentidos no discurso jornalístico, em especial na imprensa escrita, lastreado pelas discussões acerca das estruturas da sociedade burguesa.

Ao estudarmos a cobertura jornalística do conflito pela terra na Fazenda Matas de Pau Brasil, localizada entre os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, no período de 1972 a 1981, mediante notícias publicadas no Tribuna do Café, o jornal impresso conquistense mais lido na época do evento, desvelamos os veículos de comunicação de massa enquanto *lócus* de disputa pela institucionalização de “verdades” e preservação de uma memória ideologizada.

Neste sentido, a imprensa jornalística, aqui representada pelo “Tribuna do Café”, evidencia-se como relevante instrumento na criação/manutenção do consenso em torno de interesses políticos e econômicos que caracterizam o processo de produção das notícias, cujos discursos objetivam a padronização da opinião pública sobre os acontecimentos concretos. Entendemos, assim, que os jornais efetivam a documentação de fatos históricos que conduzem à evocação do passado, atualizando a memória social em função do presente e futuro. Por isso pensamos o jornal, na expressão de Le Goff (1990), como documento-monumento, como instrumento de poder.

Lastreados por tal concepção, pensamos o referido conflito pela terra por meio da análise do processo de produção de sentidos no Tribuna do Café, revelando os jornais como mecanismos de criação de acontecimentos memoráveis (NORA, 1979) e, enfim, como Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1980). Considerando o monopólio da criação e divulgação dos acontecimentos históricos por parte dos veículos de comunicação massiva, os documentos criados pela publicação de grande parte dos periódicos desta época contribuem para a institucionalização da memória social de uma sociedade harmônica. E, assim, estabelecemos a articulação entre memória e ideologia na produção jornalística.

Partimos do pressuposto de que a sociedade capitalista é atravessada por um conflito de classes. Dito isso, ratificamos que os meios de comunicação de massa (jornais, revistas, rádio e TV, websites) não escapam a esta conflitualidade, não estando imunes às influências e solitudes do metabolismo social do capital. Assim, mesmo as rotinas mais particulares da produção jornalística, como o ato de escolher o que é noticiável e como deve ser veiculado, são afetadas pelas questões sociais.

Com Marx, julgamos que a ideologia é a concepção de mundo da classe dominante. Sob tal ótica, notamos a imprensa jornalística como um dos principais meios difusores de ideologia, sobretudo em sociedades onde os meios de comunicação de massa são verdadeiros oligopólios com amplos poderes de disseminação de informação. Neste sentido, o jornalismo reporta ao discurso ideológico necessário à manutenção do *establishment*. Salientamos, contudo, que este discurso é permeado por interesses antagônicos e pode, muitas vezes, ser útil também à classe trabalhadora, como vimos nas notícias aqui analisadas.

A imprensa comercial-burguesa brasileira incorpora e reproduz em seu fazer diário os mesmos elementos históricos e políticos que formaram a classe dirigente do país. Sob esta ótica, compreendemos que o avanço do capitalismo estendeu aos meios de comunicação de massa o *modus operandi* baseado na perspectiva de progresso das classes dominantes, ou seja, na contínua modernização tecnológica, na concentração empresarial, na oligopolização do setor e exploração da mão de obra. Desta forma, a imprensa ajuda a acelerar o processo de acumulação do capital, por meio da disseminação de padrões de consumo e da predominância do ideário liberal.

O Estado teve papel preponderante no estabelecimento desse padrão de imprensa, tanto pela concessão de canais de radiodifusão como por meio dos mecanismos de sustentação. Tendo a grande imprensa como importante aliado na defesa dos privilégios das classes dominantes, os governos concedem aos veículos de informação da mídia corporativa desde subsídios para aquisição de equipamentos e insumos (papel jornal) até financiamentos diretos, por meio de empréstimos em bancos públicos e/ou anúncios publicitários.

Tais constatações ajudam a esclarecer porque a chamada grande imprensa se porta de maneira tão hostil aos protestos populares do campo e da cidade, que buscam evidenciar as incongruências da democracia representativa burguesa. Permitem, ainda, elucidar porque as coberturas jornalísticas se fecham às fontes

oriundas das classes subalternas e setores marginalizados da sociedade, bem como aos políticos e movimentos. Entendemos, contudo, que o financiamento estatal não é o único fundamento da relação da chamada grande imprensa com o ideário burguês, pois pensar assim apagaria o seu vínculo de classe que esta mantém no sistema produtivo.

A análise das matérias veiculadas no jornal “Tribuna do Café” buscou patentear os mecanismos adotados pelo jornal na seleção dos acontecimentos noticiáveis e composição/publicação das notícias, de maneira a forjar no texto a áurea da objetividade jornalística, criando no leitor a impressão de que os acontecimentos narram-se por si só, apresentando o conteúdo veiculado pelo jornal como o mais fiel reflexo da realidade concreta.

Do ponto de vista dos resultados práticos da nossa pesquisa, concluímos que a principal estratégia utilizada pelo “Tribuna do Café”, na sua relação com os interesses dos posseiros foi, principalmente, a do silenciamento, o que pode ser notado no fato de os posseiros nunca terem sido ouvidos pelo referido jornal, senão por meio do discurso de seus representantes (bispo, padres, advogado, líder sindical, etc.). Em comparação com a cobertura dos jornais “A Tarde”, “Tribuna da Bahia”, “Jornal da Bahia” e outros, além dos relatórios da CPT, Comissão de Justiça e Paz e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, percebemos que fatos e informações de aspecto positivo à luta dos posseiros foram silenciados pelo referido periódico.

O protesto de Dom Climério, por exemplo, que fez os sinos da Catedral de Nossa Senhora das Vitórias badalarem ininterruptamente por dois dias seguidos, denunciando as prisões arbitrárias de posseiros, não foi noticiado pelo “Tribuna do Café”. O jornal também não publicou nada sobre o fato de policiais terem utilizado um automóvel de propriedade do presidente da Agropecuária Pau-Brasil Ltda para prender os posseiros. Deixou de ser publicado, ainda, pelo periódico: as agressões e destruições causadas por Germano; a atuação da polícia em favor do fazendeiro; a criação de uma Comissão de Inquérito na Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, responsável por encontrar uma solução para o conflito; a morosidade no andamento do processo que pleiteava os direitos dos trabalhadores que residiam na terra; o relatório do Instituto de Terras da Bahia (Processo Administrativo 411/76), que reconhece as terras ocupadas pelos posseiros como públicas; a suspensão do programa radiofônico “A Voz da Diocese”.

O esquecimento seletivo foi o expediente predominante na cobertura do Tribuna do Café no que tange ao conflito pela posse da terra em Matas de Pau Brasil. Contudo, obviamente, que a construção de sentidos sobre o evento em questão nas páginas do jornal aqui analisado não se dá somente pelo silêncio, pelo esquecimento (deliberado ou não). Fatos sobre a resistência dos posseiros contra a força do grileiro foram veiculadas pelo jornal, posto que este não pode ignorar, sob o risco de sacrificar sua credibilidade junto aos leitores, acontecimentos que tiveram notoriedade na sociedade. Assim, as denúncias de Dom Climério e da Comissão Diocesana Justiça e Paz, fontes idôneas e de relevante influência para a opinião pública local, eram noticiadas pelo periódico. No entanto, conforme evidenciou a análise do processo discursivo, técnicas jornalísticas foram aplicadas na produção da informação, de forma a minimizar o impacto das acusações contra o latifundiário, também como meio de apagar o conflito.

Constatamos que o veículo de imprensa aqui estudado revelou-se aliado do agronegócio e hostil à pequena propriedade e ao seu modo de produção, negligenciando, sistematicamente, as informações que desvelariam as incongruências da sociedade burguesa, a inconciliabilidade dos interesses das classes conflitantes. Sendo assim, podemos afirmar que o Tribuna do Café corroborou com a manutenção da propriedade privada dos meios de produção.

Entendemos, por fim, que a cobertura jornalística realizada pelo Tribuna do Café acerca do caso de grilagem em Matas de Pau Brasil pretendeu forjar a memória de um conflito moderado, sempre mediado pelo Estado. No entanto, o movimento de resistência dos posseiros encontrou atalhos para romper o cerco de silêncio na imprensa local e, muitas vezes, obteve espaço em outros periódicos para denunciar os atos de violência do grileiro e o apoio do Estado a este.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

AGUIAR, Flávio. Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. A ditadura brasileira e a luta de classes no campo da memória. **Lutas Sociais** (PUCSP), São Paulo, v. 18, p. 50-63, 2014.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3. Ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença/Martins Fontes. 1980.

ALVIM, Thereza Cesario. **O Golpe de 64: a imprensa disse não**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ARÓSTEGUI, J. *Retos de la memoria y trabajos de la historia, Pasado y Memoria*. **Revista de Historia Contemporánea**. Madri/Espanha: Alicante, nº 3, 2004.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASADEI, E. B. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço acadêmico**, v. 9, n. 108, p. 153-161, 2010.

CELLARD, A. A análise documental.. In: POUPART et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.**, A. Cristina, Trad.. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHARAUDEAU, Patrick. **O Discurso das mídias**. Tradução de A. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações Ideológicas do Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

_____. **Um Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

D'ARAUJO, M^a Celina.; SOARES, Glaucio Ary Dillon.; Castro Celso (Org.). **Os Anos de Chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social**: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 2012.

FERNANDES, Luís. Revista Histórica. **100 anos de jornalismo em Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista, Bahia. Novembro de 2011.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual da Redação**: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2005.

GANCHO, C. V.; LOPES, H. de Q. F.; TOLEDO, V. V. **A Posse da Terra**. São Paulo: Ática, 1991.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

GRYNSZPAN, Mario. A questão Agrária no Governo Jango. In: **CPDOC**. A trajetória Política de João Goulart. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_que_stao_agraria_no_governo_Jango> Acesso em: 29 jun. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

_____. **Los marcos sociales de la memoria**. Caracas, Venezuela: Anthropos, 2004.

_____. **Los Marcos Sociales de la Memoria**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

_____. **Fragmentos de la Memória Colectiva**. Seleção e tradução de Miguel Angel Aguilar. Publicado originalmente em Revista de Cultura Psicológica, Año 1, Número 1, México: UNAM - Facultad de Psicología, 1991.

JEDLOWSKI, Paolo. *La sociología y la memoria colectiva*. In: RIVERO, Rosa; BELLELLI, Guguelmo; BAKHURST, David (Org.). **Memoria Colectiva e Identidad Nacional**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

KONDER, Leandro. **A Questão da Ideologia**. SP: Cia. Das Letras, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**, São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LAGE, Nilson. **A Linguagem Jornalística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1990.

LIMA, T.; MIOTO, R.. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, 10 (esp), 37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em 30 de junho, 2016.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas. Relações Simbióticas entre Memória, Ideologia, História e Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Org.). **História, Memória e Educação**. Campinas, SP: Alínea, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia**. São Paulo: Ática, 1989.

MARTINE, George. A Trajetória da Modernização Agrícola: A quem beneficia. In: Fases e Faces da Modernização Agrícola. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, no 03, Brasília: IPEA, 1990.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

MARX. K.; Engels, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.

MEDEIROS, Ruy. Vitória da Conquista nos anos 1960-1978. In: MOSCONI, Luis. **Edivanda**: uma vida de fé e de muitas lutas. São Paulo: Parábola, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A Questão Agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MENEZES, Durval Lemos. **A Conquista dos Coronéis**. Vitória da Conquista, 2010.

MOSCONI, Luis. **Edivanda**: uma vida de fé e de muitas lutas. São Paulo: Parábola, 2003.

NASCIMENTO, Antônio Dias. Movimentos Sociais Rurais, Quarenta Anos Depois. In: NASCIMENTO, A. Dias; HETKOWSKI, T. M. **Memória e Formação de Professores**. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. **Organização de Base**: a reinvenção da participação popular. Salvador: FFCH – Universidade Federal da Bahia, 1985.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, 1993.

_____. O Retorno do Fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

OLIVEIRA, A. Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. A Longa Marcha do Camponato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**. Vol. 15 n. 43, São Paulo, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, Jacson Tavares de; MOREAU, Ana Maria Souza dos Santos. MENEZES, A.; PAIVA, Arlicélio de Queiroz.; ALMEIDA, T.M. Modificações ambientais e socioeconômicas decorrentes do desenvolvimento da cafeicultura em Barra do Choça-BA. **Bahia Agrícola**, v. 8, p. 54-58, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **As Formas do Silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Pontes, 2009.

PAULO NETTO, José. **Introdução Ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____, José. **O Que É Marxismo?** Rio Janeiro: Brasiliense, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET & HAK (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997, [1969], p.61-162.

_____. O Mecanismo do (Des)conhecimento Ideológico. In: ZIZEK, Slavoj. **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.142-152.

_____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução ORLANDI, Eni P. 5. ed. SP: Pontes Editores, 2008.

_____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997, pp. 163-252.

PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social**: uma resenha crítica. In: Revista arquivos da memória. Lisboa: Nova série, nº. 02, 2007, pp. 4-23.

PLATÃO. **Dialógos I** (Teeteto, Sofista e Protagóras). Bauru, SP: Edipro, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2 n. 3, 1989, p. 3-15.

POMIAN, Krzysztof. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, V.42 (Sistemática), 2000, p. 507-516.

PRADO JR, Caio. **A Questão Agrária No Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

RICOEUR, Paul. **A Memória, A História, O Esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

_____. **Interpretação e Ideologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

SANTOS, Antonio Luiz Santos. **Produção de riqueza e miséria na cafeicultura**: as transformações recentes do espaço rural de Vitória da Conquista e Barra do Choça-BA. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1987.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **Cadernos de sociomuseologia**, Portugal, n.19, 2002, p.121-150.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**: Memória, v. 4, n. 1/2, 1993.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no Jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SILVA, Juremir Machado da. **1964**: Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulinas, 2014.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2006.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória. Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias.* In: **Revista Projeto História.** São Paulo, v. 15, 1997, p. 51-84.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TODOROV, Tzvetan. **Los Abusos de la Memoria.** Barcelona: Paidós, 2000.

TONET, Ivo. **Método Científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo, Instituto Lukács, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

VICCHIATTI, Carlos Alberto. **Jornalismo:** comunicação, literatura e compromisso social. São Paulo: Paulus, 2005.

VITA, Álvaro de. **Sociologia da Sociedade Brasileira.** São Paulo: Ática, 1999.

ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um Mapa da Ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

JORNAIS

A TARDE. **Cem famílias estão ameaçadas de expulsão das suas terras.** 18 de junho de 1977.

A TARDE. **Comissão diocesana debate com posseiros: Conquista.** 3 de abril de 1979.

A TARDE. **Conquista faz passeata em favor dos posseiros.** 15 de fevereiro de 1979.

A TARDE. **Fetag defende posseiros das violências em Barra do Choça.** 24 de janeiro de 1979.

A TARDE. **Pastoral denuncia o terror e a grilagem em Barra do Choça.** 01 de março de 1977.

A TARDE. **Prisão de posseiros em Conquista causa revolta.** Salvador, 07 de março de 1980.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Aos Cristãos. Velhos ou novos, ricos ou pobres, padres ou leigos.** Vitória da Conquista, 23 de junho de 1977.

DIMENSÃO. **População conquistense apóia posseiros na luta contra grileiro.** Ano VIII. N°. 158, 10 de fevereiro de 1979.

JORNAL DA BAHIA. **Fazendeiro implanta o terror em Barra do Choça.** 02 de março de 1977.

JORNAL DA BAHIA. **Igreja toca sinos mais de um dia contra prisões.** 12 maio 1978.

JORNAL DA BAHIA. **Pressões e ameaças levam Igreja a suspender programa.** 10 de novembro de 1977.

TRIBUNA DA BAHIA. **Governador recebe documento sobre arbitrariedades contra posseiros.** Salvador, 29 de junho de 1976 – pág. 3.

TRIBUNA DO CAFÉ. **Acusação grave: denúncia da Comissão Diocesana Justiça e Paz.** Vitória da Conquista, 06 de março de 1980.

TRIBUNA DO CAFÉ. **Ameaça de geadas faz café voltar nos EUA a Cr\$ 11 mil a saca.** Vitória da Conquista, 07 de setembro de 1980.

TRIBUNA DO CAFÉ. **Apoio ao Bispo diocesano.** Vitória da Conquista, 16 de fevereiro de 1979.

TRIBUNA DO CAFÉ. **Caso da Fazenda Pau Brasil Provoca Reunião em Salvador.** Vitória da Conquista, 17 de agosto de 1979.

TRIBUNA DO CAFÉ. **Comissão Justiça e Paz fez reunião.** Vitória da Conquista, 27 de março de 1979.

TRIBUNA DO CAFÉ. **Dom Climério e a Grilagem.** Vitória da Conquista, 08 de junho de 1977.

TRIBUNA DO CAFÉ. **Estados Unidos atacam Brasil.** Vitória da Conquista, 23 de março de 1977.

TRIBUNA DO CAFÉ. **General critica marxismo.** Vitória da Conquista, 11 de maio de 1977.

TRIBUNA DO CAFÉ. **Governo enfrenta a grilagem e pede anulação de registros de terras.** Vitória da Conquista, 17 de dezembro de 1980.

TRIBUNA DO CAFÉ. **Homenagem ao general Adyr Fiúza de Castro.** Vitória da Conquista, 31 de maio de 1977.

TRIBUNA DO CAFÉ. **Posseiros X Grileiros: convocação na praça 9 de novembro.** Vitória da Conquista, 06 de março de 1980.

TRIBUNA DO CAFÉ. **Terrorismo chega ao Brasil.** Vitória da Conquista, 03 de setembro de 1980.

TRIBUNA DO CAFÉ. **Vereadores Vão à Pau Brasil.** Vitória da Conquista, 19 de maio de 1977.

RELATÓRIOS

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARRA DO CHOÇA. **Relatório. Situação dos Posseiros das Matas do “Pau-Brasil” – Município de Barra do Choça – Bahia.** Barra do Choça, 14 de maio de 1976.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – REGIONAL DO SUDOESTE. **CUT – Regional do Sudoeste: Lutas, Congressos e Avaliações.** Vitória da Conquista, Bahia, maio de 1987.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Pequena história Matas do Pau Brasil: café, latifúndio, injustiça social.** Vitória da Conquista, 16 de fevereiro de 1979.

ANEXOS A – Notícias publicadas no jornal “Tribuna do Café”

Título: Grilagem de terras



Tribuna do Café

ANO III - Nº 248 VITÓRIA DA CONQUISTA 2 DE ABRIL DE 1977 C.R.S. 2.00

Presidente criará o restitutivo da gasolina

O Presidente Jimmy Carter assegurou aos jornalistas da Casa Branca que está firmemente determinado a criar o imposto sobre a gasolina, que elevará o preço do produto a mais de (um dólar), 13,36 centavos por galão de quase quatro litros nos próximos 10 anos. Carter prometeu lutar até o último voto, para aprovar seu projeto no Congresso, porque ele é parte de um programa geral total, e bem equilibrado sobre os combustíveis, disse o presidente. Desta maneira os Estados Unidos vai copiar a moda brasileira, ou melhor, o que era para ser aplicado no Brasil. Carter disse ainda que se não baixar o nível de consumo de combustível nos próximos 7 dias, vai aumentar mais ainda o preço do mesmo, só assim diz Carter o país vai conseguir economizar para seu próprio bem.

VACAS MATRIZES SERÃO POUPADAS

A Cobal inicia nos próximos dias a compra de novilhas de 18 a 24 meses, mais conhecidas como vitelas. cujo abate será incentivado pelo governo para evitar o sacrifício de vacas matrizes. Os vitelões estão sendo vendidos a preços que variam de 800 a 1.000,00 cruzeiros, mas o ministro da Agricultura Allison Paulinelli acredita numa valorização de 50% quando começarem as compras. Em Goiânia o presidente da Federação da Agricultura do Estado de Goiás e Distrito Federal, Ruy Brasil Cavalcante Junior, disse que 60% por cento das reses abatidas na região são vacas matrizes, e denunciou, ter havido até mesmo sacrifício dos frêsticos para o abate de fêmeas. Em Goiás, após vendida com carne de boi. No bafão do açougue, linguir o sexo do animal.

O Inspetor da SUNAB, está em Goiás para relembrar as negociações na hacha leiteira de várias regiões do estado. Vai apurar denúncias de produtores de leite, segundo as quais as indústrias não querem pagar preços mínimos e adicional por excesso de gordura. Pela segunda vez em menos de um ano esse tipo de fiscalização é feito em Goiás. A primeira foi no segundo semestre de 1976 na região sul do estado.

Anibal Viana: 70 anos

A classe jornalística de Vitória da Conquista está em festa, amanhã Anibal Viana, Borges, Presidente da Associação Conquistense de Imprensa estará aniversariando e comemorando 70 anos de idade.

Anibal Viana um dos precursores do jornalismo em Vitória da Conquista, homem de grande valor moral e companheiro em todas as horas, estará amanhã recebendo abraços de todos nós que fazemos imprensa em Vitória da Conquista, e aos 70 anos de idade, deixando uma marca de como um jornalista deve lutar, sem se intimidar e procurar sempre informar com acerto e responsabilidade.

Grilagem de terras

Há muito se tem falado em grilagem de terras, na região de São Francisco, na Chapada Diamantina, na região Sul e agora na região da Caatinga, precisamente em São João do Paraiso e Rio Pardo.

Sabe-se que um grupo, sediado em Juiz de Fora está contratando máquinas, nesta cidade e outras com projetos fantásticos, a fim de no menor tempo possível grilarem a maior área, sem que as autoridades cheguem a tempo. O que é de extranhar, é entre as firmas contratadas para a abertura das picadas, também se encontra os trabalhadores da Camab. Será que os responsáveis por este setor estão agindo acertadamente, ou tem ordens para ajudar os grileiros na anula dos grandes projetos em prejuízo do pequeno agricultor, posseiro, arrendatário ou qualquer outro título de direito a terra.

Esta aí mais um fato a espantar das autoridades.



Embasa – nova tarifa

Devemos agradecer aos governos que procuraram o bem estar do nosso povo, instalando o serviço de água tratada aqui. Houve previsões de até 20 anos sem que houvesse necessidades de novos empreendimentos. O que achamos estranho é que, este serviço a pouco instalado, vem apresentando tantas falhas como tem acontecido. Não vemos que a nossa Embasa tenha os mesmos problemas que a de Salvador, pelo menos não justifica: água temos em abundância, luz e força não tem faltado, as instalações são novas e dotadas de técnica moderna, dinheiro tem as pampas, o preço cobrado é pago, aumentam quando e quanto querem, do equipamento da barragem existe sobressalentes. Pergunta-se: Porque está sempre faltando água em um rodízio que não nos convence, pois além da falta de água, a conta do fim do mês é sempre maior. É bom que se saiba, que quando falta água, o ar que passa pelo hidrômetro também é medido e não descontado. Será que está tudo certo, ou falta alguém da administração local para ver isto em favor do povo.

Consumidor, B.N.H. e o financiamento da casa usada

O presidente do BNH, Maurício Schullman, disse ontem que o Presidente Geisel não vai baixar nenhum decreto para reabrir o financiamento de imóveis usados, ou para aumentar teto de financiamento hoje na marca de 881.000,00 cruzeiros, para quem dispõe de uma renda mensal mínima de 28.000,00 mil cruzeiros. O presidente do BNH, vai permanecer na retranca, sem acompanhar a decisão da Caixa Econômica Federal, que devidamente autorizada pelo Ministro da Fazenda, parar-se para reabrir a carteira hipotecária, já há próxima semana, para financiar carros e apartamentos com mais de 180 dias de habite-se.

Para a direção do BNH, o mercado imobiliário deve continuar operando em “bão mar”, pelo menos até quando tentar a desova do seu vasto estoque de apartamentos em São Paulo e Rio de Janeiro. A reabertura da carteira hipotecária da Caixa Federal já seria suficiente, segundo os técnicos para promover essa desova nos estoques. As dificuldades de financiamentos devem favorecer a queda de preço a nível de consumidor, embora até aqui o mercado não tenha manifestado qualquer inclinação mais forte nessa direção. Por enquanto o mercado imobiliário continua navegando de costas para o objetivo.

Carta de Caminha à Cabral

A partir de hoje estaremos publicando a carta original de Pero Vaz de Caminha à Alvares Cabral, trazendo diariamente uma parte da carta que descreve tudo sobre o descobrimento. (Lela na página 3).

Título: Vereadores vão à Pau Brasil

Vereadores vão à Pau Brasil

MAURICIO MELO

O assunto grileiros-possesores que vem sendo o ponto marcante na Assembleia Legislativa, com o deputado Elquisson Soares, agindo com pulso firme e tentando desvendar o "mistério" que envolve o acobertamento deste importante tema, onde aparecem até mesmo deputados envolvidos e com os jornais de Itavador afirmando que o SNI entrará nesta estória para encontrar a solução do problema, chega também a Vitória da Conquista, e a Câmara de Vereadores debateu na reunião de terça-feira sobre o inquietante assunto.

Conforme as palavras dos edis conquistenses, foi feita uma Comissão de Inquérito, formada pelos vereadores Florivaldo Leite e Nateliano do Prado (MDB) e Ramalão Rocha (Arena) para apurar os fatos juntos aos possesores.

Indo a comissão à Pau Brasil, foi comunicada por um possesore que o proprietário da fazenda, os aguardava com homens armados e conforme as palavras da citada

comissão, havia o proprietário de Pau Brasil, momentos antes, cometido arbitrariedades contra os possesores.

O vereador Naasson Carvalho disse na Câmara que foi procurado por seis possesores de Pau Brasil, os quais fizeram relatos de estarem vivendo momentos de angústia e que precisa ser encontrado uma solução.

A TARDE

Em sua edição de quatro do corrente o Jornal A Tarde, trás uma reportagem, onde mostra que o proprietário da Fazenda Pau Brasil, quer tirar os possesores de sua fazenda e dar em troca 2 alqueires para 150 famílias em terras de altos e baixos

GERMANO

O proprietário da Fazenda Pau Brasil, esteve na redação de TC e mostrou toda a documentação, inclusive a cadeia sucessória onde comprova que a Fazenda Pau Brasil sempre lhe pertenceu.

Referiu-se ainda o sr. Germano que alguns padres andam em sua fazenda pregando subversão e intrometendo-se em as-

suntos que não lhes dizem respeito.

FINAL

Como vemos o problema é grave e precisa ser encontrado uma solução, antes mesmo que acontecimentos maiores ainda possam se registrar, já que nesta estória da Pau Brasil, vem acontecendo queima de plantações, tratores devorando tudo, colação de cercas, desmantelamento de cercas e muitas outras coisas neste sentido e alguém deve responder.

ELQUISSON

O problema passou a ser mais grave ainda, quando o deputado Elquisson Soares entrou com solicitação de uma CPI para apurar definitivamente este assunto, porém, "misteriosamente" o deputado Stocassel Dourado, levado por "forças ocultas", tomou as providências para que esta CPI não fosse formada.

Enquanto isso, avolumam-se os problemas neste sentido e se faz necessário que as autoridades competentes se definam urgentemente, antes mesmo que acontecimentos mais graves ainda possam acontecer.

Trabalhadores sindicalizados terão empréstimos em consignação da CEF

A Caixa Econômica Federal está concedendo empréstimos em consignação a todos os trabalhadores sindicalizados do País beneficiário até então restrito a funcionários públicos e empregados de empresas públicas e privadas signatárias de convênios específicos.

A decisão, consubstanciada em convênio assinado, pelo Ministro do Trabalho, sr. Arnaldo Prieto, e pelo

presidente da Caixa Econômica, sr. Humberto Barreto, estabelece o teto máximo para os empréstimos de Cr\$ 4.388,50, para as regiões de maior salário-mínimo, a juros de 1,95 por cento ao mês, com resgate em 12 meses, condições estas que também vigorarão para as outras quatro regiões com teto menor.

Após a assinatura do convênio, o ministro do Trabalho informou que a

Caixa Econômica já destinou a importância de 300 milhões de cruzelros para ser aplicada no programa, que será operado pelos sindicatos e pelas filiais da Caixa Econômica. O acordo prevê que o empréstimo ao trabalhador não poderá ultrapassar a quantia equivalente a cinco vezes os valores da referência estabelecidos pelo Governo, como fatores de correção monetária.

Estes valores, reajustáveis juntamente com o salário-mínimo, foram alterados, determinando, assim, os tetos dos empréstimos. Assim, para as cinco regiões com diferentes salários-mínimos, os limites serão: Cr\$ 4.388,50, Cr\$ 4.081,50, Cr\$ 3.740,00 Cr\$ 3.433,50 e Cr\$ 3.100,50.

Por sua vez, o presidente da CEF adiantou que a instituição poderá vir a financiar bicicletas para trabalhadores, num reforço à política de racionalização de combustíveis. Esclareceu que o plano poderá ser realizado através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS "Vamos começar a estudar o assunto, uma vez que a idéia foi lavantada agora mesmo pelo Ministro Arnaldo Prieto e achamos bem viável sua implantação", frisou o sr. Humberto Barreto.



DICAS de Isnard

Atenção Jorge Paulo Ribas Gouveia, a carta só poderá ser publicada, se você a firmar o endereço correto, já que está na Pça. Barão do Rio Branco e faltam o portante, o número da residência.

Olha aí meu caro Rosivaldo Brito e meu querido amigo Ruy Alves Brito, o que está havendo com as carteiras de estudante que permitem o pagamento de meia entrada nos cinemas? Vamos lá, o CIENB agora é em óleo e deve ser nisso também.

Atenção meu caro Eliabes — grato pelo recado e pelas dicas.

O nosso companheiro Rossi teve uma fratura e na sequência, os nossos agradecimentos a D. Margarida (INPB), gentil como sempre e ao Dr. Sebastião Castro.

Grato Tião pelo atendimento cem por cento ao nosso companheiro de TC.

Djalma Nobre entrando como advogado no problema do "lavrador sem água" e contra o direito da força, na força do direito está provando que quando entra numa briga, a coisa fica feia.

Falando nisso, amanhã vamos trazer uma reportagem sobre o assunto.

O deputado Henrique Cardoso proclamou que depois de 20 anos, no governo Antônio Balbino foram asfaltados os 29 km da estrada Itabuna-Ilhéus. "Para vergonha nos sa, Trisou, até hoje essa estrada não recebeu um recapamento e se apresenta como uma colcha de retalhos. Quero dar uma audiência, disse na Câmara, acordar o governador do Estado". Lembrou que foram plantados 450 milhões de árvores, a produção de cacau passou a quatro milhões e 500 mil sacos e 800 milhões de dólares de divisas são previstos. Daqui, senhor presidente, proclamou como um despertador, quero, alto e bom som, acordar S. Exa. o governador. Acorde, governador". E isso aí.

Quem sabe o governador acorde e então nós possamos sair deste pesadelo e ver nossos sonhos concretizados, tais como a escola agrícola, o ginásio de esportes, a estrada Conquista-Itapetinga, a vinda de nossa universidade e tantas outras coisas que até o momento ficaram só na promessa.

Muita gente reclamando porque não estamos "cobrando" do prefeito Raul Ferraz, como cobravamos de seu antecessor, sobre os buracos em Conquista.

Estamos apenas esperando que o tempo se firme (ao menos essa tem sido a desculpa do atual prefeito) e aí então vamos mandar brasa.

A APAE precisa de você. Vamos colaborar com a presidente Tereza Guerreiro, já que a APAE é uma entidade de grande importância para nossa cidade.

ORAÇÃO AO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Espírito Santo, Vós que me esclarecedes tudo, que iluminais os meus caminhos para que eu atinja o meu ideal. Vós que me dais o dom divino de perdoar e esquecer o mal que me fazem e que a todos os instantes de minha vida estais comigo, eu quero neste curto diálogo agradecer-vos por tudo e confirmar mais uma vez que eu nunca quero me separar de Vós, por maior que seja a ilusão material, não será o mínimo da vontade que sinto de um dia estar convosco e todos os meus irmãos na glória perpétua. Obrigado mais uma vez.

Agradece O.L.

Café quente para um clima frio

CAFÉ BALA

Nova embalagem
Com empacotamento a vácuo
Fica sem perder
O sabor e o Aroma
E conserva muito mais

Gostoso Até a Última Gota

Indústria e Comércio de CAFÉ CONQUISTENSE Ltda.

Título: Ameaça de geadas faz café voltar nos EUA a Cr\$ 11 mil a saca

TRIBUNA DO CAFÉ Vitória da Conquista — Domingo 07.09.80

REVISTA DO COMÉRCIO DE CAFÉ Rainho diz que EUA compra menos café

O presidente do IBC, Octávio Rainho, chegou ontem de Washington e, no Aeroporto Internacional de Galvão, disse que os norte-americanos estão comprando 600 mil sacas de café a menos do que no ano passado, pois há queda no consumo. "É claro que haverá uma queda, os preços podem cair um pouco" — acrescentou. Em Nova Iorque, as cotações desceram ontem a 1 dólar e 21 centavos por libra-peso.

Após contatos com autoridades na Colômbia, México e Estados Unidos, o presidente do Instituto Brasileiro do Café regressou ao Rio e hoje, segue

para Brasília. Ele disse que foi manter conversações preliminares sobre problemas gerais do mercado internacional com vistas à reunião da Organização Internacional de Café em Londres, dia 14.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Torrefação e Moagem de Café, Sr. Talmir Alves Pimenta, afirmou por sua vez que a indústria necessita programar suas atividades, mas até agora não conseguiu receber do IBC a quota de café subsidiado — Cr\$ 1 mil a saca — referente ao mês de agosto.

Apesar da queda nas cotações internacionais observa o Sr. Talmir o mercado interno está firme com os produtores esperando valorização nos próximos meses. De qualquer forma, o preço mínimo garantido hoje de Cr\$ 6 mil passará para Cr\$ 7 mil em janeiro, e quem tem café não vendido à indústria por menos. "A indústria de torrefação trabalha com prejuízo. E para piorar ainda mais a situação do empresário nacional, o grupo alemão Wita, está reivindicando café subsidiado do IBC" — concluiu o presidente da Abir.

Ameaça de geadas faz café voltar nos EUA a Cr\$ 11 mil a saca

Previsões meteorológicas desfavoráveis para a região produtora de café no Brasil — ameaça de geadas neste fim de semana — fizeram subir rapidamente as cotações em Nova Iorque e no Paraná, ontem, com o produto voltando a 1 dólar e 56 centavos por libra-peso para entrega em dezembro nos EUA (cerca de Cr\$ 11 mil a saca) e a Cr\$ 5 mil no interior brasileiro.

Em documento enviado ao Instituto Brasileiro do Café, o presidente do Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro, João Leão Sattamini Neto, pede que "no julgamento sobre a conveniência da abertura de registros (para exportação) também pese, em escala crescente, as características estruturais do comércio exportador de café, o qual deve ser preservado em níveis adequados de capitalização sob pena e se tornar mais difícil, numa segun-

da etapa, atingir os objetivos de receita e volume desejados pelo Governo para os semestres futuros". "Nunca é demais repetir" — acrescenta o documento do Centro — "que o Brasil é o único entre os grandes países produtores que possui uma rede de comercialização externa alienígena, em termos privados, o que exige maior coordenação de medidas em vistas a conciliar receitas cambiais elevadas, volume de exportação em escala, receita e manutenção da eficiência operacional e do nível de emprego assegurado pelo setor privado de exportação".

Especialistas exigem continuação defendendo a ideia de compra de café na origem pela compra dos países produtores, a Pancafé, como forma de impedir a ampliação da oferta nos centros internacionais formadores de preços.

NO MUNDO DOS NEGÓCIOS — Mário Sabino

Aniversário de Lira Textil

Lira de Oliveira & CIA. LTDA, chega em 1980, com 10 anos de intensa atividade no mercado atacadista de tecidos somando trabalho e crescendo no campo do desenvolvimento do País, permitindo ainda crescimento econômico social e todos quantos dela participam.

Criada no dia 1 de setembro de 1940 na Cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, onde até hoje mantém sua matriz a sociedade teve na pessoa da saudosa sócia fundadora, a Sra. Maria da Cunha Régio Madruga "Da Nardina", a direção na incomum, cujos conhecimentos comerciais deixaram marcas com sucesso, sob passagem na organização. E tem na pessoa do sócio, o Sr. Manoel Lira de Oliveira, a experiência e o desembarço na condução dos negócios, na manutenção da estrutura da tradição, que fizeram da sociedade que leva o seu nome, respectada dentre outras tantas no mesmo ramo e estimada entre clientes e fornecedores.

Assim, graças a um princípio de conduta, moldado na tenacidade e perseverança do Sr. Lira, decorridos 40 anos a sociedade chegou onde está. Tudo ampliado seus negócios com mais sete estabelecimentos distribuídos em São Paulo, Vitória da Conquista, Ba e Campo Grande — MS.

Fazem parte do grupo, segundo os mesmos critérios de Lira de Oliveira & Cia. Ltda. as firmas: Tecidos Tita Limitada com sede em Goiânia — GO e filial na cidade de Uberlândia — MG e Tecidos Norte Sul Ltda. com matriz em Maringá e Filiais em Londrina e Cascavel todas no Estado do Paraná, as quais juntas a esta, atende a uma grande parte do mercado brasileiro no setor textil.

AUMENTO DO PREÇO DOS AUTOMÓVEIS

A partir do próximo dia 10 os carros começarão a ter seus preços reajustados em 35%. O aumento virá em duas parcelas, de 16,5% e de 15%. A segunda entrará em vigor no dia 1º de outubro segundo decisão tomada pelo Ministério do Planejamento, Delfim Netto, em reunião com o presidente da Volkswagen Wolfgang Sauer.

TARIFAS POSTAIS

A Secretaria Especial de Abastecimento e Preços autorizou aumento de 25% nas tarifas postais; uma taxa simples passa de Cr\$ 4 para 5. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pretendia aumento de 50% nas tarifas, o que foi negado pelo Ministério do Planejamento, que queria autorizar uma elevação de 12,5%.

INFLAÇÃO DO MES PASSADO

Estudos feitos pela Fundação Getúlio Vargas demonstrou que a inflação do mês passado atingiu o índice de 6,5%, o que eleva de 106,8% para 108,3% a taxa anual dos aumentos de preços nos últimos 12 meses.

O Departamento Inter-sindical de Estudos Estatísticos Sócio-Econômicos — revela que o aumento de 8% no custo de vida da família-salarizada no mês de julho, em São Paulo, foi o maior da história. No Rio o custo de vida subiu 6,6% somente no mês de julho.

CARNE MAIS BARATA

Carne mais barata "cerca de 2%" foi prometida a partir desta semana até o dia 1 de outubro — é a boa surpresa que o secretário especial de Abastecimento e Preços, Carlos Viacava, prometeu aos consumidores do Rio e São Paulo.

A redução temporária nos preços da carne bovina iniciada pela primeira vez nos preços congelados dos supermercados — deu lugar a um acordo entre a SEAI e os supermercados, pelo qual estes se comprometem a baixar sua margem de lucro em troca de vantagens oferecidas pela Cobal: manutenção no abatedor dos preços do traseiro e do dianteiro.

Mensagens de Amor

AS LEIS
SAUL QUADROS

Queremos salientar para os observadores do mundo terreno, que AS LEIS físicas, que tanto nos empolgam, nada mais são que reflexos das grandiosas leis divinas; disseminadas por todo o Universo.

Guardando as suas naturais variantes e adaptações, elas se manifestam com a perfeição e o rigor de verdades eternas; oriundas que são da Fonte Eterna de toda vida.

Não nos deve espantar a coincidência existente entre leis físicas e leis morais, sendo todas representativas da vontade do supremo Criador de todas as coisas.

Em todas essas leis superiores a perfeição e o traço característico, acompanhando-as invariavelmente a condição de eternidade.

E bastante consolador compreendemos o que há de verdadeiro nas leis divinas que regem a tudo e todos. Em tal caso, logo se nos despeteca uma inteligência inatingível por qualquer ser humano, e a sabedoria que as orienta é de tão sublime sabor divino de tão alta magnificência que mal podemos divisar.

Quando observamos a grandeza das leis de Deus; queremos convictos que ainda não as percebemos convenientemente, sendo que ainda não observamos superficialmente, dado que visões e compreensão não possuímos para abraçá-las em sua extensão e grandeza.

Mas o que os homens já vêem dá-lhes uma intuição e um sinal da magnificência do Poder Supremo; pois tudo vem de Deus e volta para Deus.

Transmitida por — EMMANUEL
Cr. postal — 116 — Vitória da Conquista — BA. Caixa de Psicografia de — Saul Quadros

Tribuna do Café

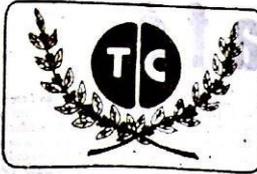
O JORNAL DIÁRIO DE MAIOR CIRCULAÇÃO NO INTERIOR DA BAHIA

Editor Geral: Mário Sabino; Propriedade da Edigraf — Editora Gráfica do Interior Ltda.; Diretor Geral: Emílio Vasconcelos; Diretora Administrativa: Ana Maria A. Oliveira; Diretor Industrial: Erico S. Souza; Superintendente: Hugo Wagner; Redação — Administração — Publicidade — Oficinas (Sede Própria) — Av. Bartolomeu de Gusmão, 500 — Vitória da Conquista — Bahia — Fones: (073) 121-2290, (073) 421-2107.

Assinatura Anual: Cr\$ 1.600,00 — As opiniões emitidas por colonistas, não representam propriamente o pensamento da Direção do Jornal — TRIBUNA DO CAFÉ — O Jornal que luta por você!



Título: Estados Unidos atacam Brasil



Tribuna do Café

ANO III — Nº 229 VITÓRIA DA CONQUISTA, 23 DE MARÇO DE 1977

CR\$ 2,00

O PERIGO DA AFTOSA

De repente muitas crianças apresentam sintomas diferentes e tem a pele coberta por uma estranha doença.

O calor que vem fazendo ultimamente e mais o leite não pasteurizado, passou a ser o grande responsável por tudo isso.

Os médicos ortopedistas procuraram não responder a pergunta de TC, a respeito de uma possível transmissão de aftosa, através do leite para as crianças conquistenses, mas deixaram por entender que realmente isso vem ocorrendo.

O LEITE

Em muitos lugares desta grande Conquista, a comercialização do leite, sem os mínimos requisitos de higiene e que devido a falta de fiscalização, é vendido de casa em casa, é o fator preponderante da transmissão dessa doença nas crianças.

Em muitos locais, o leite é retirado através do

processo simples e colocado em vasilhas sujas que mais tarde recebem também uma certa quantidade de água, a qual por sua vez, também já está contaminada.

O caso do leite ser retirado de vacas doentes, é uma hipótese muito viável, já que não existe um órgão fiscalizador atuante e por diversas vezes isso pode vir acontecendo, sem nada acontecer para os responsáveis.

AFTOSA

Nossa reportagem pode constatar em diversos pontos da cidade, crianças com manchas nos lábios, rosto e até mesmo pelo corpo e todas elas, tomam leite sem ser pasteurizado.

A DENÚNCIA

Aqui fica registrada esta grave denúncia, para que as autoridades competentes, tome as devidas

providências no assunto, evitando que crianças sofram por esta deficiência dos órgãos responsáveis que permitem qualquer pessoa comercializar o leite, levando doença para centenas de inocentes.

LEITE EM PÓ

Devido a este grave problema a procura de leite em pó tem aumentado cada vez mais, já que ninguém se sente seguro com o leite que está pela cidade.

Enquanto isso, o leite pasteurizado é difícil de ser encontrado, já que devido ao costume do povo em obter o leite comum, o leite pasteurizado tem pouca saída e por isso, os supermercados adquirem em pequenas quantidades.

Mas, o povo precisa entender que hoje Vitória da Conquista é uma cidade progressista e o leite pasteurizado representa uma segurança a favor da saúde, principalmente da saúde das crianças.

Estados Unidos atacam o Brasil

O Governo brasileiro foi acusado em Nova Iorque de provocar a escassez de café, e o consequente aumento do preço, para solucionar seus problemas na balança comercial, pelo Deputado democrata Fred Richmond, que passou três dias no Brasil como representante do Congresso, para avaliar a situação do mercado.

O Deputado Fred Richmond afirmou: "O Governo do Brasil, preocupado com as eleições do próximo ano, considerou que a melhor forma para se manter no Poder seria apresentar uma balança comercial positiva". O Deputado, que teve contatos com autoridades e empresários brasileiros, sugere que os consumidores de países não produtores de café tomem chá.

Causou profundo desagrado nos meios produtivos do Paraná a declaração feita em Nova Iorque pelo deputado democrata Frederick Richmond de que o Governo brasileiro provocou artificialmente a escassez do café com o objetivo de resolver seu problema na balança comercial.

Olavo Godoy, presidente da Cooperativa Agrupadora Vale do Itaipá, disse que "os agricultores internacionais sempre se beneficiaram com o nosso café. Sempre beberam café a um preço menor que o de um litro

de água mineral. Nunca fomos devidamente respeitados por eles. Agora que o café vive uma situação de alta, uma realidade que todos nós brasileiros conhecemos, esse deputado vem com idéias que nasceram na cabeça dele. Não sei de onde ele tira os dados para afirmar que os países produtores de café têm condições de manter o consumo. Não sei de onde ele tira os dados para afirmar que a escassez é provocada artificialmente. Essas declarações são infundadas e eles deviam ter um pouco mais de senso de responsabilidade. A nossa resposta a este tipo de insinuação deve ser apenas uma: quem quiser café que compre no mercado ao preço que for".

O ex-presidente do Centro do Comércio do Café do Paraná, João Moreira, reagiu de maneira bem parecida: "Se depois de vir aqui, ver tudo e ouvir todas as explicações esse deputado faz declarações desse tipo, acusando-nos de provocar estas altas por meio de manobras artificiais, é porque ele está defendendo os interesses dos eleitores norte-americanos e para fazer isto ele faz que não sabe ler, que não entende números, que não viu nada e que não acredita no Governo brasileiro".

Leia mais na pag. 2, General Café.

São Tarcísio vem aí

A partir da próxima semana teremos em nossas páginas, uma coluna cultural em alto estilo. Para este fim as professoras Marlene Roberto Sampaio e Edna Ribeiro, estão coordenando a coluna e será mais

uma atração para nossos milhares de leitores.

Aguardem que o São Tarcísio ingressando agora na imprensa escrita, será uma atração em TC.

BLITZ no Trânsito de Itapetinga

A 4ª Região de Trânsito de Itapetinga está promovendo uma blitz no trânsito da cidade, afim de evitar maior número de acidentes.

O Chefe da 4ª RETRAN, Tenente Arthur Antunes Correia, lança hoje a campanha, usando o seguinte texto: "Não é apenas o carro que deve ter freios; o motorista também. Comer e beber demais, é também arriscado quanto correr com velocidade. A distância que separa você do carro da frente, pode encurtar sua vida. Correndo bastante, você pode encurtar a sua viagem para sempre.

Senhores chefes de famílias, vocês amam seus filhos? Em caso afirmativo, co-

laborem com o regulamento do trânsito, para o engrandecimento de Itapetinga, não permitindo que seus filhos dirijam sem carteira de habilitação, principalmente os menores.

Acima de tudo, vamos respeitar o sinal do Guarda de Trânsito, não adianta termos pressa, pois, temos muitos quilômetros pela frente e revisé sempre seu carro, para que possa dirigir sem perigo.

Esta campanha que hoje iniciamos é para o bem de toda a comunidade de Itapetinga, dentro das leis que orientam este País que vai pra frente.

Colabore!

OS MELHORES DO ANO

Mais uma vez uma empresa de âmbito nacional fez pesquisa em Vitória da Conquista, para apontar os melhores do ano. A Comenale Promoções depois de pesquisar em todos os cantos da cidade, outorgou a diversas empresas da cidade, com o destaque mais uma vez para nossa Tribuna do Café que venceu na preferência popular.

Eis o listão da Comenale:

CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS — COVEPE — COMERCIAL DE VEÍCULOS E PEÇAS S/A.
 MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS — SOTERAUTO DIESEL S/A COM. IND. E AGRÍCOLA
 CASA DE BICICLETAS E PEÇAS — CASA DO CICLISTA
 SERRALHARIA — SERRALHARIA MINEIROLÂNDIA
 OFICINA DE MOLAS — OFICINA DE MOLAS UNIVERSAL
 CHURRASCARIA — CHURRASCARIA MONGÓLO
 PEÇAS E OFICINA ESPECIALIZADA EM MERCEDEZ BENZ E TOYOTA — SERVBENZ LTDA.
 PANIFICADORA — PANIFICADORA VITÓRIA
 CASA DE LOTERIA ESPORTIVA E FEDERAL — A MILIONÁRIA ELIZABETH
 POSTO DE GASOLINA E CHURRASCARIA — POSTO E CHURRASCARIA PE DA SERRA
 RETIFICADORA DE MOTORES — RETIFICADORA VITÓRIA
 ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE — CONTABILIDADE COLORADO
 CARTÓRIO — CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL 1º OFÍCIO DE HONORINO ALVES DE OLIVEIRA
 DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS — FCHIRLEY DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.
 CASA DE MATERIAIS ELÉTRICOS — SOCEL — TUDO EM ELETRICIDADE DE ALTA E BAIXA TENSÃO
 OFICINA DE RADIO TELEVISÃO (ELETRÔNICA) — ELETRÔNICA SONTTEL AV. CEARA 131 - FEIRINHA DE VALDOMIRO A. SILVA
 RELOJOARIA — RELOJOARIA BRASILIA — COM O 1º LABORATÓRIO ELETRÔNICO NO INTERIOR BAIANO
 AUTO ELÉTRICA — AUTO ELETRÔNICA SEVERINO
 VICOLA — EL REY BAHIA COM. E IND. LTDA.
 REFORMADORA DE PNEUS — REFORMADORA DE PNEUS UNIÃO (VENDA DE PNEUS E CAMARAS DE AR)
 SUPERMERCADO — O ANDRADE SUPERMERCADO
 CASA DE ARTIGOS RELIGIOSOS — (FLORA) FLORA BAHIA
 FUNDAÇÃO E MECANICA — FUNDAÇÃO E MECANICA SANTANA — MOTORES DIESEL, BOMBAS ETC
 DROGARIA E FARMACIA — DROGARIA E FARMACIA LIA
 IMOBILIARIA — LÓ IMOBILIARIA
 HOSPITAL — HOSPITAL SAMUR
 JORNAL — TRIBUNA DO CAFÉ
 PEÇAS PARA MOTORES EM GERAL — SALVADOR & HILTON LTDA. ANEXO A RETIFICADORA VITÓRIA — DISTRIBUIDORA METAL
 LEVE, COFAP E OUTRAS MARCAS FAMOSAS

Título: Homenagem ao general Adyr Fiúza de Castro

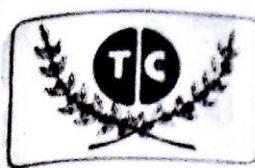
Ao General Adyr Fiúza de Castro

“Nos Quartéis de todo o Brasil,
os Soldados aprendam a defender a Pátria.
Caserna, uma aula de Civismo.”

Homenagem da Tribuna do Café

Fonte: Jornal Tribuna do Café, Ano III, 31.05.77.

Título: General critica marxismo



Tribuna do Café

ANO III - Nº DEI VITÓRIA DA CONQUISTA, 12 DE MAIO DE 1977

C.R.S. 2.00

Divórcio: Comissão aprecia hoje

Somente hoje às 4 da tarde, 3 horas antes de terminar o prazo regimental de 48 horas, será finalmente instalada a comissão mista que vai apreciar as 4 propostas de emenda à constituição que institui o divórcio no Brasil. O panorama sofreu uma grande alteração, depois dos entendimentos que passaram a presidência da comissão do senador Mauro Benedes, anti-divorcionista, para a deputada Lígia Lessa Bastos divorcionista.

ter, enviou mensagem dos bispos da cidade ao presidente da Câmara dos Deputados, Marcos Maciel, pedindo que os legisladores cristãos, não votem a favor do divórcio. No telegrama os bispos afirmam que os parlamentares em vez de se preocuparem com o divórcio, deveriam votar leis que tornassem mais humanas as condições de vida da população, melhorando as condições de saúde, alimentação e moradia.

to oficial no país a partir de hoje pela morte do chanceler Maurício Borbonovo. Um decreto assinado ontem em S. Salvador, afirmou que Borbonovo, que foi sequestrado e assassinado pelas forças populares de libertação, prestou relevantes serviços à pátria, ganhando por isso o qualificativo de "Chanceler da Paz". O assassinato do Chanceler repercutiu em todos os países latino americano. No Panamá o general Omar Torrijos disse que o projeto que foi lançado em seu cérebro, penetrou profundamente também nos sentimentos nossos. Em São José da Costa Rica o Chanceler Gonzalo Pasco qualificou o assassinato de Maurício Borbonovo de selvagem.

SCHERER ENVIA MENSAGEM

O Arcebispo de Porto Alegre Dom Vicente Scherer,

CHANCELER ASSASSINADO

O Governo de El Salvador decretou 3 dias de luto

CEDIN Mostra Reflexos da Lei Das S.A.

Em convênio com a CEBRAE e HUBEDNE, a Fundação CEDIN estará promovendo de 16 a 20 de maio no Hotel Meridien, em Salvador, e de 23 a 27 de maio no Feira Palace Hotel, em Feira de Santana, o Curso Reflexos Contábeis e Financeiros da Nova Lei das S.A., a ser ministrado pelos Consultores especializados:

Prof. Eduardo Garcia Fernandez — Bacharelado e Pós-graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo USP, professor universitário em Custos, Contabilidade Gerencial, Comercial e Agri-

cola nas Faculdades Metropolitanas Unidas — SP e Prof. Ernesto Gelboke — Bacharel e mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo — USP, professor Universitário de Auditoria e Contabilidade Avançada na Universidade de São Paulo e de cursos de Extensão Universitária e Pós-graduação.

O Programa que se destina a pessoal de Alto Nível, vinculado preferencialmente às áreas Contábil e Financeira de Empresas Industriais, Comerciais, Agro-Pecuárias e de Prestação de Serviços, terá a duração de

20 horas desenvolvidas de 2ª a 6ª feira, no horário compreendido das 7:30 hs às 9:00 hs e das 20:00 hs às 22:30.

As inscrições se encontram abertas no horário comercial nos seguintes endereços:

Fundação CEDIN — Bairro do Tomba

— Feira de Santana Fones: 21.911 a 913.

Departamento Metropolitano do CEDIN — Salvador — CAB Edifício da Secretaria da Indústria e Comércio — 3º andar — Fones: 42.154 e 41.429 — Ramal 543.

Número de vagas para cada Curso: 40.

As Acusações de D. SIGAUD

TRIBUNA DO CAFÉ trará em 15 edições, as acusações de D. Sigaud a bispos com a infiltração comunista na Igreja.

A partir de amanhã, iniciaremos as reportagens em número de 15, sob o título: Dom Sigaud Documenta Acusações a Bispos.

General crítica ação do marxismo

O general Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, comandante da 6ª DE, fez o seguinte pronunciamento, na cerimônia comemorativa ao Dia da Vitória.

Trinta e dois anos são passados do dia em que os alinos, em sinal de respeito, replicaram em uníssono no Brasil, na Itália e em todo o universo. Era o término de um pesadelo que engolfou a humanidade durante quase seis anos. Silenciaram os canhões e os bombardeios, não mais se ouviu o matraquear das metralhadoras, cessou o afundamento de navios, a destruição das cidades e populações.

Não houve mais a multiplicação das cruzes brancas nos cemitérios de campanha que abrigavam homens de todas as raças, adversários de vizinhos de campo de agora em diante. Enfim, a paz trazida pela vitória aliada. A vitória do mundo pacífico e cristão contra a barbárie fanática em nome de uma pretensa super-raça.

Naquele momento, considere-me um predestinado. Incólume, reví-me como milhões que assistiram outros milhões de se-

es darem suas vidas por uma causa. Reví os pródromos deste cruento conflito, quando a soberania de nações foi violada e seus povos escravizados. Reví o afundamento de mercantes e tentando os pavilhões da neutralidade. Reví o acirramento de ódios entre irmãos, alimentado por pretextos forjados pela maldade dos homens. Reví a justa reação de nações pacíficas ante a violência e o terror. Testemunha ocular desta hecatombe, no assistir famílias divididas, irmãos desaparecidos, lares e cidades destruídas, a fome, a miséria e a prostituição disseminadas, eu agradeço a Deus ter-me levado tão longe da pátria para preservá-la de todos esses horrores.

Um ano antes, sob a proteção de nossa marinha de guerra, sigulam, em escaloas, os 25 mil brasileiros de todos os quadrantes que integravam a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e o 1º Grupo de Aviação de Caça.

Cumpram eles o dever de reparar a ofensa à nossa soberania, atingida pelos cruentos ataques de submarinos aos nossos

mercantes indefesos, quando singravam águas nacionais. Cumpram eles o dever de associar-se em armas com as nações do mundo livre, para debelar a sanha assassina da hidra nazifascista. Não foi fácil a adaptação, em terras estranhas, a essa guerra sem quartel.

Allados e adversários falando línguas diferentes, as montanhas cobertas de neve exigindo imaginação criativa para defender-se do clima, os campos minados e alagados na terra de ninguém, o soldado alemão preparado e frio, a tirando até a distância de render-se, a tudo isto souberam sobrepor-se os bravos pracinhas, para conquistar vitórias memoráveis e impor a rendição de Forno, quando aprisionaram perto de 15 mil combatentes. Valeu a pena a vitória das armas aliadas e, particularmente do Brasil, pois crescemos no conceito das nações como estado adulto. Nessa terra, nossos costumes, o trabalho e a liberdade de nossa gente foram resguardados.

Trinta e dois anos transcorreram daque-

le primaveril 8 de maio europeu. A vitória obtida ainda não trouxe à humanidade a paz almejada. A reconciliação entre os homens, o respeito à soberania dos Estados, o direito de trabalhar e desenvolver-se, a preservação dos hábitos e tradições, a liberdade religiosa e o bem comum, como met de cada povo, estão ainda distantes. A guerra generalizada foi prosseguida nos conflitos limitados, a luta pelas armas foi substituída pelo envenenamento das mentes, aprofundaram-se as divergências ideológicas com o nefasto e insidioso marxismo su focando nações, desprezando a dignidade do homem e pregando a luta entre as classes. O exemplo de nossos antepassados, que deram ramaram seu sangue para manter intacto o torrão que pisamos, e daqueles jovens que atravessaram o Atlântico para afirmar no Universo que aqui existe um Brasil com convicções próprias, animamos a encerrar

— Se quisermos ser dignos daqueles que nos precederam e respeitados por nossos pósteros, sigamos o preceito impar do Pe vilhão Nacional.

Título: Terrorismo chega ao Brasil

TRIBUNA DO CAFÉ

Vitória da Conquista — Quarta-feira, 03-09/80

Terrorismo chega ao Brasil

Depois de fazer parte de vários países do mundo, finalmente o terrorismo consegue furar as nossas fronteiras e aqui também se instalar, com seus atos covardes, com seus trágicos acontecimentos com o seu anonimato frio e cruel.

Discutem-se as origens, se de direita ou de esquerda. Se um jogo do próprio Governo, se uma arma das esquerdas para colocar o Governo em xeque, mate ou se realmente trata-se de radicalismo de direita que não admite a abertura que o Brasil vem passando.

Em todas estas hipóteses, já tem gente inocente morrendo, já tem brasileiro no cemitério, no hospital, já tem brasileiro intranquilo. Conseguiu o terrorismo sobrepor-se a nossa índole de discutir, brigar, mas sempre sem mortes.

A nossa conduta há oito anos neste jornal tem primado contra o comunismo, contra um regime totalitário que a nossa conduta, mas isso, jamais quis dizer que se aceitava o radicalismo de direita.

É preciso que aqui seja colocado o nosso repúdio a este ato covarde que alguns maus brasileiros, alguns vermes dos mais piores existentes na face da terra, vem diariamente fazendo no anonimato e chegando agora a matar inocentes.

Um basta é preciso que se dê em tudo isso, e que não se discuta mais a origem, venha de onde vier, merece o repúdio de todo o povo brasileiro.

A luta por posições deve ser tomada de "peito aberto", assim como muitos tomam pelas esquerdas, outros pelas direitas e a Tribuna do Café por uma política de centro, de diálogo, de soluções para enfrentarmos o difícil momento de endividamento externo e principalmente para acabar com esta inflação que está matando o povo a fome.

Dentro desta linha, a Tribuna do Café, apela a todos os brasileiros que se unam contra o terrorismo.

Gente que mata as escondidas, gente que usa bombas para eliminar os seus adversários, conturbando a ordem, não

merece o apoio de ninguém, merece isso sim, o nosso desprezo.

A caminhada está começando, fala-se em uma direita ultra reacionária que estaria disposta a derrubar o presidente João Batista Figueiredo, como também comenta-se que as esquerdas mais radicais que seguem a linha do "quanto pior melhor" estariam por de traz de tudo isso.

Seja lá quem for, passam a ser a partir de agora, além de covardes, uns ASSASSINOS e responsáveis pelas mortes que ainda poderão acontecer.

E o lugar de assassinos é na cadeia e não entre um povo que sofre, tem suas opiniões, mas sempre se respeitou como sendo todos brasileiros.

Irmão não mata irmão, mesmo que alguns péssimos irmãos tenham nestes anos torturado irmãos, não significa que se apoie atos deste tipo.

Cadeia para esta gente, Presidente Figueiredo!

Fonte: Jornal Tribuna do Café, 03.09.80.

Título: Caso da Fazenda Pau Brasil Provoca Reunião em Salvador

Caso da Fazenda Pau Brasil provoca reunião em Salvador

Por iniciativa do Interba, escritório de Vitória da Conquista, segundo informações que nos foram dadas pela diretoria do Sindicato dos Empregados Rurais na próxima semana, uma reunião das mais im-

portantes será realizada em Salvador, com assessores do Governo do Estado, para se discutir problemas ligados ao caso de Grilagem na Fazenda Pau Brasil, em nossa região.

Segundo ainda consegui-

mos apurar, para essa reunião, deverão seguir de Vitória da Conquista, representantes do Sindicato de Empregados Rurais, da Igreja, dos posseiros e da direção da Empresa Pau Brasil.

Fonte: Jornal Tribuna do Café, 17.08.1979

Título: Governo enfrenta a grilagem e pede anulação de registros de terras

TRIBUNA DO CAFÉ

Vitória da Conquista — Quarta-Feira, 17—12—80

Página 08

Governo enfrenta grilagem e pede anulação de registros de terras

Em entrevista coletiva concedida na Secretaria de Comunicação Social, o Secretário de Agricultura, Roraima Balseiro, fez conhecimento da entrega de uma petição ao Corregedor Geral da Justiça, Lauro de Veloso, solicitando a anulação de 15 inventários na região de Correntina, que totalizam cerca de 600 mil hectares.

Essa é uma medida pioneira no País e merece de importância porque ela poderá ser utilizada para que o Estado reintegre ao seu patrimônio cerca de 6 milhões de hectares de terras que foram alienadas a maior grilagem já registrada no País, envolvendo parlamentares, juizes e outros estrangeiros, a maior parte de americanos.

AS FRAUDES

O Secretário começou a sua entrevista fazendo um breve histórico do problema, mostrando como o grupo iniciou o processo fraudulento para o reconhecimento do título: Da década de 50 até a decisão do Supremo Tribunal que condena todos os envolvidos.

Após discorrer sobre as vantagens que os implicados auferiram, disse o Secretário que eles abriram até escritório em New York, nos Estados Unidos, para vender as terras no Além São Francisco. Informou que para se ter uma ideia a área implicada pode ser comparada a duas vezes a maior do que o território da Bélgica.

Especificou o Secretário que o problema vem sendo analisado desde 1950 pelas autoridades, mas só neste ano de 1980 é que o Supremo Tribunal Federal

condenou os implicados. Informou que o Governador Antônio Carlos Magalhães tentou, ainda no seu primeiro Governo, regularizar essa situação nessa região, dando entrada na Corregedoria Geral do Estado de uma ação anulatória, mas não surtiu efeito, porque é um processo muito lento.

— Agora, comentou o Secretário, depois que se criou um arsenal de leis, partimos mais objetivamente para solucionar o problema. Então, baseado na lei número 6.739 de 5 de dezembro de 1979 estamos dando entrada nesta petição solicitando a anulação de todos os registros de imóveis existentes nos cartórios do Além São Francisco.

Explicou o Secretário que a área de Correntina foi escolhida para se fazer esta primeira petição, em virtude do interesse ter melhor conhecimento da área, mas que outras partes da região do Além São Francisco estão sendo investigadas. Quanto ao resultado da petição, o Secretário informou que não tem um prazo previsto em Lei mas acredita que o resultado poderá sair o mais breve possível, pois se trata de um assunto de grande interesse do Governador Antônio Carlos Magalhães.

Disse o Secretário que a questão da terra no Estado é um assunto de prioridade da Secretaria da Agricultura e dando uma demonstração de sua preocupação em minorar os vários problemas espalhados no Estado é que está repareilhando o Instituto para dar-lhe melhores condições de trabalho.

Quinze municípios no segmento de educação do polonordeste-Irecê

Técnicos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado estiveram reunidos, com o Dr. Manoel Vera, representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no Programa de Ação Integrada da SEC à Rua da Graça, 174, na Graça; objetivando avaliar o plano de ampliação do Polonordeste — Irecê — Segmento Educação.

Durante a reunião foram discutidos assuntos referentes à adequação técnica do projeto aos parâmetros de avaliação técnica do Banco. O projeto amplia para quinze municípios o polo de ação do Polonordeste naquela área que inclui além de Barra do Mendes; Catarana; Central; Ibipeba; Ibitiá; Jusara; Uibaí; Xique-Xique; Presidente Dutra e os municípios de Campo Formoso; Gentio do Ouro; Jacobina; Morro do Chapéu e Santo Sá.

PROPOSTA DE EDUCAÇÃO

A proposta de Educação inclui atividades normais e de manutenção e expansão dos serviços educacionais nas áreas de Educação Formal, Não Formal, Envolvimento Comunitário, Treinamento de Recursos Humanos e ampliação e melhoria da rede física.

Por outro lado, será dada ênfase especial à transferência de tecnologias alternativas de baixo custo para as comunidades envolvidas no projeto, a partir da dinamização da função da escola. Estas atividades de transferência de tecnologia serão desenvolvidas através do Ceped, nas seguintes linhas: produção e tipos de solo-cimento e cimento e areia; produção de telhas de cimento e areia; de esquadrias metálicas e madeira; operação de centrais de produção de bloquetes, tubos, meio-fios, estações, criação de coelhos, abelhas, peixes, galinhas; produção

de queijo de cabra; equipamento para chapisco no recobrimento de paredes, critérios de expansão urbanas; alternativas de saneamento básico (esgotamento sanitário e destino do lixo); construção e operação de bio-digestores.

Dando continuidade à linha de ação desenvolvida pelo Ceped, serão realizadas noções sobre construção de pequenas estufas solares para secagem de alguns alimentos e produção caseira de compostos: geléia, passas, vinhos e licôres; noções de cooperativismo; construção de solo-cimento monolítico construção de silos com ferro elemento, madeira, bambu e adobe, além de equipamento para debulhamento e moagem do milho (produção de fubá).

SERRARIA SÃO JORGE DE

Neelson Carvalho Silva

Rua São Jorge 126 — Alto Maron

Esquadrilhas de Madeira em Geral — Armários Embutidos, Portas, Janelas, Caixa-d'água etc.

VENDE-SE

Uma propriedade agrícola em Inhobim, distrito de Conquista, com 701 Hect. apropriada para cafeicultura e pecuária, com matas, pastagens, água nascente e permanente, de fácil acesso e documentação regular. Melhores informações através do telefone 421-2009.

(10 vs.)

CONPRESE

Contabilidade Prestação de Serviços

Técnico em Contabilidade — MANOEL J. FILHO — CRC-BA.

7.915 Contabilidade em Geral.

CONTRATOS DISTRATOS CORREÇÃO MONETÁRIA DO
BALANÇO IMPOSTO DE RENDA INPS FGTS.

Avenida Lauro de Freitas, 124 — Sala 1 e 6 — Telefone: 421-1424 - CKP 45.100

VITÓRIA DA CONQUISTA — BAHIA

(3 mo.)

PRODUZA

Produtor — Adubos Orgânicos Ltda.

Representante de Nutri-Humus em todo Estado da Bahia.

PRODUZA é apoio à Campanha de Produtividade

Praga da República, 198

Fone: 421-1523

Vitória da Conquista — Bahia

(1 mo.)



ASPAS

assessoria
planejamento
administração
e serviços

ASPAS
CONSTRÓI

AV. REGIS PACHECO, 244 1º ANDAR - FONES: 421-1615 - 421-3284 VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA

Título: Dom Climério e a grilagem



Tribuna do Café

ANO III - Nº 280 VITÓRIA DA CONQUISTA, 08 DE JUNHO DE 1977

CR\$ 2,00

Dom Climério e a Grilagem

O palpitante assunto da Fazenda Pau Brasil, que vem agitando com a comunidade, Câmara de Vereadores e com famílias, mereceu desta vez um Comunicado, assinado pelo Bispo Diocesano, D. Climério Almeida Andrade e padres da diocese que transcrevemos na íntegra:

DIOCESE DE VITÓRIA DA CONQUISTA — BAHIA
COMUNICADO DIOCESANO

CREMOS que é hora de informar à Comunidade Diocesana, sobre o grave incidente social que envolve cerca de 1000 famílias humildes lavradores, posseiros anôni- mos de uma Arca, na zona de Pau Brasil, Município de Barra do Choça, e de uma Firma Cafeeira que se vem instalando ali de uns tempos para cá.

Seria para nós muito mais tranqüilo ficar neutros diante da contenda, deixando-a correr, simplesmente, como nos velhos tempos da "caixada", com o previsível e total esmagamento dos irmãos fracos, em face dos múltiplos e "persuasivos argumentos" dos poderosos.

A tanto não nos permite, porém, a consciência de cristãos, hoje alertada pelos contínuos e calamitosos ultrajes aos direitos humanos daqueles que, usualmente, não tem voz nem voto.

Ao abordar a questão — que envolve necessariamente interesses legítimos, ameaçados por pretensões injustas, queremos deixar bem clara nossa reta intenção de oferecer

solidariedade a quem dela tanto necessita, em nome do Evangelho.

Não nos movem, portanto, como se tem injustamente insinuado, posições ideológicas contra a propriedade, pois a desejamos amplamente partilhada, com todos os que têm, pelo trabalho efetivo, direito a ela.

Não nos cabe tampouco prejudicar a respeito da esperada decisão do Poder Judiciário a cujo encargo corre o feito desde o ano de 1974.

Não nos interessa, outrossim, manter qualquer tipo de polémica jurídico-literária, por desabida e inútil.

Interessa-nos, isto sim, ver respeitados os direitos fundamentais que a Lei assegura a nossos irmãos, posseiros do "Pau Brasil" — enquanto não houver sentença contrária à "posse tranqüila e contínua" que os mesmos vinham usufruindo desde tempos remotos, segundo é notório e publicamente reconhecido pelos habitantes da região.

Denunciamos também os inúmeros vexames infligidos aos irmãos posseiros, citando particularmente os seguintes:

— tentativa de benesseção de seus direitos sobre terras pacificamente ocupadas, há mais de 30 anos, e laboriosamente trabalhadas por anos a fio — enquanto a "febre do

café" não se fazia sentir naquela região;

— limitação intencional de sua liberdade de "ir e vir", ocasionado por cercas de arams farpado e cancelas, recentemente implantadas com o visível intuito de impossibilitar o legítimo desfrute das glebas, com pesadas consequências para as vítimas e suas famílias numerosas...

— frequentes e sucessivas "intimações policiais", artificialmente provocadas com a finalidade de intimidar aquela gente, tão pouco acostumada ao indesejável convívio com as delegacias...

— finalmente, para não mais prolongar tão longa lista de arbitrariedades, denunciamos o fato de não se res- peitar neste litígio o princípio de que é "melhor a condi- ção de quem está de posse" em relação aos que aproueram, haver ou reháver seja por qualquer alegação...

— Ao fazer o presente comunicado e denúncias — pertenc- mos à Comunidade Diocesana que ore ao Senhor pelo jus- to desfecho desta questão e que, nestes tormentosos dias de sofrimento imposto aos irmãos do "Pau Brasil" todos nós nos solidarizemos com os mesmos, em nome da Justiça e da verdadeira Paz Social...

Vitória da Conquista, 4 de junho de 1977
Climério Almeida de Andrade,
Bispo Diocesano e Padres da Diocese.

Secretaria da Segurança Pública-Bahia Divisão Policial do Interior Delegacia Regional da 17ª Região Policial

PORTARIA

O Bacharel Jaynilton Gusmão Cunha, Delegado Regional da 17ª Região Policial, com Sede nesta cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, no uso das suas atribuições e na conformidade do que trata a Portaria nº 1872, de 19 de maio do corrente ano, baixada pelo Exmo. Sr. Coronel Secretário da Segurança Pública.

RESOLVE:

Tornar público a presente Portaria, cuja execução fica a cargo titulares Delegacias sob a jurisdição esta Região Policial.

I — Determinar que as barracas destinadas a venda de fogos de artifícios, só poderão ser localizadas em locais previamente autorizados por esta Autoridade e os interessados deverão comparecer a Delegacia Regional, em tempo hábil, para a devida regulamentação e pagamento da taxa de Poder de Polícia. Prevista na Lei nº 3464 de 17 de maio de 1976. O não cumprimento da presente determina- ção, importará no fechamento sumário do posto de venda da mercadoria acionada referida.

II — PROIBIR:

- a) — fabricar, comercializar e uso de bombas de alta poder explosivo, bem assim os pirotécnicos conhecidos como "espadas" e "busca-pés", sem que estejam devidamente acompanhados de seus pais ou responsáveis.
- b) — fabricar, comercializar e uso de balões, bem assim fogos que con- tenham qualquer parcela de dinamite ou seus similares.
- c) — a venda de fogos de artifícios em qualquer local que não seja nas barracas devidamente autorizadas.

Vitória da Conquista, 08 de junho de 1977.
Bel. Jaynilton Gusmão Cunha — Delegado Regional

Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

REUNIAO

Comunico a todos que a reunião da APAE seria realizada ontem, ficou transferida para hoje, no mesmo local (sede da APAE), e mesmo horário - 20 hs.

TEREZA GUERREIRO — Presidente

Edvaldo Flores na TC

Esteve visitando nossa redação ontem, Edvaldo Flores, e reafirmou sua candidatura a deputado federal em 78 pela legenda da Arena.

Sobre seu companheiro de chapa, disse que até o momento está marchando com Orlando Spilola e Leônidas Cardoso.

Falando sobre a aprovação do divórcio, Edvaldo afirmou que o mesmo será aprova- do dia 14, a menos que certos deputados favoráveis ao mesmo, resolvam não comparecer no dia da votação.

Sobre política, Edvaldo procurou não responder, mas deixou a entender nas entrelinhas que poderá haver prorrogação dos mandatos atuais de governadores e deputados, para que em 1980 exista a coincidência de mandatos.

Os nomes mais prováveis para o go- verno do estado, segundo Edvaldo são: Fernando Wilson, Elmo Serejo e Angelo Sá.

Como senador indireto, Edvaldo aponta o governador Roberto Santos e para a disputa nas urnas, entende que Lomanto Júnior e Antonio Carlos Magalhães são os mais indicados.

Ainda sobre política, entende que cas- sações estão à vista, e que Marcos Tito e Orestes Quêrcia, deverão estar na mesma.

Apontou o nome do Senador Paulo Brossard como um dos mais autênticos do MDB.

Na saída Edvaldo deixou claro que já está fazendo campanha para sua ascensão a deputado federal e lutar por Conquista, principalmente agora que saiu de uma campanha de prefeito e é conhecedor dos mais profundos problemas de nossa cidade.

Seleção Brasileira

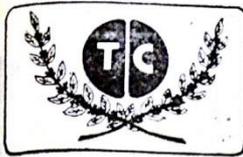
Hoje à noite no Maracanã, a seleção brasileira visando o Torneio da cidade de Cál pega a Inglaterra que vem de uma der- rota para a Escócia por 2 x 1.

O técnico Cláudio Coutinho fará o res- paldamento de Paulo César, Zico e possi- velmente Marinho, saindo Paulo Isidoro,

Marcelo e Rodrigues Neto.

O time do Brasil para o amistoso con- tra o English Team: Leão, Zé Maria, Ama- ral, Edinho e Rodrigues Neto (Marinho), Cerezo, Rivelino e Zico. Gil, Roberto e Paulo César Lima. (Leia mais esporte na última página).

Título 1: Acusação grave: denúncia da Comissão Diocesana Justiça e Paz
Título 2: Possesiros X Grileiros: convocação na praça 9 de novembro



Tribuna do Café

VITÓRIA DA CONQUISTA, BA., QUINTA FEIRA, 06 DE MARÇO DE 1980 ANO VII N.º 894 CR\$ 5,00

Acusação Grave:

Denúncia da Comissão Diocesana Justiça e Paz



Terça-feira última, centenas de panfletos foram distribuídos na cidade, pela Comissão Diocesana Justiça e Paz de Vitória da Conquista, sob a responsabilidade do presidente da Co-

missão Neeci Ferreira Salgado. A título de notícia, vamos destacar alguns trechos do referido manifesto:

"A Comissão Diocesana Justiça e Paz de Vitória da Conquista, denuncia aos conquistenses que se encontram presos e despídos na semana e infecta Cadeia Pública local os possesiros João Alves dos Santos e Valdivio Custódio de Almeida, moradores de Matas do Pau Brasil. "Prossegue a nota: A prisão parece ser a fórmula com que o Governo do Estado pretende acabar com a grilagem: utilizando o poder da força policial, a serviço de grileiros, pressionando o ocupante da terra, prendendo-o, fazendo jôgo dos novos coronéis do café."

Mais adiante, os integrantes da tal Comissão insistem nas denúncias gravíssimas: "Realmente, como de tantas outras vezes, não há ex-

plicação para prisões dos possesiros. Houve desacato? Não teriam os possesiros presos tão só discutido, em defesa de seus direitos, suas pretensões contra as pretensões de grileiro já bastante conhecido? Porque, até hoje, o Sr. Germano de Souza Neves não passou um só minuto atrás das grades, apesar de ter praticado crimes de mando, ameaças, lesões corporais, etc?"

E, finalmente, termina a nota realmente inflamatória: "Onde ficam as afirmativas do Sr. Antonio Carlos Magalhães e João Batista Figueiredo de acabarem com a grilagem?"

Um carro volante de propaganda rodou por toda a cidade, na terça-feira, distribuindo panfletos e proclamando o povo de Conquista para uma concentração na Praça 9 de Novembro, às 17:00 horas.

Os ídolos de Conquista

Concurso que está sendo levado a efeito pelo programa MIRIAM SILVA, COMUNICA, através da Rádio Clube local, está tendo excelente receptividade pelo público ouvinte.

Eis o resultado parcial dos votos populares:

SAMUEL OLIVEIRA	—	6.219 VOTOS
EDMUNDO MACEDO	—	4.219 VOTOS
MIRIAM SILVA	—	1.670 VOTOS
GILSON MOURA	—	300 VOTOS
CAMPONES	—	270 VOTOS
NANCY SILVA	—	229 VOTOS

A entrega dos troféus será provavelmente em abril vindouro.

PTB em Conquista

Estiveram em Salvador a chamado dos líderes Waldir Pires, José Cabral Marinho e Rômulo de Almeida, os opositoristas conquistenses, Dr. Carlos Murilo Mármore e Roberto Quadros, oportunidade em que ficaram incumbidos de organizar o PTB nesta cidade. Dr. Murilo Mármore, inclusive esteve presente à recepção do líder nacional

do Partido Trabalhista, Leonel Brizola, quando da chegada da comitiva opositorista, domingo último, em Salvador. Segundo estamos informados, já foram iniciados os trabalhos de formação do PTB conquistense, com intensa movimentação na área sindical, de estudantes e profissionais liberais, nesta cidade.

Possesiros X Grileiros: Convocação na Praça 9 de Novembro

Nossa reportagem acompanhou os acontecimentos, das 17:45 às 19:55. Cerca de 500 pessoas, entre possesiros e curiosos, estiveram presentes à concentração. Diversas faixas foram conduzidas pelos manifestantes (inclusive mulheres e crianças), com os seguintes dizeres: "A TERRA É DOS POSSEIROS. CADEIA PARA GERMANO".

"TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA", "ABAIXO A REPRESSÃO" "LIBERDADE PARA OS NOSSOS COMPANHEIROS".

Vários oradores usaram da palavra e os possesiros em coro: "O POVO UNIDO, JAMAIS SERÁ VENCIDO".

O Presidente da Comissão Diocesana Justiça e Paz, a certa altura, declarou: "...Mais de 500 possesiros no Brasil, foram mortos por quebrações de terras".

O Deputado Jádriel Matos, num discurso inflamado, acusou o governo pelo estado de coisas, dizendo "...que já fra tempo de dá um basta a esses alardes".

O advogado Rui Medeiros historicou a reportagem da prisão dos dois possesiros, informando a certa altura: "...escrevi o envolvimento do Coronel Elísio Rebouças, no ca-

so, uma vez que Pau Brasil é jurisdição de Barra do Choça".

Ao terminar a concentração, estudantes, possesiros e o povo que

estiveram presentes ao ato, saíram em passeata, gritando: "CADEIA PRA GERMANO. CADEIA PRA GERMANO".

Dep. Jádriel Matos, um dos oradores mais inflamados na concentração da Praça 9 de Novembro, fez, inclusive, acusações ao regime.



Academia de Letras de Conquista Sindicato dos Jornalistas

Campanha rigorosa será desfechada por este órgão, através do seu editor geral, a fim de que sejam instalados aqui em Conquista a Academia Conquistense de Letras e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais. Mas, um sindicato de jornalistas realmente credenciados e ligados à Federação Nacional. Apelo será dirigido à elite intelectual de Conquista a fim de que a Academia seja fundada, especialmente para difundir, incentivar e proporcionar meios inclusive para lançamentos de livros, reuniões literárias, defesa dos literatos e intelectuais da terra.

Não deixe esta voz se calar Assine Tribuna do Café - Anuncie na Tribuna do Café

Tribuna do Café é quem luta por você

Título: Comissão Justiça e Paz fez reunião



Tribuna do Café

ANO V - Nº 691 VITÓRIA DA CONQUISTA, 27 DE MARÇO DE 1979

CR\$ 3.00

Comissão Justiça e Paz Fez Reunião

Com o Fórum João Mangabeira finalmente chego, foi realizada último sábado, outra reunião convocada pela Comissão Justiça e Paz, em favor dos posseiros da região do Pau Brasil, próxima a Barra do Choça.

O encontro, presidido pelo Dr. João de Carvalho, contou entre outros, com as presenças do Deputado Jádriel Matos, da Dra. Elza Lima Matos presidente da Câ-

mara de Vereadores, do Dr. Sebastião Castro, candidato a prefeito na eleição passada, e do Pe. José Pedro, da Paróquia de N. S. das Graças.

No auditório, acompanhados de seu advogado, estavam mais de cem posseiros, além de grande número de pessoas que lotaram as dependências do Fórum João Mangabeira.

Vários oradores se fizeram ou-

vir durante a reunião. O Deputado Jádriel Matos, fez uma comparação entre o Pau Brasil e a região do São Francisco onde, terras próximas à Barragem do So-bradinho foram tomadas de pequenos lavradores e hoje pertencem a poderosos grupos econômicos, um inclusive do ex-governador da Bahia;

Brauljo de Oliveira Leite, político militante em Barra do Cho-

ça, citou a irregularidade que está existindo quanto ao contrato existente entre o BNB e a Agro Industrial Pau Brasil, inclusive dizendo que a roça de café ali existente, já invadiu terrenos dos posseiros da região na fazenda Deságua da Salina;

O Pe. José Pedro disse que o "o governo federal afirma estar se preocupando muito com a Segurança Nacional. O Caso do Pau

Brasil e de outros idênticos por este Brasil a fora, é caso de Segurança Nacional, portanto deve merecer a atenção do Governo Federal". Frizou que o problema não deve ser encarado como um problema político nem da Arena nem do MDB, mas de toda uma comunidade.

No final da reunião, diversos documentos mimeografados, foram distribuídos pela Comissão Justiça e Paz aos presentes na reunião.

Prefeito Explicou Imposto Predial

O Prefeito Raul Ferraz, acompanhado de sua Secretária de Ffugas, Dra. Marjia Emilia e a chefe do Gabinete Celeste França, esteve mais de uma hora, ontem, no Rádio Clube de Conquista, em uma entrevista com o jornalista Edmundo Macedo, explicando a problemática do Imposto Predial e Territorial Urbano.

O Chefe do Executivo, inclusive durante o período em que res-

pondia às perguntas do locutor da emissora, se deu ao luxo de se colocar à disposição do público, respondendo as perguntas que foram formuladas por telefone, por diversas pessoas.

Na sua fala, o chefe da comuna além de esclarecer que não houve aumento do Imposto e sim reavaliação dos imóveis, coisa que, há muito não se fazia na prefeitura de

Vitória da Conquista, respondeu a algumas perguntas interessantes.

Um ouvinte perguntou ao Dr. Raul Ferraz se a prefeitura estaria disposta a pagar o valor lançado, oficialmente, por uma sua propriedade, com o que o chefe do município respondeu: A Prefeitura não paga o valor lançado. Paga o duas vezes ou três vezes o valor lançado, e que sua fala que estava sendo gravada, poderia servir de prova para essa resposta.

Começou a Semana da Alimentação

Numa promoção do Setor Regional da Campanha Nacional da Alimentação Escolar em Vitória da Conquista começou ontem em nossa cidade a XXI Semana da Alimentação.

A Abertura ocorreu às vinte horas de ontem, no Fórum João Mangabeira, com a presença de várias autoridades, professores das redes estadual e municipal, sendo que a palestra da noite foi feita pelo Dr. José Marcos Gusmão, a-

bordando o tema ALIMENTAÇÃO COMO DIREITO DA CRIANÇA.

A Semana da Alimentação, vai prosseguir, durante toda esta semana, com a realização de promoções várias em estabelecimentos de ensino de Vitória da Conquista, devendo ser encerrada no próximo domingo, no auditório do Colégio Paulo VI, quando na oportunidade, serão entregues prêmios aos vencedores de diversos concursos que serão promovidos no transcorrer dos trabalhos nesta semana.

Escorpiões ameaçam no São Francisco

Uma preocupação maior está surgindo nas regiões atingidas pelas enchentes no sertão ano o aparecimento de enorme quantidade de escorpiões.

Nas últimas 48 horas, diversas pessoas vindas particularmente Barra da Estiva e de Livramento foram atendidas nos postos de saúde de Vitória da Conquista, mas de picadas de escorpiões e já está preocupando as autoridades sanitárias médicas que já

estão se mobilizando no sentido de enviar equipes para essas regiões no sentido de fazer frente à perigosa ameaça.

Segundo apuramos, o fato já foi comunicado à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia que já está providenciando o envio de vacinas contra picadas de escorpiões, para toda a região. Segundo os médicos, em certos casos o veneno do escorpião pode provocar a morte imediata da pessoa picada.

EM CONQUISTA

Apuramos ainda que, também nos bairros de Vitória da Conquista nos últimos dias vêm se verificando o aparecimento de grande quantidade de escorpiões, já tendo algumas pessoas sido atendidas nos hospitais da cidade. Isto serve de alerta para o Secretário Municipal de Saúde, Clóvia Assis que pode realizar um trabalho de investigação a respeito, usando as medidas necessárias para enfrentar o problema.

Morreu afogado no Poço Escuro

Carlos Barbosa da Silva, de 17 anos, estava de passagem por Vitória da Conquista, em companhia da mãe. E no último dia 25, resolveu nadar às escondidas no Poço Escuro e como pensava que

o local fosse raso, terminou morrendo afogado.

A polícia foi cientificada do fato, tendo o corpo do jovem sido levado para o necrotério para a autópsia que foi feita pelo médico José Henrique.

Título: Apoio ao Bispo diocesano

Publicitários estiveram reunidos

Por convocação do jornalista Gilson Moura, foi realizada ontem no salão nobre da Câmara de Vereadores, uma reunião de todos os representantes de empresas de publicidades volantes em Vitória da Conquista.

Ao encontro estiveram presentes Wilson Moura, Gerardo Silva, José Amaral Menezes, Pedro José Santos, Júlio Crisdostomo,

Antonio Costa Neto (Cadete) que também representou a Luiz Claudio.

Diretrizes e disciplinas sobre o funcionamento dos carros volantes, seu horário de saída e término da publicidade, qualidade de som e potência-volume do som, foram assuntos discutidos na reunião, bem como o perfeito entrosamento quanto a uma tabela unificada de preços.

Uma próxima reunião será realizada com os mesmos participantes quando será feita uma avaliação das decisões tomadas neste encontro de agora e quando então, depois dessa análise, um documento será redigido e assinado por todos os que fazem publicidade volante em Vitória da Conquista.

Lixeiros do Rio em greve

Os funcionários da Limpeza Pública do Rio de Janeiro, devem retornar ao trabalho nas próximas horas, depois da retomada de negociações com a prefeitura fluminense.

O Delegado regional do Trabalho, Rio, declarou a greve dos li-

xeiros ilegal autorizando a CONLURB, a demitir por justa causa individual ou coletivamente, a todos os que insistem na paralisação.

Os garis cariocas, ganham 1.577 cruzeiros e querem passar a 4.680 cruzeiros. Dos 4 mil garis,

apenas 100 compareceram ao trabalho, ontem, mas foram impedidos de trabalhar por grupos grevistas.

O lixo no Rio, está acumulado nas calçadas em todos os bairros principalmente Copacabana e Leblon.

COTEMA oficializa distribuição dos Tratores Valmet

Regressou de São Paulo, o sr. Decleciano José de Souza, Diretor da Firma Cotema, de Vitória da Conquista.

Em contato com nossa reportagem, após seu regresso, o sr.

Decleciano informou que retornava feliz, da capital paulista, pois conseguiu finalmente um velho desejo de sua—empresa, ou seja, ser a distribuidora oficial dos conhecidos Tratores Valmet.

Assim, os agricultores de Vitória da Conquista e região, têm agora, na distribuição oficial pela COTEMA, mais uma opção para a aquisição de máquina pesada da linha Valmet.

Apoio ao Bispo Diocesano

Diversas pessoas, tendo em vista um manifesto distribuído contendo acusações contra o Sr. Bispo Diocesano de Vitória da Conquista, estão colhendo assinaturas em um documento, manifestando seu apoio à autoridade maior da Igreja Católica de nossa cidade. A Abertura do documento de apoio a D. Climerio Almeida, tem a seguinte redação:

"Nós, que esta assinamos, sabedores dos problemas e arbitrariedades cometidas pelo gregário Germano de Souza Neves contra as famílias de posseiros de Matas do Pau Brasil, no Município de Barra do Choça, Bahia, aplaudimos as atitudes corajosas de solidariedade que lhes têm prestado D. Climerio Almeida de Andrade Bispo da Diocese de Vitória da Con-

quista, Dr. Ruy Medeiros, Advogado dos posseiros, as Paróquias da Diocese, especialmente as Padres da Paróquia de N. S. das Graças Vitória da Conquista) e a Comissão Diocesana Justiça e Paz, assim como rejeitamos nosso irrestrito apoio à causa dos perseguidos, oprimidos e espezinhados posseiros das Matas do Pau Brasil".

FALECIMENTO

Cercado do carinho dos seus filhos, morreu recentemente, apesar dos cuidados médicos, o sr. José José Alves.

O sr. José, era o distribuidor

em Vitória da Conquista, do Jornal do Brasil, gozando de muita estima junto à comunidade con-

quistense, particularmente junto aos que, por seu intermédio, eram assinantes do conhecido jornal. A família enlutada, enviamos nossas condolências.

NATIONAL

O Gigante Japonês da eletrônica, que fabrica todos os componentes de seus equipamentos, apresenta agora a linha de gravadores cassete R Q os Flash Eletrônicos National Super Six

Distribuidor Autorizado

BAZAR CAIRO

Al. Ramiro Santos, 8

Tel. 4211080

A marca acima citada é a sua tranquilidade.

Flashes TC

* A Primeira Feira Nacional do Abastecimento, começa amanhã no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, em São Paulo. Será realizada, paralelamente ao Décimo Congresso Internacional de Mercados Atacadistas que reunirá na capital paulista, cerca de 400 especialistas em abastecimento.

* A Petrobrás vai realizar um grande investimento no Maranhão a fim de prosseguir na perfuração de poços na Plataforma submarina do Estado.

* General Araquem de Oliveira, presidente do Conselho Nacional de Petróleo, está em São Lu z, capital do Maranhão. Falando à imprensa disse que até o momento ainda não se pode dar garantia sobre o valor comercial da descoberta verificada no litoral do Maranhão, onde duas plataformas semi-elevatórias estão operando.

* Cia Energética de São Paulo deu início em Avaré, ao programa de repovoamento do Rio Paranapanema, lançando 31 mil peixes em um lago artificial formado por uma hidrelétrica.

* Todo o pessoal do DOPS gaúcho terá de aparecer ante os jornalistas Luiz Carlos Torres e João Batista, para reconhecimento. Além disso, terão de escrever alguma coisa no papel, para comparação de caligrafia. Tudo isso a nda é o problema do sequestro do casal uruguaio.

* Cantora-atriz Liza Minelli, chegou ao Rio onde passará o carnaval, fazendo antes, 5 apresentações no Hotel Nacional.

* Deputado Ulisses Guimarães, presidente nacional do MDB, viajou ontem para a Europa. Vai participar de um congresso político na Itália.

* Na fazenda Bom Jardim do ex-Ministro Severo Gomes, em São Paulo, foi realizado ontem um encontro de alto nível. Participaram do encontro Teotônio Vilela, Almino Afonso, Fernando Henrique Cardoso, Rafael de Almeida Magalhães, Armando Monteiro Filho e o próprio Severo Gomes. Assunto do encontro: análise da atual conjuntura política brasileira.

* Governo continua tomando providências para atender às regiões atingidas pelas enchentes e pela estiagem. Ontem, o Conselho de Desenvolvimento Econômico liberou verba de 1 milhão e meio de cruzeiros para os Estados de Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

* Banco Nacional da Habitação vai financiar material de construção a todos aqueles que perderam suas casas com as recentes chuvas que atingiram grande área do território nacional. Empréstimos serão feitos sem pagamento de juros.

* Prejuízos causados pelas chuvas aos Estados do Nordeste vão ser avaliados na semana que vem, numa outra reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico.



Associação Atlética Banco do Brasil

EM TEMPO DE CARNAVAL

REI MOMO ORDENOU, E, A A.A.B.B. VAI CUMPRIR O MELHOR CARNAVAL DA CIDADE, O

CARNAVAL DO CAFÉ, COM FORÇA TOTAL NESTE 1979.

4 (QUATRO) GRANDES BAILES, DIAS: 24, 25, 26 e 27 com

2 (DUAS) MATINEES, dias 25 e 27 com início às 17:00 hs., inteiramente dedicadas à garotada.

ANIMAÇÃO — ORQUESTRA "FANTASTIKOS DO RITMO"

O MELHOR SOM DE CARNAVAL DO INTERIOR

VENHA CURTIR CONOSCO AS ALEGORIAS DO CARNAVAL - RESERVE SUA MESA NA SECRETARIA DA AAB B ou pelo

Fone 421-1473.